



**RELATÓRIO E CONTAS**  
*ANNUAL REPORT*

**2012**

EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA



Índice	
Conselho de Administração	3
Organigrama	4
Dados Caraterísticos	5
Esquema de Rede de Transporte	6
Síntese	9
Informação Técnica	11
I. Produção	13
II. Transporte	21
III. Distribuição	25
IV. Comercialização	27
V. Qualidade de Serviço	32
VI. Investimento não Específico	32
VII. Recursos Humanos	34
Informação Económica e Financeira	35
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	65
Relatório e Parecer do Fiscal Único	123
Certificação Legal das Contas Consolidadas	127
Extrato da Ata da Assembleia Geral	133



## Conselho de Administração



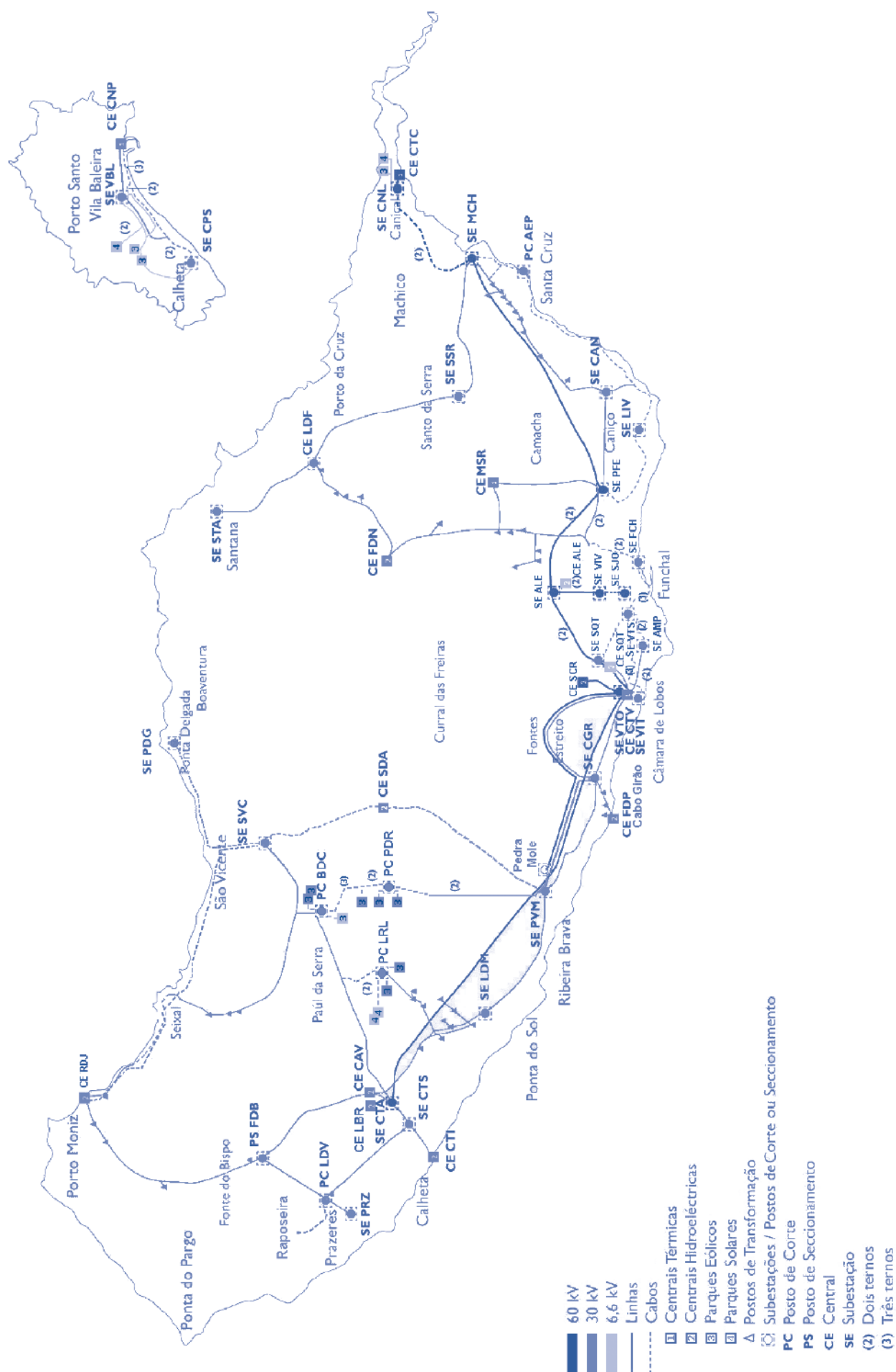
Da esquerda para a direita:  
João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)  
Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)  
Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)

## Organigrama

<b>Assembleia Geral</b>		<b>Conselho Fiscal</b>	
Maria de Fátima F. Freitas (Presidente) Rui Antero F. Pestana (Vice-Presidente) Ana Cristina Dantas Andrade (Secretária)		KPMG & Associados, SROC, S.A.	
<b>Conselho de Administração</b>			
Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente) João Heliodoro da S. Dantas (Vice-Presidente) Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)			
<b>Assessoria / Consultadoria</b>	<b>Direção Geral</b>		<b>Auditoria e Controlo Int.</b>
João Pedro Sousa			Armindo Santos
<b>D.E.P.</b> Direção de Estudos e Planeamento	<b>D.S.P.</b> Direção de Serviços de Produção	<b>D.S.T.</b> Direção de Serviços de Transporte	<b>D.S.D.</b> Direção de Serviços de Distribuição
Agostinho Figueira	Pontes Leça	José Cotrim	Duarte Afonso
<b>D.S.O.</b> Direção de Serviços de Obras	<b>D.T.S.J.</b> Direção de Trabalho e Serviços Jurídicos	<b>D.S.I.</b> Direção de Sistemas de Informação	<b>N.P.S.</b> Núcleo do Porto Santo
António Marrana	Ana Cristina Dantas	António Nunes	Duarte Afonso

# Dados Caraterísticos

## Esquema da Rede de Transporte





### Origem da produção de energia elétrica na RAM - (Sistema da EEM)

GWh	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Madeira</b>	<b>694,07</b>	<b>673,52</b>	<b>616,70</b>	<b>584,14</b>	<b>535,67</b>
Hidroelétrica	79,60	135,49	126,70	116,08	70,90
Termoelétrica (Vitória)	614,47	538,03	490,00	468,06	464,77
<b>Porto Santo</b>	<b>39,35</b>	<b>37,58</b>	<b>32,82</b>	<b>29,62</b>	<b>27,94</b>
Termoelétrica	38,47	36,93	32,18	29,49	27,85
Eólica	0,88	0,65	0,63	0,13	0,09
<b>Total RAM</b>	<b>733,42</b>	<b>711,09</b>	<b>649,52</b>	<b>613,76</b>	<b>563,61</b>

### Aquisição de energia elétrica - Outras entidades

GWh	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Madeira</b>	<b>247,21</b>	<b>266,96</b>	<b>308,24</b>	<b>317,88</b>	<b>334,61</b>
Hidroelétrica	4,10	4,65	5,00	5,11	4,20
Eólica	13,09	36,90	67,33	71,49	82,62
Termoelétrica (Canical)	192,81	188,60	194,85	193,34	192,40
Resíduos	37,22	36,51	39,41	34,27	27,72
Fotovoltaica*	-	0,29	1,65	13,67	27,68
<b>Porto Santo</b>	<b>1,29</b>	<b>1,18</b>	<b>3,80</b>	<b>4,39</b>	<b>3,88</b>
Eólica	1,29	1,17	1,31	0,97	0,75
Fotovoltaica*	-	0,01	2,49	3,42	3,13
<b>Total RAM</b>	<b>248,51</b>	<b>268,13</b>	<b>312,05</b>	<b>322,27</b>	<b>338,50</b>

\*Inclui PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001), microprodução (DL 363/2007) e miniprodução (DL 34/2011).

### Balanco de energia elétrica na RAM - 2012

GWh	Emissão para a rede	Fornecimento a Clientes
Madeira	861,33	786,53
Porto Santo	29,47	27,78
<b>Total RAM</b>	<b>890,80</b>	<b>814,31</b>

### Subestações

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Madeira</b>					
N.º	28	28	28	28	28
Potência instalada (MVA)	528	528	533	533	533
<b>Porto Santo</b>					
N.º	3	3	3	3	3
Potência instalada (MVA)	16	18	18	20	20
<b>Total RAM</b>					
N.º	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>
Potência instalada (MVA)	<b>544</b>	<b>546</b>	<b>551</b>	<b>553</b>	<b>553</b>

### Postos de Transformação

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Madeira</b>					
N.º	1.644	1.656	1.667	1.677	1.659
Potência instalada (MVA)	696	716	723	731	722
<b>Porto Santo</b>					
N.º	93	93	92	91	94
Potência instalada (MVA)	35	35	34	34	35
<b>Total RAM</b>					
N.º	<b>1.737</b>	<b>1.749</b>	<b>1.759</b>	<b>1.768</b>	<b>1.753</b>
Potência instalada (MVA)	<b>731</b>	<b>751</b>	<b>757</b>	<b>765</b>	<b>757</b>

### Rede de Transporte e Distribuição na RAM

Km	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Baixa Tensão</b>	<b>3.885</b>	<b>3.914</b>	<b>3.924</b>	<b>3.952</b>	<b>3.959</b>
Aérea	3.017	3.007	2.999	3.003	3.001
Subterrânea	868	906	925	948	958
<b>6,6 kV</b>	<b>1.241</b>	<b>1.287</b>	<b>1.316</b>	<b>1.322</b>	<b>1.324</b>
Aérea	541	539	532	523	520
Subterrânea	699	748	784	798	804
<b>30 kV</b>	<b>387</b>	<b>392</b>	<b>400</b>	<b>401</b>	<b>401</b>
Aérea	243	245	250	250	251
Subterrânea	144	147	150	150	150
<b>60 kV</b>	<b>79</b>	<b>79</b>	<b>74</b>	<b>74</b>	<b>74</b>
Aérea	69	69	64	64	64
Subterrânea	10	10	10	10	10
<b>Total RAM</b>	<b>5.591</b>	<b>5.672</b>	<b>5.714</b>	<b>5.749</b>	<b>5.758</b>

### Dados Comerciais

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Madeira</b>					
Nº Consumidores	<b>129.636</b>	<b>130.786</b>	<b>131.962</b>	<b>132.782</b>	<b>132.555</b>
Consumo (GWh)	<b>839,32</b>	<b>842,00</b>	<b>830,80</b>	<b>812,85</b>	<b>786,53</b>
Doméstico e Agrícola	259,76	265,25	265,64	261,69	249,10
Comércio e Serviços	358,50	364,32	349,46	344,61	334,89
Serviços públicos	60,02	60,81	61,29	55,97	53,64
Indústria	74,57	70,80	69,63	68,90	72,18
Iluminação pública	86,47	80,82	84,78	81,68	76,72
<b>Porto Santo</b>					
Nº Consumidores	<b>4.477</b>	<b>4.560</b>	<b>4.621</b>	<b>4.691</b>	<b>4.675</b>
Consumo (GWh)	<b>36,67</b>	<b>34,92</b>	<b>32,71</b>	<b>30,24</b>	<b>27,78</b>
Doméstico e Agrícola	7,43	7,51	7,31	7,19	6,76
Comércio e Serviços	14,23	13,55	12,00	12,09	10,57
Serviços públicos	3,65	3,52	3,19	2,89	2,64
Indústria	8,96	7,93	7,87	5,93	5,65
Iluminação pública	2,40	2,41	2,34	2,14	2,15
<b>Total RAM</b>					
Nº Consumidores	<b>134.113</b>	<b>135.347</b>	<b>136.584</b>	<b>137.473</b>	<b>137.230</b>
Consumo (GWh)	<b>876,00</b>	<b>876,92</b>	<b>863,51</b>	<b>843,09</b>	<b>814,31</b>

Recursos Humanos					
	2008	2009	2010	2011	2012
N.º de Trabalhadores	865	859	851	830	803

Outros Indicadores Consolidados					
€'000	2008	2009*	2010*	2011*	2012*
Volume de negócios	171.441	153.259	174.497	193.534	217.794
Investimento	66.823	57.455	46.537	24.396	9.350

\*Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

## Síntese

Em 2012, a atividade económica na Região Autónoma da Madeira, foi fortemente condicionada pelo agudizar da crise de dívida soberana na área do Euro e pelo pedido de assistência financeira efetuado pelo Governo Regional da Madeira ao Governo da República, que culminou com a assinatura, em 27 de Janeiro de 2012, do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM, o qual tem como objetivo inverter o desequilíbrio da situação financeira da RAM e garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Este programa, determinou a aplicação de um conjunto adicional de medidas, para além das impostas a Portugal, com impacto significativo na economia regional, como sejam a adoção dos níveis de tributação em sede de IRC e IRS iguais ao Continente, o aumento da taxa normal de IVA para 22%, o aumento significativo do ISP, bem como a estrita adoção das medidas de redução remuneratória previstas para as Entidades Públicas. Também a perda de muitos dos benefícios fiscais do Centro Internacional de Negócios da Madeira em 2012, fez com muitas empresas tivessem abandonado a Região, com as consequentes repercussões negativas nas receitas fiscais, no rendimento disponível das famílias e na economia Madeirense. O ambiente depressivo/recessivo traduziu-se numa redução do rendimento disponível das famílias, no aumento do desemprego e no aumento generalizado da incobrábilidade, gerando pressões deflacionistas na economia regional, com consequências ao nível do consumo de energia elétrica que contraiu-o cerca de 7,3% entre 2009 a 2012.

Neste contexto, extraordinariamente adverso, as atividades da EEM foram fortemente condicionadas pelo ambiente económico que a rodeia, não lhe tendo sido possível cumprir com o plano de investimentos inicialmente delineado. O volume total de investimento (consolidado) realizado ascendeu assim a 9.350 milhares de Euros, apresentando a seguinte distribuição relativa, por área de atividade: 49,8% na distribuição/comercialização, 19,5% no transporte, 19,5% na produção e 10,0% em investimento não específico. Os restantes 1,2% foram investidos em empresas participadas da EEM.

## Produção

Os investimentos realizados no setor da produção ascenderam a 1.823 milhares de Euros, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- Recuperação de vários troços da rede de canais de adução de água para as diferentes centrais hidroelétricas;
- Conclusão da construção de um muro de proteção da ribeira junto à CTV II e III;
- Conclusão da requalificação da cobertura da CTV II;
- Conclusão da grande reparação do tanque de fuel da CTPS;
- Intervenção nas caldeiras de recuperação dos Grupos nºs 3 e 4 da CTPS;
- Intervenção no sistema de refrigeração da CTPS;
- Início da reparação da cobertura da CTPS.

## Transporte

Os investimentos realizados no setor do transporte ascenderam a 1.824 milhares de Euros, incidindo, particularmente, no reforço da rede de transmissão e em remodelações de subestações/ postos de corte.

Nas subestações/postos de corte, são de referir os seguintes investimentos:

- Continuação dos trabalhos de construção da Subestação da Pedra Mole;
- Continuação da remodelação do Posto de Corte do Loiral;
- Continuação dos trabalhos de instalação de proteções diferenciais, na Subestação do Palheiro Ferreiro.

Na rede de transmissão, assinalam-se as seguintes realizações:

- Execução de trabalhos no troço subterrâneo entre a Central Térmica do Porto Santo e a Subestação da Calheta;
- Lançamento da rede de condutas entre variante no sítio da Madalena do Mar;
- Alteração da rede de cabos e condutas de interligação da Subestação do Funchal.

## Distribuição/Comercialização

Os investimentos realizados no setor da distribuição/comercialização ascenderam a 4.660 milhares de Euros, sendo de destacar os seguintes factos:

- Ligação à rede de 10 novos postos de transformação de serviço público;
- Ligação à rede de 2 novos postos de transformação de serviço particular;
- Construção de 7,29 km de rede de média tensão;
- Remoção de 5,07 km de rede de média tensão;
- Remodelação de 7,33 km de rede de média tensão;
- Construção de 13,22 km de rede de baixa tensão;
- Remoção de 6,25 km de rede de baixa tensão;
- Remodelação de 58,47 km de rede de baixa tensão;
- Instalação de 74 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 204 focos de iluminação pública;
- As vendas de energia elétrica ascenderam a 786,53 GWh na Ilha da Madeira e a 27,78 GWh na Ilha do Porto Santo, perfazendo um total de 814,31 GWh na RAM;
- O número médio de clientes ligados à rede em 31 de Dezembro de 2012 ascendia a 132.555 e 4.675 na Ilha da Madeira e na Ilha do Porto Santo, respetivamente.

## Outras realizações

Os investimentos realizados em áreas não específicas, de carácter transversal à Empresa nomeadamente: instalações de uso geral, equipamentos, ferramentas e sistemas de informação, ascenderam a 931 milhares de Euros. Neste domínio, destacam-se as instalações e sistemas de informação, com particular relevo nos seguintes projetos:

- Conclusão da intervenção no armazém dos Socorridos;
- Aquisição de novos equipamentos de Qualidade da Onda de Tensão;
- Implementação de um novo sistema de gestão de comunicações e de recolha de informação para o cálculo dos indicadores de Qualidade da Onda de Tensão;
- Implementação de diversas melhorias no sistema SAP;
- Alterações ao sistema BI – *Business Intelligence* – (Ferramentas de *Reporting*);
- Desenvolvimento do projeto WFM – *Work Force Management* (SGE – Sistema de Gestão de Equipas);
- Implementação de diversas melhorias no sistema SGI (Sistema de Gestão de Interrupções).

# Informação Técnica



## I. Produção

No exercício de 2012, os investimentos promovidos no setor da produção ascenderam a 1.823 milhares de Euros, sendo de assinalar: a conclusão da requalificação da cobertura da Central Térmica da Vitória (CTV II) e intervenções nas infraestruturas hidráulicas dos sistemas afetos às centrais hidroelétricas.

### A. Ilha da Madeira

#### Aproveitamentos Hidroelétricos

Dos trabalhos realizados durante o exercício de 2012 nas várias centrais hidroelétricas, destacam-se os seguintes:

- No decorrer do concurso público da Barragem do Pico da Urze, parte integrante do Projeto de Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta, foi necessário reavaliar algumas componentes, o que provocou uma dilação do planeamento previsto. Os vários concursos inerentes a este empreendimento deverão ser lançados no decorrer de 2013;
- Realização do estudo integrado de viabilidade técnico-económica e ambiental do Projeto dos aproveitamentos do Chão da Ribeira e da Fonte do Juncal, a partir do qual se procederá à realização dos projetos de execução;
- Recuperação de troços de levada afetos ao sistema hidroelétrico da Fajã da Nogueira;
- Recuperação dos troços de levada do Canal das Rabaças e do Canal do Norte, afetos ao sistema hidroelétrico da Serra de Água;
- Recuperação de troços de canais afetos ao sistema hidroelétrico dos Socorridos.

#### Centrais Termoelétricas

Central Térmica da Vitória

Na Central Térmica da Vitória procederam-se aos seguintes trabalhos:

- Conclusão da requalificação da cobertura da CTV II;
- Conclusão da construção de um muro de proteção da ribeira junto à CTV II e III.

A 31 de Dezembro de 2012, o sistema electroprodutor da EEM na Ilha da Madeira compreendia uma central termoelétrica e nove centrais hidroelétricas com uma potência instalada total de 247,91 MW, sendo que 197,94 MW (79,8%) estão instalados na Central Térmica da Vitória e os restantes 49,97 MW (20,2%) nas centrais hidroelétricas.

#### Sistema eletroprodutor da EEM na Ilha da Madeira - 2012

	Térmica	Hídrica	Total
N.º de centrais	1	9	10
Potência instalada (MW)	197,94	49,97	247,91
Produção (GWh)	464,77	70,90	535,67

### Central termoeleétrica da EEM na Ilha da Madeira - 2012

	Grupo n.º	Pot. Instalada		Pot. Máx Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Combustível
		(MW)	(MVA)				
Central Térmica da Vitória	1, 2*	15,00	19,50	-	0,61		Fuelóleo
	3	7,50	9,75	5,00	0,93		Fuelóleo
	4, 5, 6	23,40	29,25	18,60	27,14		Fuelóleo
	7, 8, 9, 10	42,24	52,00	34,00	151,06		Fuelóleo
	11, 12, 13, 14, 15	57,60	70,00	47,00	186,63		Fuelóleo
	16	12,80	16,00	12,80	0,73		Dual-Fuel
	17, 18, 19, 20**	54,40	68,15	49,00	97,67		Dual-Fuel
<b>Total - CTV</b>		<b>197,94</b>	<b>245,15</b>	<b>166,40</b>	<b>464,77</b>	<b>456,98</b>	

\*Grupos desclassificados em 2012

\*\*Ciclo Combinado - Grupo nº 20

### Centrais hidroelétricas da EEM na Ilha da Madeira - 2012

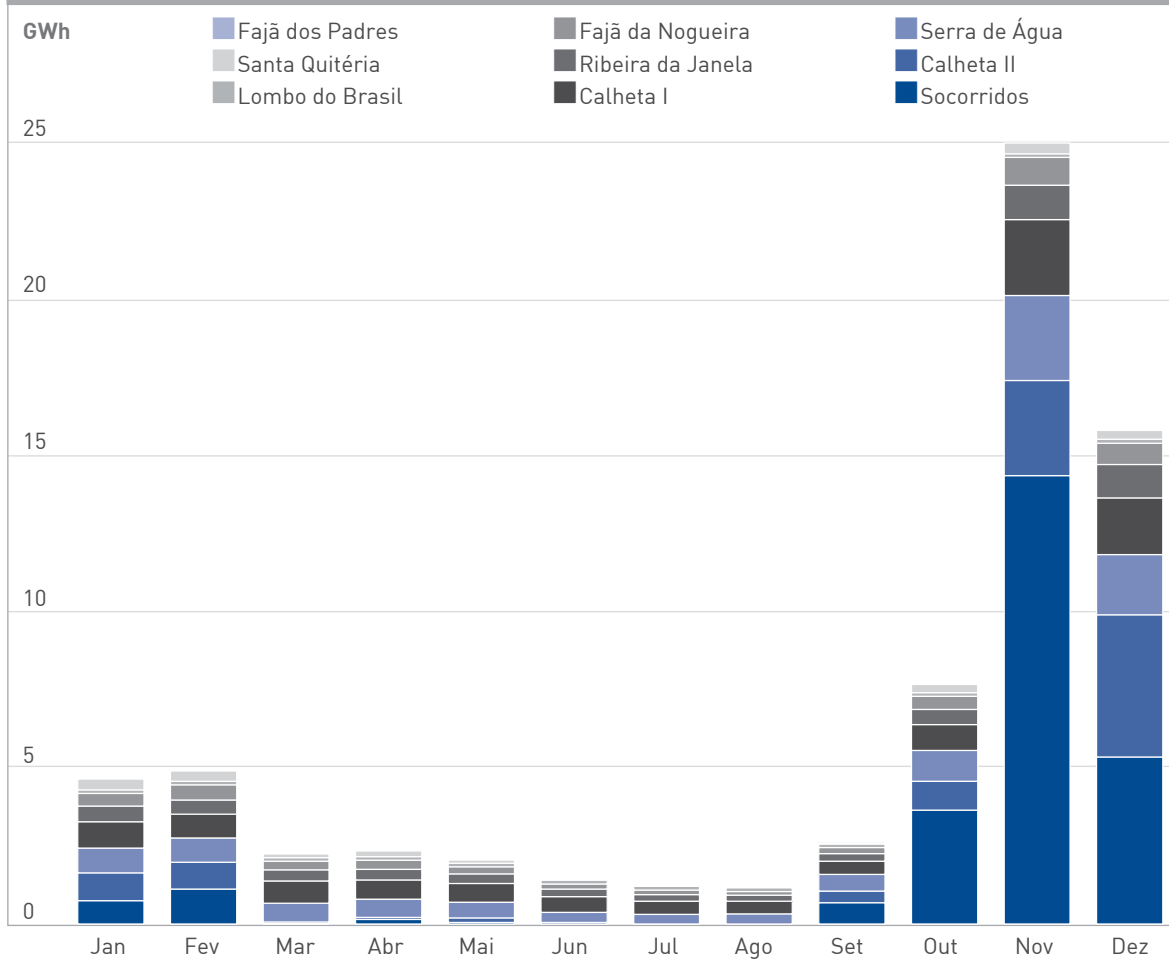
	Pot. Instalada (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Altura de Queda (m)	Tipo de Turbina
Serra de Água	5,20	10,44	10,40	430	Pelton
Calheta I	1,10	10,33	10,17	629	Pelton
	0,52			314	Pelton
	0,50			181	Pelton
	2,40			629	Pelton
Calheta II	7,00	10,95	10,92	637	Pelton
Ribeira da Janela	3,00	5,51	5,42	398	Pelton
Fajã da Nogueira	2,40	4,32	4,26	348	Pelton
Lombo do Brasil	0,45	1,37	1,37	316	Pelton
Fajã dos Padres	1,70	-	-	530	Pelton
Santa Quitéria	1,70	1,93	1,87	212	Pelton
Socorridos	24,00	26,05	25,98	457	Pelton
Bombagem	11,25	-	-	457	Francis
<b>Total EEM*</b>	<b>49,97</b>	<b>70,90</b>	<b>70,38</b>		

\*Exclui a potência de bombagem

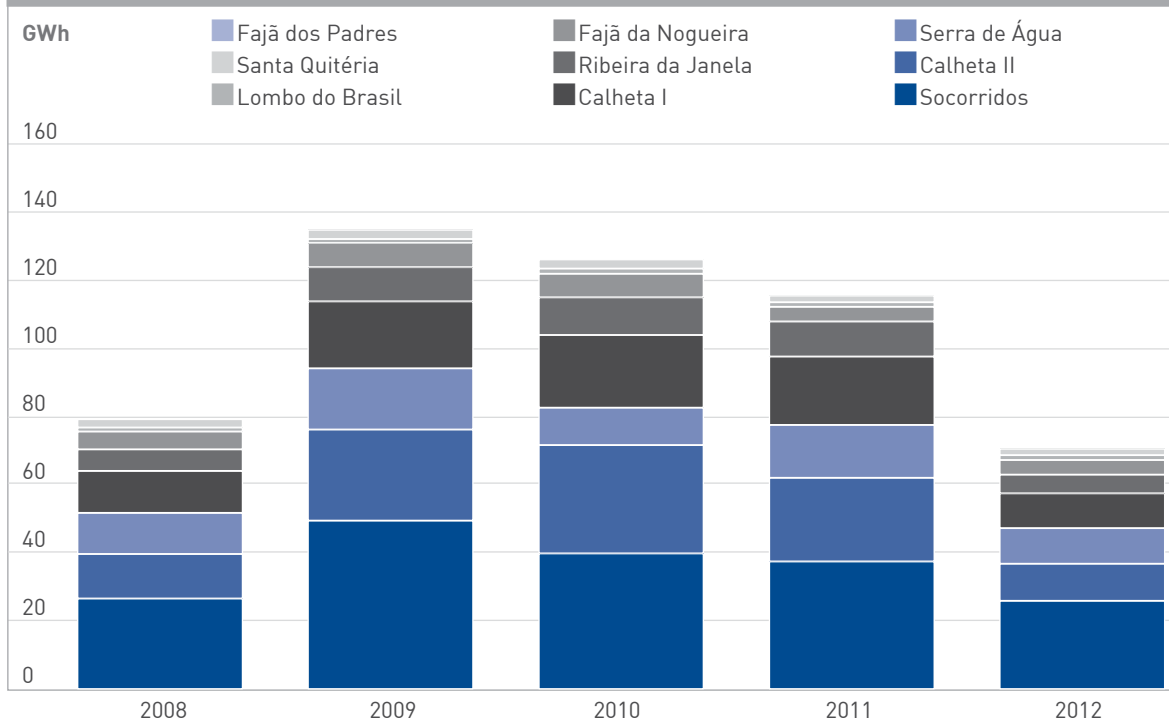
No exercício de 2012, a energia emitida pelas diferentes centrais elétricas da EEM, na Ilha da Madeira, ascendeu a 527,36 GWh, sendo 456,98 GWh (86,7%) de origem térmica e 70,38 GWh (13,3%) de origem hidroelétrica.



### Evolução mensal da produção hidroelétrica da EEM na Ilha da Madeira - 2012



### Evolução anual da produção hidroelétrica da EEM na Ilha da Madeira



A potência instalada nos centros electroprodutores de entidades privadas ascendeu a 106,15 MW, mais 0,8% que em 2011, resultante do aumento verificado na microprodução e miniprodução.

O quadro seguinte traduz a distribuição dos produtores independentes, por fonte de energia primária:

#### Sistema eletroprodutor de entidades privadas na Ilha da Madeira - 2012

	Térmica	Hídrica	Eólica	Resíduos	Fotovoltaica*	Total
Nº de centrais	1	1	9	1	608	<b>620</b>
Potência instalada (MW)	36,00	0,72	43,91	8,00	17,52	<b>106,15</b>
Aquisição (GWh)	192,40	4,20	82,62	27,72	27,68	<b>334,61</b>

\*Inclui PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001), microprodução (DL 363/2007) e miniprodução (DL 34/2011).

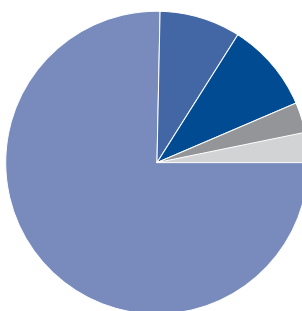
Em 2012, a energia emitida por estes centros produtores atingiu 334,61 GWh, mais 5,3% que no ano anterior. Desta energia, 57,5% foi proveniente da Central Térmica do Caniçal, 24,7% dos parques eólicos, 8,3% da ETRSU, 8,3% dos produtores fotovoltaicos, da microprodução e da miniprodução, sendo os restantes 1,2% oriundos da Central Mini-Hídrica da Terça.

A contribuição dos produtores privados na emissão de energia para a rede da Ilha da Madeira, representou 38,8% do valor total.

A repartição da energia emitida para a rede (sistema EEM e produtores privados) em 2012, na Ilha da Madeira, foi a seguinte:

#### Repartição da emissão por fonte de energia primária na Ilha da Madeira - 2012

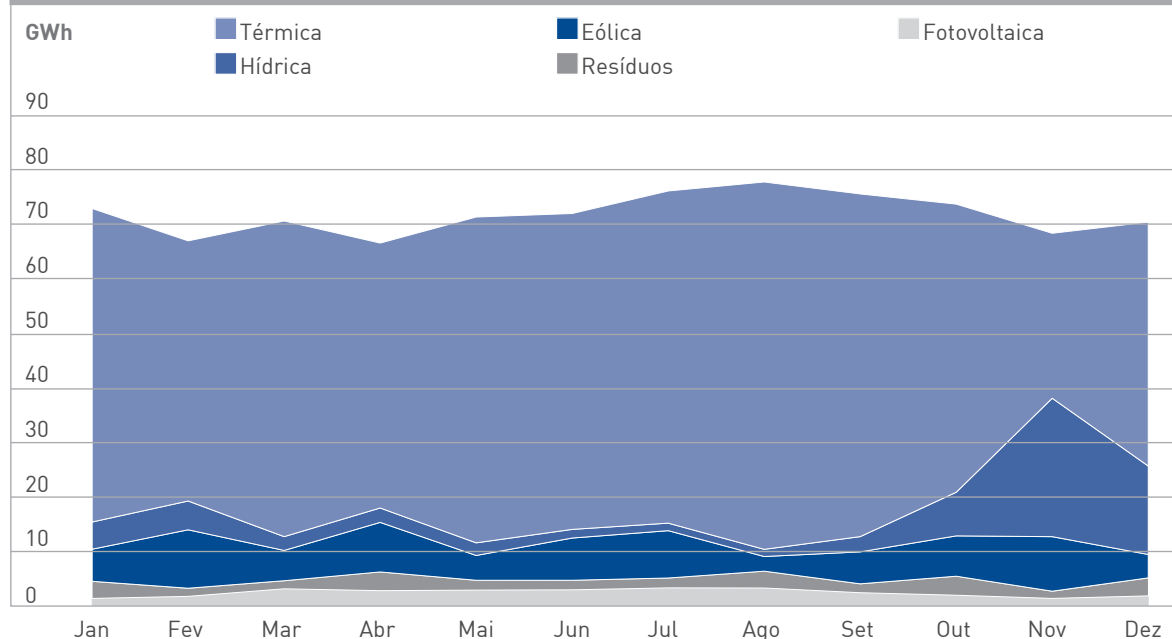
■ Térmica	75,3%
■ Eólica	9,6%
■ Hídrica	8,7%
■ Resíduos	3,2%
■ Fotovoltaica	3,2%



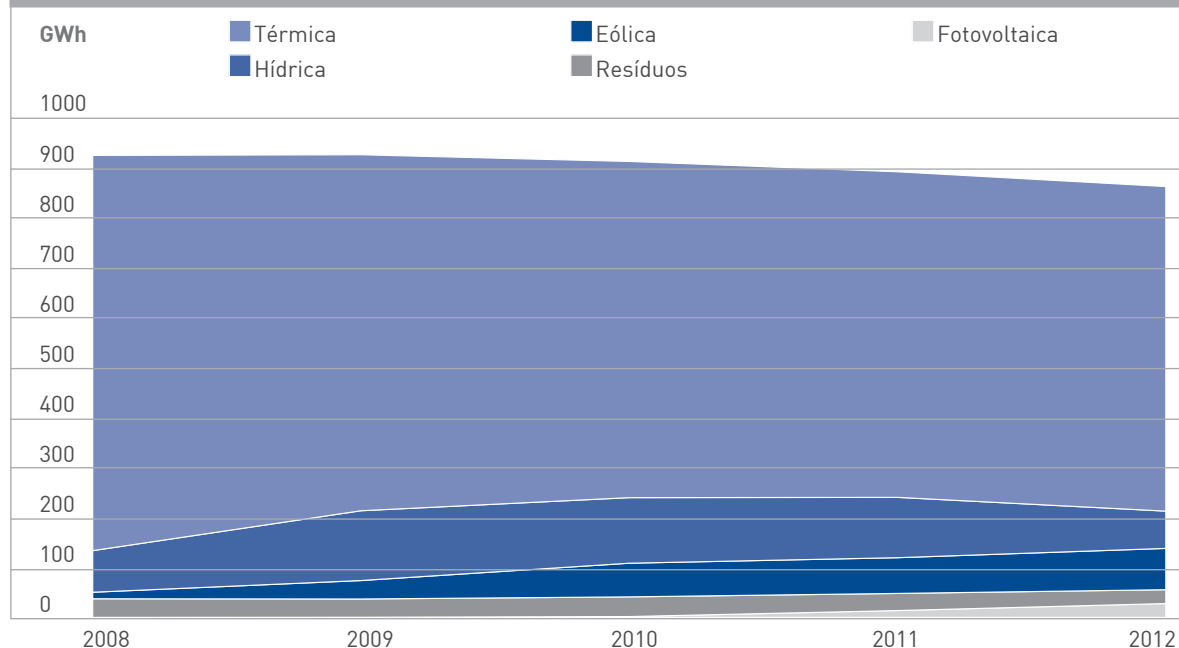
Assim, em 2012, a componente renovável ascendeu a 24,7% do total da energia emitida para a rede, sendo os restantes 75,3% de origem fóssil.

Os gráficos seguintes traduzem a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

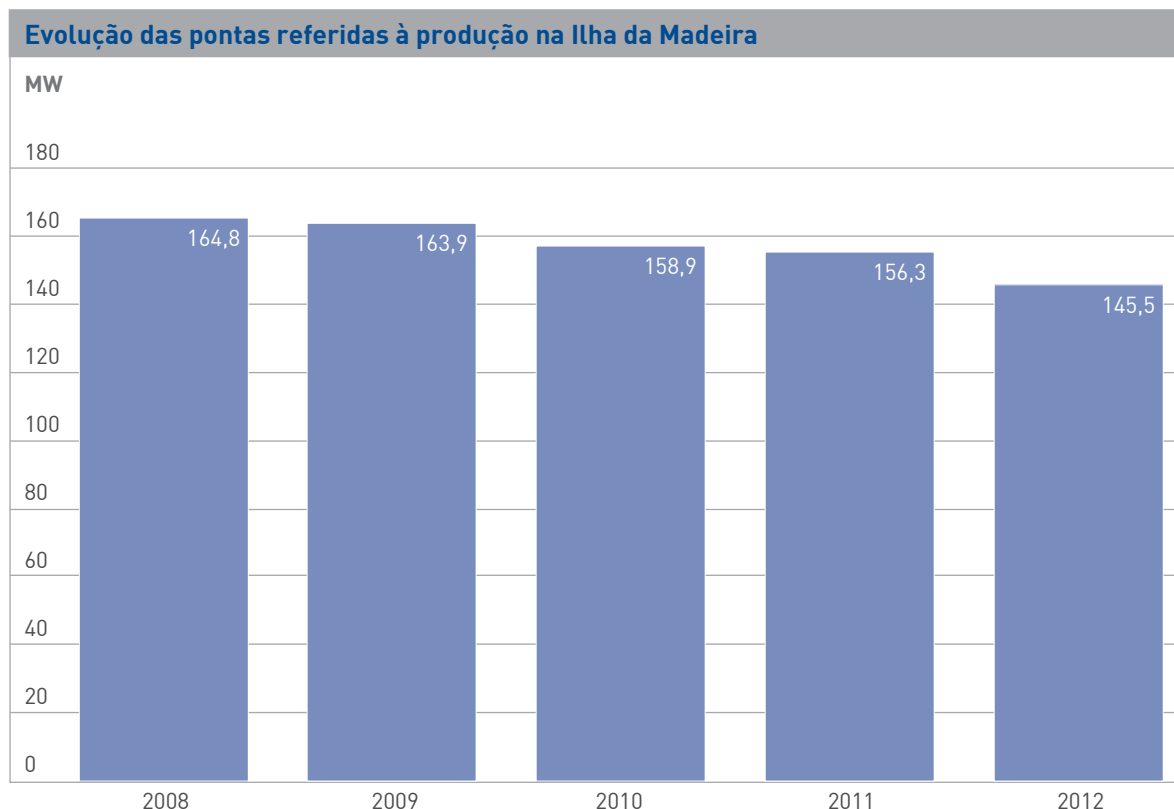
### Evolução mensal da energia emitida na Ilha da Madeira - 2012



### Evolução anual da emissão por fonte de energia primária na Ilha da Madeira



A ponta anual na Ilha da Madeira ocorreu em Janeiro, atingindo o valor de 145,5 MW, representando uma diminuição de 6,9%, relativamente ao ano de 2011.



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica da Vitória ascendeu a 101.915 e 684 milhares de litros, respetivamente. Verificou-se uma redução do consumo de combustíveis em cerca de 0,7%, relativamente ao ano transato, devido, ao aumento da produção renovável (eólica e solar), ao incremento da produção da Central Térmica da Vitória III, (com um consumo específico mais baixo) e à redução do consumo de energia elétrica. De salientar o consumo de 1.118 milhares de litros em Amónia, para efeitos de redução de NOX, na CTV III.

Consumo de combustíveis, lubrificantes e amónia no sistema da EEM na Ilha da Madeira - 2012				
litros '000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo	Amónia
Central Térmica da Vitória	100.917	998	684	1.118

## B. Ilha do Porto Santo

O sistema electroprodutor da Ilha do Porto Santo compreende uma central termoelétrica, dois parques eólicos e um parque fotovoltaico. A potência total instalada ascende a 20,73 MW, com 17,28 MW (83,4%) instalados na Central Térmica do Porto Santo, 2,34 MW (11,3%) no parque fotovoltaico e em instalações de microprodução e de miniprodução, sendo os restantes 1,11 MW (5,3%) afetos aos dois parques eólicos.

### Central Térmica do Porto Santo

Na Central Térmica de Porto Santo procederam-se aos seguintes trabalhos:

- Conclusão da grande reparação do tanque de fuel;
- Intervenção nas caldeiras de recuperação dos Grupos nºs 3 e 4;
- Intervenção no sistema de refrigeração;
- Início da reparação da cobertura da central.

### Sistema eletroprodutor na Ilha do Porto Santo - 2012

	EEM		ENEREEM	Privados	Total
	Térmica	P. Eólicos	P. Eólicos	Fotovoltaica*	
Nº de centrais	1	1	1	19	<b>22</b>
Potência instalada (MW)	17,28	0,45	0,66	2,34	<b>20,73</b>
Emissão (GWh)	25,50	0,09	0,75	3,13	<b>29,47</b>

\*Inclui PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001), microprodução (DL 363/2007) e miniprodução (DL 34/2011)

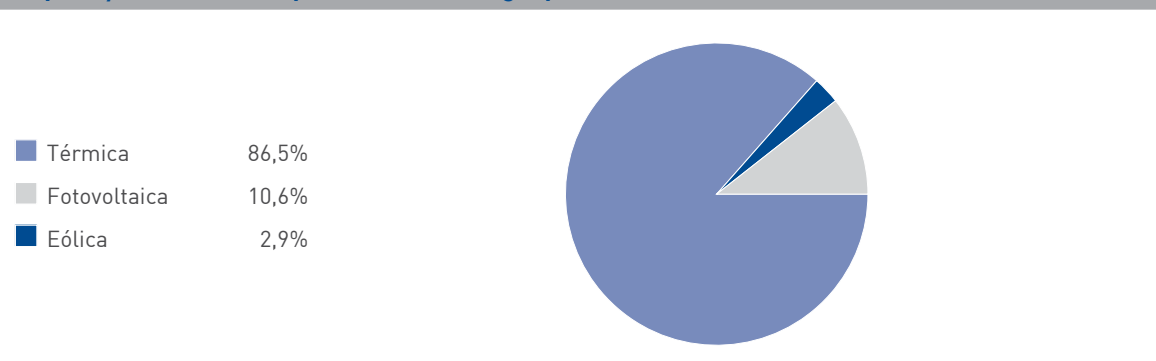
### Central termoelétrica da EEM na Ilha do Porto Santo - 2012

	Grupo n.º	Pot. Instalada		Pot. Máx Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Combustível
		(MW)	(MVA)				
Central Térmica do Porto Santo	1,2*	10,00	12,86	-	0,01		Gasóleo
	3,4,5	12,96	15,30	11,40	23,11		Fuelóleo
	6	4,32	5,10	3,80	4,73		Fuelóleo
<b>Total - CTPS</b>		<b>17,28</b>	<b>20,40</b>	<b>15,20</b>	<b>27,85</b>	<b>25,50</b>	

\*Grupos desclassificados em 2008

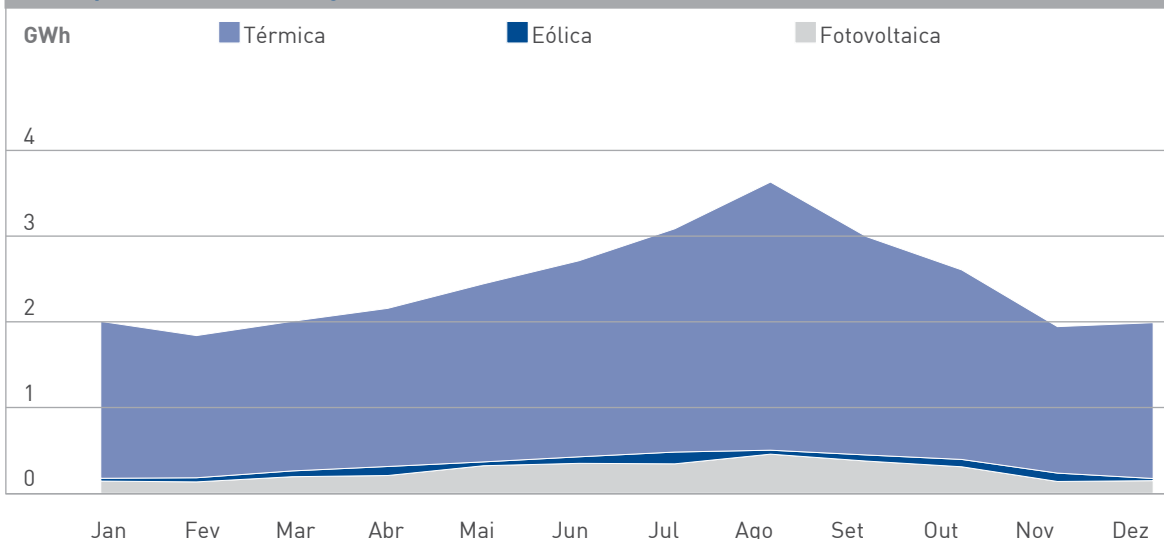
Em 2012, a energia emitida na Ilha do Porto Santo ascendeu a 29,47 GWh, sendo que 25,50 GWh (86,5%) foram de origem térmica, 3,13 GWh (10,6%) de origem solar e os restantes 0,84 GWh (2,9%) de origem eólica.

### Repartição da emissão por fonte de energia primária na Ilha do Porto Santo - 2012

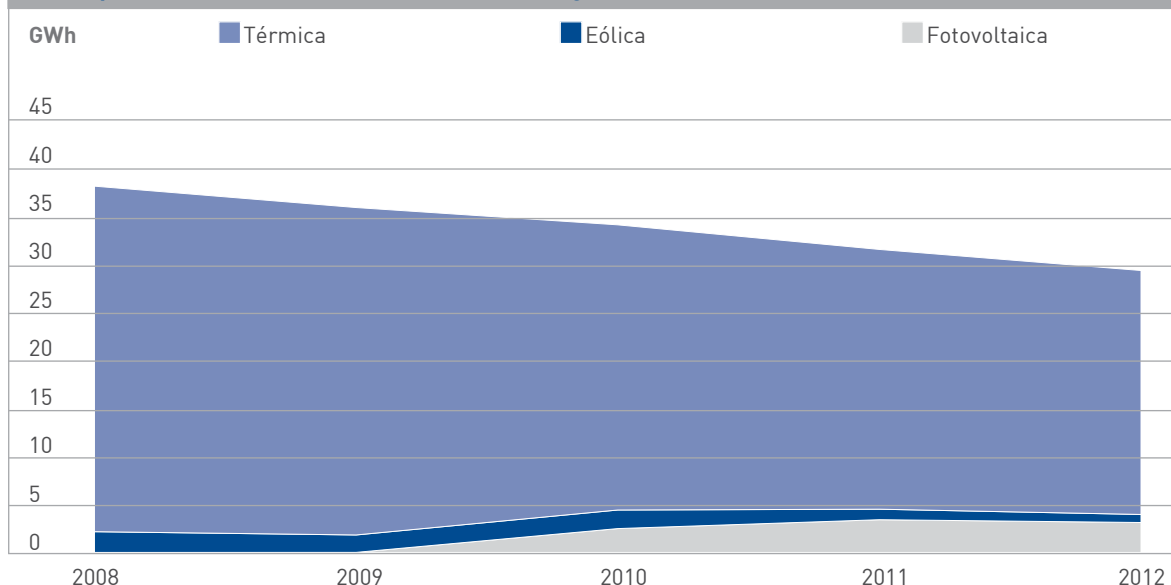


Os gráficos seguintes indicam a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

### Evolução mensal da energia emitida na Ilha do Porto Santo - 2012



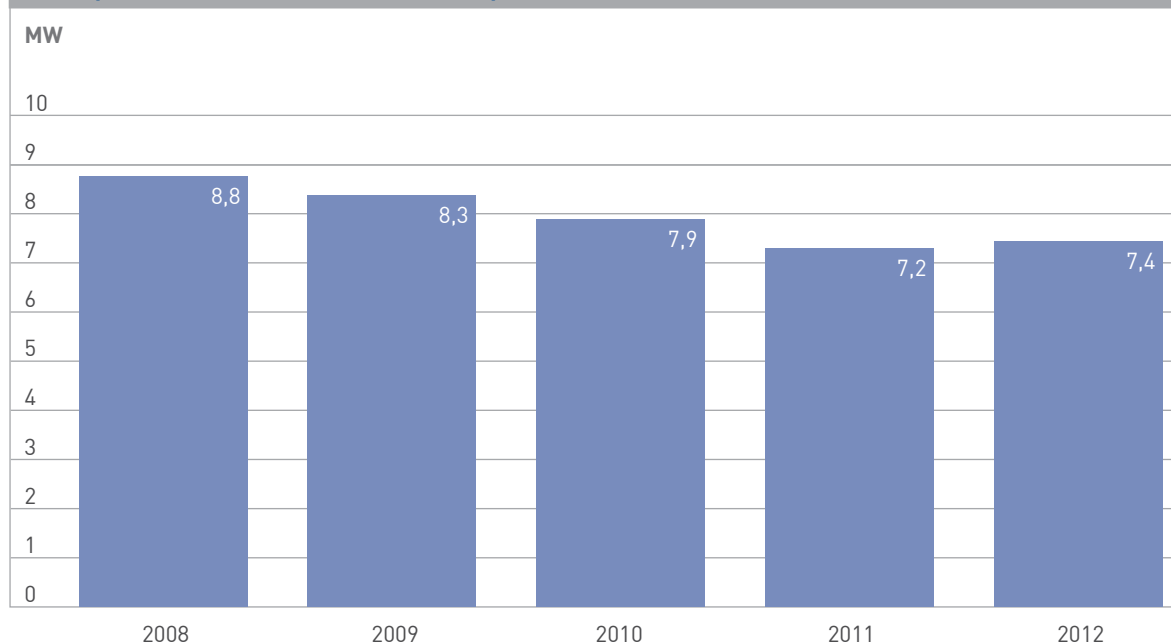
### Evolução anual da emissão por fonte de energia primária na Ilha do Porto Santo



Devido ao baixo consumo registado no ano de 2012 na ilha de Porto Santo, verificou-se uma diminuição da contribuição de todas as componentes energéticas. A contribuição de energias renováveis, em especial, a de origem eólica, registou um decréscimo, devido a uma avaria prolongada num dos aerogeradores.

A ponta anual na Ilha do Porto Santo registou-se em Agosto, tendo atingido 7,4 MW, sendo superior em 1,9%, relativamente à observada no exercício de 2011.

### Evolução das pontas referidas à produção na Ilha do Porto Santo



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica do Porto Santo ascendeu a 7.407 e 30 milhares de litros, respetivamente.

### Consumo de combustíveis e lubrificantes na Ilha do Porto Santo - 2012

litros'000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo
Central Térmica do Porto Santo	6.412	995	30

Verificou-se um decréscimo do consumo de combustíveis na ordem de 3,9%, relativamente ao exercício anterior, motivado pela diminuição da procura de energia.

## II. Transporte

Na rede de transporte, os investimentos mais significativos verificaram-se ao nível das subestações/postos de corte e nas linhas de transporte, totalizando 1.824 milhares de Euros.

### Subestações/Postos de Corte

No que se refere às subestações/postos de corte, destacam-se:

- Continuação dos trabalhos de construção da Subestação da Pedra Mole, prevendo-se a sua conclusão em 2013;
- Continuação da remodelação do Posto de Corte do Loiral;
- Continuação dos trabalhos de instalação de proteções diferenciais, na Subestação do Palheiro Ferreiro, prevendo-se a sua finalização em 2013;
- Continuação dos projetos de execução e dos processos de concurso relativos às intervenções (que terão carácter de remodelação total) nas subestações dos Prazeres, Lombo do Meio e Amparo;
- Continuação da remodelação das celas de 30 kV da Subestação da Vila Baleira no Porto Santo.

Além dos investimentos referidos, assinalam-se ainda as seguintes ações:

- Realização de trabalhos de manutenção geral, em particular, dos transformadores;
- Realização de trabalhos de inspeção termográfica.

### Subestações na RAM - 2012

	Potência instalada (MVA)			Total	Bat. Cond.
	30/6,6 kV	60/30 kV	60/6,6 kV		MVAr
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>238,0</b>	<b>170,0</b>	<b>125,0</b>	<b>533,0</b>	<b>32,0</b>
Funchal	3 x 10,0	-	-	30,0	6,0
Amparo	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Vitória 6,6 kV	2 x 10,0	-	-	20,0	4,0
Vitória	-	4 x 25,0	-	100,0	-
Santa Quitéria	10,0	-	-	10,0	-
Virtudes	2 x 15,0	-	-	30,0	2,0
Alegria	-	-	10,0	10,0	-
Viveiros	-	-	2 x 15,0	30,0	4,0
Ponte Vermelha	15,0	-	-	15,0	2,0
Lombo do Meio	4,0	-	-	4,0	-
Central da Calheta	2 x 0,5	-	-	1,0	-
Calheta	10,0	-	-	10,0	-
Lombo do Doutor	-	25,0	-	25,0	-
Ribeira da Janela	6,0	-	-	6,0	-
Serra de Água	4,0	-	-	4,0	-
Lombo do Faial	6,0	-	-	6,0	-
Santana	6,0	-	-	6,0	-
Machico	-	15,0	10,0 + 15,0	40,0	2,0
Assomada	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Livramento	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Palheiro Ferreiro	-	2 x 15,0	2 x 10,0	50,0	2,0
São Vicente	6,0	-	-	6,0	-
Prazeres	2 x 2,0	-	-	4,0	-
Canical	-	-	10,0	10,0	-
Cabo Girão	10,0	-	-	10,0	-
Santo da Serra	6,0	-	-	6,0	-
Ponta Delgada	10,0	-	-	10,0	-
São João	-	-	2 x 15,0	30,0	4,0
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>20,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20,0</b>	<b>-</b>
Nova Central	4,0	-	-	4,0	-
Vila Baleira	4,0 + 6,0	-	-	10,0	-
Calheta	6,0	-	-	6,0	-
<b>Total RAM</b>	<b>258,0</b>	<b>170,0</b>	<b>125,0</b>	<b>553,0</b>	<b>32,0</b>

### Linhas de Transmissão

Na área das linhas de transmissão, destacam-se os seguintes investimentos:

- Início dos trabalhos no troço subterrâneo entre a Central Térmica do Porto Santo e a Subestação da Calheta;
- Lançamento de redes de condutas nos seguintes troços: na variante à Madalena do Mar; num troço entre as subestações de São Vicente e da Ponta Delgada; no Funchal, no caminho do Poço do Barral e na Rotunda de São João;
- Alteração da rede de cabos de interligação da Subestação do Funchal. Na sequência do Temporal de 20 de Fevereiro de 2010, o Governo Regional promoveu a elaboração de um plano estratégico para alteração da foz das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, na baixa da cidade do Funchal. O projeto daí resultante, altera substancialmente a arquitetura da zona anexa ao edifício sede da EEM, onde está situada a Subestação do Funchal, 30 MVA - 30/6,6 kV, e cuja área de intervenção coincide com as principais redes de cabos de ligação desta subestação.

Foram ainda realizadas outras intervenções na rede de transporte, compreendendo a substituição de cadeias de suspensão e amarração, caixas terminais, afastamentos de apoios a pedido de clientes, bem como a desmatização de corredores de linhas e limpeza das bases dos apoios.



No âmbito da monitorização da rede de transporte, são de destacar as seguintes ações:

- Vistoria de cerca de 11,4 km e 62,6 km de linhas aéreas de 60 kV e 30 kV respetivamente;
- Inspeção de caixas de visita de ligações subterrâneas, numa extensão aproximada de 29 km de ligações em média tensão de 30 kV;
- Desmatação de linhas e limpeza das bases dos apoios numa extensão de 18 km;
- Foram realizadas 232 pinturas de numeração de apoios de betão e colocação de chapas de sinalização de perigo de morte em várias linhas.

#### Rede de Transporte na RAM - 2012

	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Subestações de 60/30/6,6 kV</b>			
Unidades	8	-	<b>8</b>
Potência instalada (MVA)	295,00	-	<b>295,00</b>
<b>Subestações de 30/6,6 kV</b>			
Unidades	20	3	<b>23</b>
Potência instalada (MVA)	238,00	20,00	<b>258,00</b>
<b>Rede de 60 kV</b>			
	<b>74,05</b>	-	<b>74,05</b>
Aérea (km)	63,84	-	63,84
Subterrânea (km)	10,21	-	10,21
<b>Rede de 30 kV*</b>			
	<b>385,34</b>	<b>15,30</b>	<b>400,64</b>
Aérea (km)	245,39	5,10	250,49
Subterrânea (km)	139,94	10,20	150,14
<b>Fibra óptica (km)</b>			
	599,54	9,11	<b>608,65</b>

\*Inclui redes de distribuição de 30 kV

## Telecomunicações

Na área das telecomunicações, assinalam-se as seguintes ações:

- Expansão da rede de cabo de fibra ótica:
  - Prosseguiu em 2012 o plano de expansão da rede de fibra ótica, aumentando a rede em 30 km, na Ilha da Madeira;
  - Operacionalizou-se a redundância das redes de telecomunicações na zona Norte.
- Efetuaram-se trabalhos nas redes de telecomunicações, nomeadamente:
  - Expansão da rede SDH à Subestação do Lombo da Velha;
  - *Upgrade* da rede SDH no Centro de Despacho e nas salas técnicas de telecomunicações, nomeadamente, na Ponte Vermelha, Virtudes e Funchal.
- Rede telefónica:
  - Disponibilizou-se um acesso telefónico direto pela rede de telecomunicações da EEM, entre a Central Termoelétrica do Caniçal e o Centro de Despacho.

## Centro de Despacho

No que se refere à atividade do Centro de Despacho, assinalam-se as seguintes iniciativas:

- Deu-se início ao projeto de migração do SCADA;
- Instalação do telecomando no posto de seccionamento do Loiral;
- Instalação de conversores para obtenção de dados de funcionamento da Central Térmica do Porto Santo;
- Supervisão da Central Térmica do Porto Santo;
- Manutenção e publicação de conteúdos no sítio da intranet (<http://despacho>), nomeadamente:
  - Introdução de dados relativos ao Porto Santo no Diagrama de Cargas Interativo;
  - Aperfeiçoamento da aplicação Diagrama de Cargas Interativo com as funcionalidades de correção dinâmica da previsão e potência eólica disponível;
  - Aperfeiçoamento da aplicação interativa para a informação diária com a introdução de novos gráficos;
  - Aperfeiçoamento da aplicação de registo de frequência;
  - Publicação de novos estudos estatísticos;
  - Criação de uma área de sugestões.
- Renovação da certificação ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade.

### III. Distribuição

Relativamente à rede de distribuição, o investimento foi direcionado, essencialmente, para a remodelação e construção de novas linhas de média tensão, postos de transformação, redes de baixa tensão e iluminação pública.

A extensão da rede de distribuição de média tensão e de baixa tensão é indicada no seguinte quadro:

Rede de Distribuição na RAM - 2012			
Km	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>1.249,84</b>	<b>73,92</b>	<b>1.323,76</b>
Aérea	503,05	17,01	520,06
Subterrânea	746,79	56,91	803,70
<b>Rede de BT</b>	<b>3.840,28</b>	<b>118,54</b>	<b>3.958,82</b>
Aérea	2.950,40	50,62	3.001,02
Subterrânea	889,88	67,92	957,80

Postos de Transformação na RAM - 2012						
	Privados		Públicos		Total	
	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)
Funchal	102	78.055	476	257.745	578	335.800
Câmara de Lobos	14	9.490	116	43.335	130	52.825
Ribeira Brava	4	2.010	112	34.275	116	36.285
Ponta do Sol	3	930	58	19.910	61	20.840
Calheta	3	1.280	126	33.525	129	34.805
Porto Moniz	-	-	49	12.630	49	12.630
São Vicente	1	160	56	16.795	57	16.955
Santana	5	3.005	90	20.990	95	23.995
Machico	26	16.505	124	48.690	150	65.195
Santa Cruz	34	23.065	260	99.840	294	122.905
Porto Santo	18	11.920	76	22.725	94	34.645
<b>Total RAM</b>	<b>210</b>	<b>146.420</b>	<b>1.543</b>	<b>610.460</b>	<b>1.753</b>	<b>756.880</b>

Os concelhos com maior potência instalada são o Funchal, Santa Cruz e Machico com 335.800 kVA, 122.905 kVA e 65.195 kVA, respetivamente.

#### A. Ilha da Madeira

Na Ilha da Madeira, os principais indicadores são os seguintes:

- Instalação de 6 novos postos de transformação de serviço público, com uma potência instalada de 3.380 kVA e 2 de serviço particular com uma potência instalada de 1.730 kVA;
- Construção de 6,88 km de rede de média tensão, sendo 0,14 km do tipo aéreo e 6,74 km de rede subterrânea;
- Remoção de 4,71 km de rede de média tensão sendo 3,08 km do tipo aéreo e 1,63 km de rede subterrânea;
- Remodelação de 7,27 km de rede de média tensão;
- Construção de 11,47 km de rede de baixa tensão, sendo 3,03 km de rede aérea e 8,44 km de rede subterrânea;
- Remodelação de 57,80 km de rede de baixa tensão;
- Instalação de 49 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 201 focos de iluminação pública.

## B. Ilha do Porto Santo

Para a Ilha do Porto Santo, os principais indicadores são os seguintes:

- Instalação de 4 novos postos de transformação de serviço público, com uma potência instalada de 1.360 kVA;
- Construção de 0,41 km de rede de média tensão;
- Remoção de 0,16 km de rede aérea de média tensão e 0,20 km de rede subterrânea de média;
- Remodelação de 0,06 km de rede de média tensão;
- Instalação de 1,75 km de rede de baixa tensão;
- Remodelação de 0,67 km de rede de baixa tensão;
- Instalação de 25 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 3 focos de iluminação pública.

### Evolução da Rede de Distribuição na RAM - 2012

	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Ampliações de rede</b>			
<b>PT 's de Serviço Público</b>			
Unidades	6	4	10
Potência (kVA)	3.380	1.360	4.740
<b>PT 's de Serviço Particular</b>			
Unidades	2	-	2
Potência (kVA)	1.730	-	1.730
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>6,88</b>	<b>0,41</b>	<b>7,29</b>
Aérea (km)	0,14	-	0,14
Subterrânea (km)	6,74	0,41	7,15
<b>Rede de Baixa Tensão</b>	<b>11,47</b>	<b>1,75</b>	<b>13,22</b>
Aérea (km)	3,03	-	3,03
Subterrânea (km)	8,44	1,75	10,19
<b>Remoções de rede</b>			
<b>Postos de Transformação</b>			
Unidades	(26)	(1)	(27)
Potência (kVA)	(12.140)	(200)	(12.340)
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>(4,71)</b>	<b>(0,36)</b>	<b>(5,07)</b>
Aérea (km)	(3,08)	(0,16)	(3,24)
Subterrânea (km)	(1,63)	(0,20)	(1,83)
<b>Rede de Baixa Tensão</b>	<b>(4,30)</b>	<b>(1,95)</b>	<b>(6,25)</b>
Aérea (km)	(3,70)	(1,81)	(5,51)
Subterrânea (km)	(0,60)	(0,14)	(0,74)
<b>Remodelações de rede</b>			
<b>PT 's de Serviço Público</b>			
Unidades	1	2	3
Potência (kVA)	(225)	(195)	(420)
<b>PT 's de Serviço Particular</b>			
Unidades	(1)	(2)	(3)
Potência (kVA)	(1.035)	(415)	(1.450)
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>7,27</b>	<b>0,06</b>	<b>7,33</b>
Aérea (km)	2,87	0,06	2,93
Subterrânea (km)	4,40	-	4,40
<b>Rede de Baixa Tensão</b>	<b>57,80</b>	<b>0,67</b>	<b>58,47</b>
Aérea (km)	51,39	0,27	51,66
Subterrânea (km)	6,41	0,40	6,81

## IV. Comercialização

O balanço energético da RAM, no exercício de 2012, registou os seguintes valores:

<b>Balanço de energia elétrica na RAM - 2012</b>			
<b>MWh</b>	<b>Madeira</b>	<b>Porto Santo</b>	<b>Total RAM</b>
<b>Produção das Centrais</b>	<b>535.667</b>	<b>27.943</b>	<b>563.610</b>
Térmica	464.767	27.854	492.621
Fuel	464.041	27.840	491.881
Gasóleo	725	14	739
Hídrica	70.900	-	70.900
Eólica	-	89	89
<b>Consumo e perdas das Centrais</b>	<b>8.305</b>	<b>2.355</b>	<b>10.660</b>
<b>Emissão própria</b>	<b>527.363</b>	<b>25.588</b>	<b>552.951</b>
<b>Aquisições a outros produtores do SEPM</b>	<b>192.403</b>	<b>-</b>	<b>192.403</b>
Térmica	192.403	-	192.403
Fuel	192.403	-	192.403
<b>Aquisições à PRE</b>	<b>142.211</b>	<b>3.884</b>	<b>146.095</b>
Hídrica	4.201	-	4.201
Eólica	82.616	755	83.370
Resíduos	27.716	-	27.716
Fotovoltaica	24.507	2.836	27.343
Microprodução + Miniprodução	3.172	293	3.465
<b>Total da energia entrada na rede</b>	<b>861.977</b>	<b>29.472</b>	<b>891.449</b>
Bombagem	651	-	651
<b>Emissão para a rede do SEPM</b>	<b>861.326</b>	<b>29.472</b>	<b>890.797</b>
<b>Consumos próprios</b>	<b>909</b>	<b>53</b>	<b>962</b>
<b>Fornecimentos SEPM</b>	<b>786.528</b>	<b>27.779</b>	<b>814.307</b>
MT	177.755	10.323	188.078
BT	608.773	17.456	626.229
<b>Energia saída da rede</b>	<b>787.437</b>	<b>27.832</b>	<b>815.269</b>
<b>Perdas</b>	<b>73.888</b>	<b>1.640</b>	<b>75.528</b>

O consumo de energia elétrica verificado em 2012 traduz um decréscimo de 3,2% e de 8,1% na Ilha da Madeira e do Porto Santo, respetivamente.

<b>Energia vendida a clientes do SEPM por níveis de tensão e por regimes tarifários - 2012</b>						
<b>GWh</b>	<b>AT</b>	<b>MT</b>	<b>BTE</b>	<b>BTN</b>	<b>IP</b>	<b>Total</b>
Energia	-	188,08	140,82	406,54	78,87	<b>814,31</b>

Na RAM, o consumo de média tensão atingiu 188,08 GWh, enquanto o de baixa tensão foi de 626,23 GWh, com um peso relativo de 23,1% e 76,9%, respetivamente, do valor total.

Os quadros seguintes apresentam a distribuição dos consumos e consumidores, por concelho e por tipo de uso:

Consumo por atividade na RAM - 2012										
GWh	Usos Domést.	Hotelaria	Comércio e Serv.	Ind.	Usos Agrí.	Ilum. Púb.	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>243,74</b>	<b>142,93</b>	<b>187,31</b>	<b>72,18</b>	<b>5,37</b>	<b>76,72</b>	<b>53,64</b>	<b>4,65</b>	<b>786,53</b>	<b>100,0%</b>
	<b>31,0%</b>	<b>18,2%</b>	<b>23,8%</b>	<b>9,2%</b>	<b>0,7%</b>	<b>9,8%</b>	<b>6,8%</b>	<b>0,6%</b>	<b>100,0%</b>	
Funchal	106,28	101,33	125,91	16,75	0,53	18,15	32,10	2,22	403,25	51,3%
Câm. Lobos	28,28	5,00	9,48	12,80	0,48	8,87	2,45	0,24	67,60	8,6%
Rib. Brava	11,84	2,42	6,64	0,80	0,09	6,35	1,09	0,48	29,70	3,8%
Ponta do Sol	8,61	2,23	2,42	1,43	0,66	3,69	0,94	0,16	20,14	2,6%
Calheta	12,71	3,87	4,04	1,01	0,73	6,49	1,13	0,20	30,17	3,8%
Porto Moniz	2,70	1,36	1,16	0,20	0,41	3,30	0,70	0,07	9,89	1,2%
S. Vicente	5,58	2,15	1,67	0,75	0,16	4,74	0,91	0,21	16,17	2,1%
Santana	7,39	2,08	3,63	0,63	0,35	4,69	1,18	0,10	20,04	2,5%
Machico	20,82	5,41	12,07	13,37	0,85	9,57	2,52	0,38	64,98	8,3%
Santa Cruz	39,53	17,09	20,29	24,45	1,13	10,87	10,63	0,60	124,59	15,8%
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>6,69</b>	<b>6,55</b>	<b>3,83</b>	<b>5,65</b>	<b>0,08</b>	<b>2,15</b>	<b>2,64</b>	<b>0,19</b>	<b>27,78</b>	
	<b>24,1%</b>	<b>23,5%</b>	<b>13,8%</b>	<b>20,4%</b>	<b>0,3%</b>	<b>7,7%</b>	<b>9,5%</b>	<b>0,7%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Total RAM</b>	<b>250,42</b>	<b>149,49</b>	<b>191,13</b>	<b>77,83</b>	<b>5,44</b>	<b>78,87</b>	<b>56,28</b>	<b>4,85</b>	<b>814,31</b>	
	<b>30,7%</b>	<b>18,4%</b>	<b>23,5%</b>	<b>9,5%</b>	<b>0,7%</b>	<b>9,7%</b>	<b>6,9%</b>	<b>0,6%</b>	<b>100,0%</b>	

Consumidores por atividade na RAM - 2012										
	Usos Domést.	Hotelaria	Comércio e Serv.	Ind.	Usos Agrí.	Ilum. Púb.	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>110.815</b>	<b>2.077</b>	<b>13.271</b>	<b>866</b>	<b>1.397</b>	<b>1.681</b>	<b>1.872</b>	<b>576</b>	<b>132.555</b>	<b>100,0%</b>
	<b>83,6%</b>	<b>1,6%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,4%</b>	<b>0,4%</b>	<b>100,0%</b>	
Funchal	46.292	1.050	7.555	230	108	456	936	190	56.816	42,9%
Câm. Lobos	11.999	138	1.160	88	225	150	172	58	13.990	10,6%
Rib. Brava	6.013	77	503	34	70	138	70	37	6.942	5,2%
Ponta do Sol	4.313	52	324	47	120	76	66	27	5.024	3,8%
Calheta	6.564	91	464	52	92	151	93	65	7.572	5,7%
Porto Moniz	1.643	50	151	16	94	71	75	12	2.111	1,6%
S. Vicente	3.067	61	242	27	226	75	64	24	3.787	2,8%
Santana	4.246	74	371	32	144	109	97	22	5.095	3,8%
Machico	8.667	202	831	111	133	186	142	58	10.331	7,8%
Santa Cruz	18.010	283	1.671	230	185	269	157	83	20.888	15,8%
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>3.939</b>	<b>85</b>	<b>394</b>	<b>45</b>	<b>19</b>	<b>67</b>	<b>85</b>	<b>41</b>	<b>4.675</b>	
	<b>84,3%</b>	<b>1,8%</b>	<b>8,5%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,7%</b>	<b>0,9%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Total RAM</b>	<b>114.754</b>	<b>2.162</b>	<b>13.665</b>	<b>911</b>	<b>1.416</b>	<b>1.748</b>	<b>1.957</b>	<b>617</b>	<b>137.230</b>	
	<b>83,6%</b>	<b>1,6%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,4%</b>	<b>0,4%</b>	<b>100,0%</b>	

Em Dezembro de 2012, o número médio de consumidores ligados à rede na RAM, ascendeu a 137.230, representando um decréscimo de 0,2%, relativamente ao exercício de 2011.

## Consumo / Clientes - Distribuição por atividades na RAM - 2012

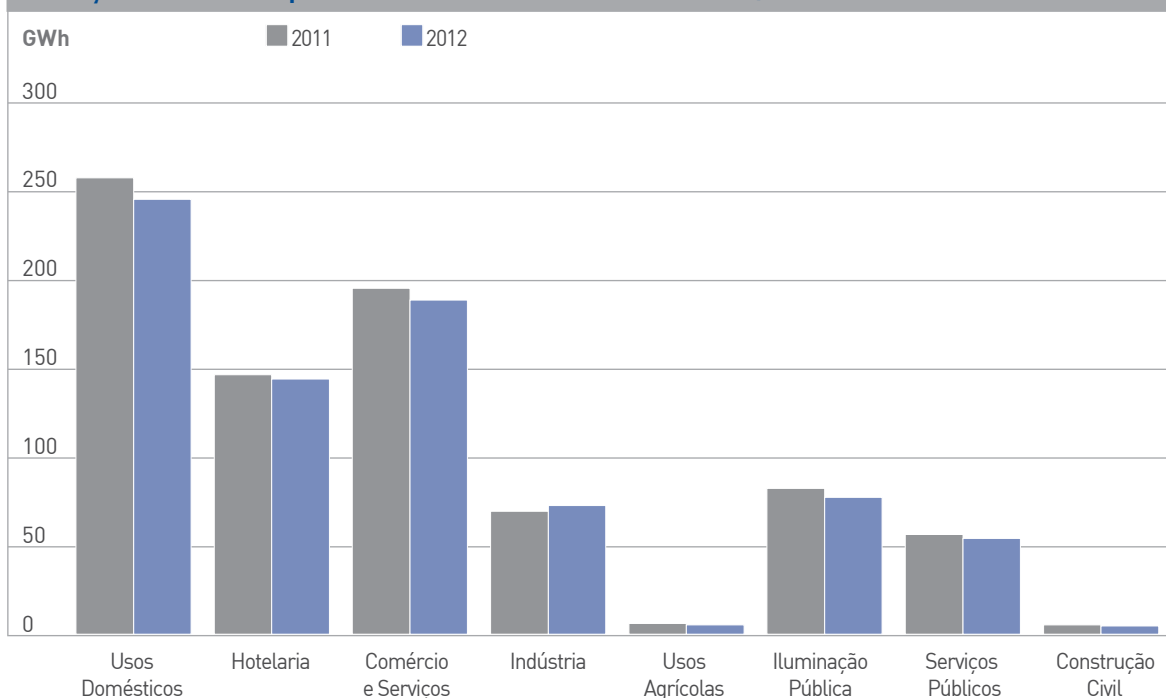
	Média e Baixa Tensão			Baixa Tensão			Usos Domésticos		
	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/Cliente	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/Cliente	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/Cliente
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>786,53</b>	<b>132.555</b>	<b>5,93</b>	<b>608,77</b>	<b>132.330</b>	<b>4,60</b>	<b>243,74</b>	<b>110.815</b>	<b>2,20</b>
Funchal	403,25	56.816	7,10	291,27	56.703	5,14	106,28	46.292	2,30
Câm. Lobos	67,60	13.990	4,83	54,76	13.975	3,92	28,28	11.999	2,36
Rib. Brava	29,70	6.942	4,28	29,22	6.939	4,21	11,84	6.013	1,97
Ponta do Sol	20,14	5.024	4,01	19,02	5.015	3,79	8,61	4.313	2,00
Calheta	30,17	7.572	3,99	29,92	7.567	3,95	12,71	6.564	1,94
Porto Moniz	9,89	2.111	4,69	9,87	2.110	4,68	2,70	1.643	1,64
S. Vicente	16,17	3.787	4,27	15,89	3.786	4,20	5,58	3.067	1,82
Santana	20,04	5.095	3,93	18,12	5.088	3,56	7,39	4.246	1,74
Machico	64,98	10.331	6,29	48,36	10.297	4,70	20,82	8.667	2,40
Santa Cruz	124,59	20.888	5,96	92,34	20.850	4,43	39,53	18.010	2,19
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>27,78</b>	<b>4.675</b>	<b>5,94</b>	<b>17,46</b>	<b>4.652</b>	<b>3,75</b>	<b>6,69</b>	<b>3.939</b>	<b>1,70</b>
<b>Total RAM</b>	<b>814,31</b>	<b>137.230</b>	<b>5,93</b>	<b>626,23</b>	<b>136.982</b>	<b>4,57</b>	<b>250,42</b>	<b>114.754</b>	<b>2,18</b>

O consumo médio por cliente ascendeu a 5,93 MWh/Cliente. Os valores mais elevados verificaram-se nos concelhos do Funchal, Machico e Santa Cruz. O consumo médio por cliente de Usos Domésticos na RAM atingiu o valor de 2,18 MWh/Cliente, sendo ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior. Os valores mais elevados ocorreram nos concelhos de Machico, Câmara de Lobos e Funchal.

## A. Ilha da Madeira

Na Ilha da Madeira, a distribuição dos consumos por atividade, manteve-se sensivelmente idêntica ao padrão verificado nos últimos anos. O consumo de Usos Domésticos registou o maior valor relativo com 31,0%, seguido do setor do Comércio e Serviços com 23,8% e do setor da Hotelaria com 18,2%.

## Evolução do consumo por atividade na Ilha da Madeira - 2011/2012

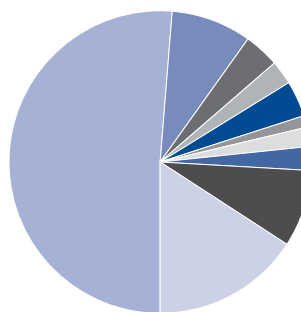


O concelho do Funchal, com 42,9% do número de clientes, foi responsável por 51,3% do consumo de energia elétrica na Ilha da Madeira, seguido pelos concelhos de Santa Cruz com 15,8%, Câmara de Lobos com 8,6% e Machico com 8,3%.

Quanto à evolução do consumo por setor de atividade, verificou-se um aumento de 4,7% no setor da Indústria. Em sentido oposto, registou-se uma diminuição do consumo em 12,4% na Construção Civil, 11,3% nos Usos Agrícolas e 6,1% na Iluminação Pública, relativamente ao exercício anterior.

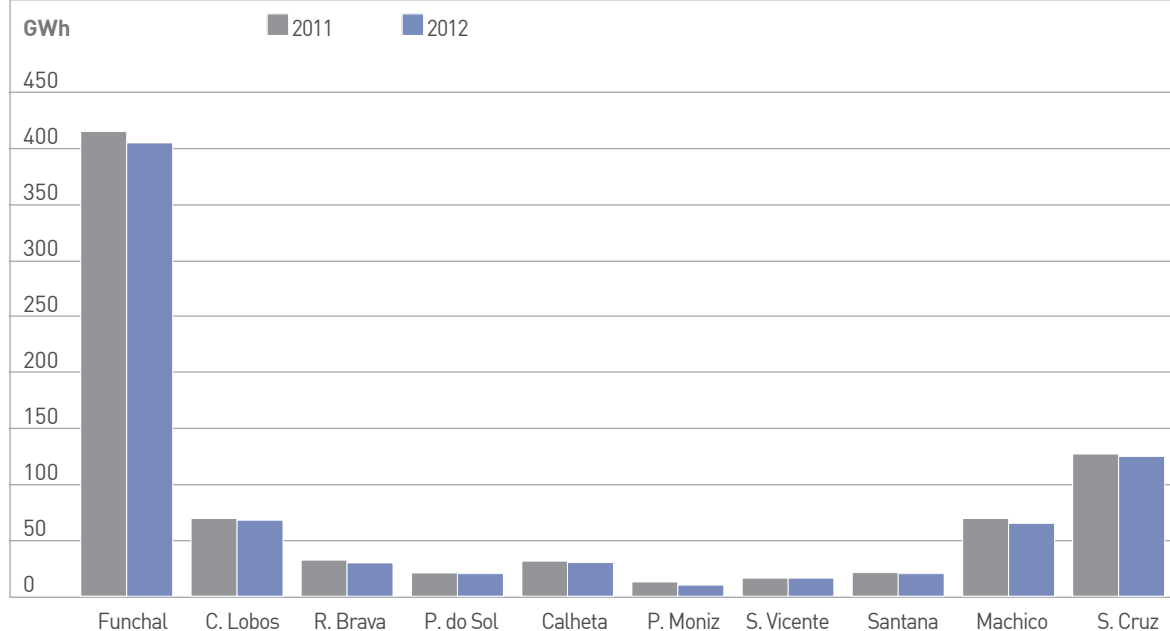
#### Consumos por concelho na Ilha da Madeira - 2012

Funchal	51,3%	Porto Moniz	1,2%
Câm. de Lobos	8,6%	S. Vicente	2,1%
Rib. Brava	3,8%	Santana	2,5%
Ponta do Sol	2,6%	Machico	8,3%
Calheta	3,8%	Santa Cruz	15,8%



Num contexto de decréscimo dos consumos de energia elétrica, o concelho que apresentou a maior taxa de crescimento, relativamente a 2011, foi o concelho de São Vicente, com crescimento na ordem dos 0,2%.

#### Evolução do consumo por concelho na Ilha da Madeira - 2011/2012

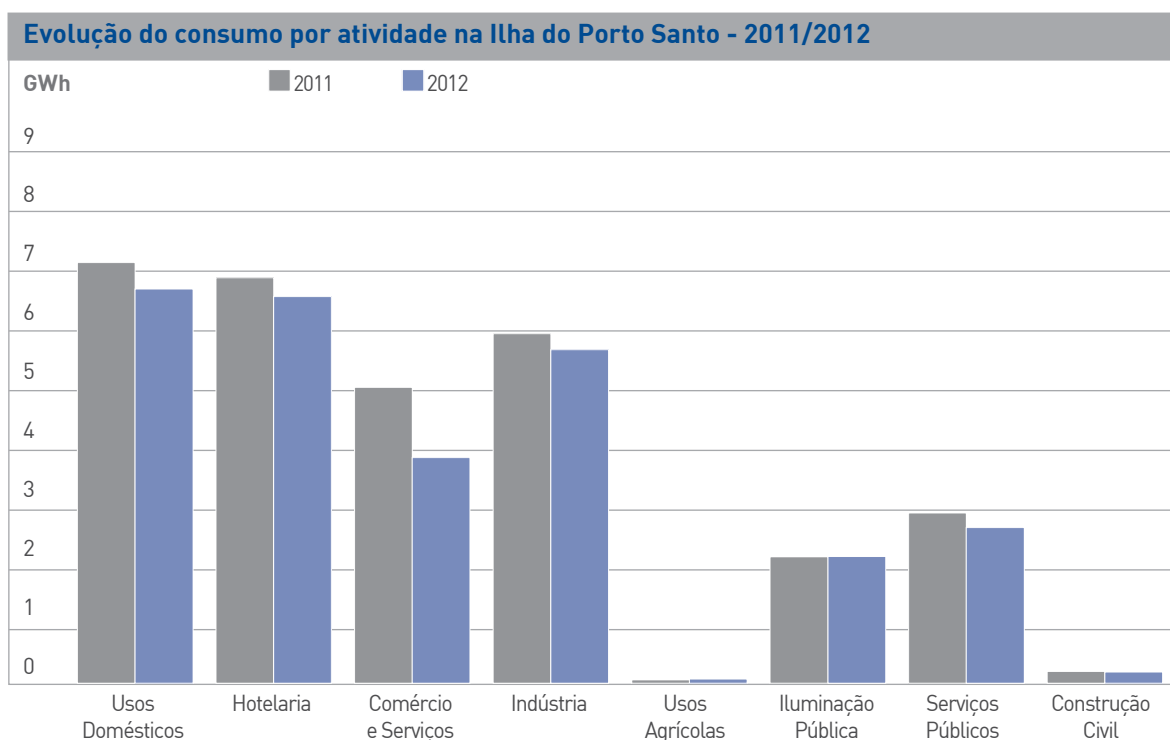


Em 2012, a rede da Ilha da Madeira contém 132.555 clientes, dos quais 225 com contagem em média tensão.



## B. Ilha do Porto Santo

A taxa de evolução do consumo de energia elétrica na Ilha do Porto Santo, face a 2011, sofreu um decréscimo na ordem de 8,1%, em resultado do abrandamento da atividade económica.



A distribuição dos principais consumos de energia elétrica por atividade apresentou os seguintes valores relativos: 24,1% em Usos Domésticos, 23,6% na Hotelaria e 20,4% na Indústria.

O setor de Usos Agrícolas registou um aumento dos consumos em 30,9%, relativamente a 2011. Por outro lado, registou-se uma diminuição do consumo de 23,7% no Comércio e Serviços, 8,6% nos Serviços Públicos e 6,2% nos Usos Domésticos, relativamente ao exercício anterior.

Em 2012, a rede da ilha de Porto Santo contém 4.675 clientes, dos quais 23 com contagem em média tensão. O consumo de média e baixa tensão atingiu 10,32 GWh e 17,46 GWh, com uma distribuição de 37,2% e 62,8%, respetivamente.

## **V. Qualidade de Serviço**

A caracterização da Qualidade de Serviço na RAM tem por base o disposto no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) e compreende, essencialmente, as seguintes áreas:

- Continuidade de Serviço;
- Qualidade da Onda de Tensão;
- Qualidade Comercial.

Neste contexto, a EEM tem procurado munir-se dos recursos necessários de forma a cumprir com as disposições regulamentares, destacando-se, em 2012, as seguintes iniciativas:

- Investimentos na melhoria dos sistemas existentes de Qualidade da Onda de Tensão, tendo como objetivos, a melhoria do processo de comunicação, registo e tratamento de informação, permitindo também, não só a ligação de novos equipamentos, mas também adequar, mais facilmente, os processos às exigências e especificações das revisões normativas;
- No final de 2012, entrou em funcionamento o novo sistema de gestão de comunicações e recolha de informação para o cálculo dos indicadores de Qualidade da Onda de Tensão;
- Em 2012, entrou em funcionamento um novo equipamento de Qualidade da Onda de Tensão, instalado na Subestação da Central Térmica da Vitória (30 kV);
- Realização de um inquérito de satisfação aos Clientes para obtenção dos indicadores gerais de avaliação e satisfação de Clientes.

A Qualidade de Serviço é objeto de um relatório específico, publicado anualmente no mês de Abril, encontrando-se disponível no sítio Internet da EEM.

Os indicadores de Continuidade de Serviço das redes de Transporte e Distribuição, referentes ao ano 2012, encontram-se dentro dos limites impostos regulamentarmente, tendo-se registado, em alguns aspetos os melhores resultados de sempre, demonstrando um nível elevado da continuidade de serviço. Neste âmbito, a EEM continua a desenvolver medidas no sentido de minimizar o número e a duração das interrupções, através da introdução de melhorias técnicas e da remodelação de troços tradicionalmente mais afetados. São de destacar, ainda, as medidas contempladas no plano de investimentos, as quais permitirão um diagnóstico mais rápido da causa das interrupções e respetiva localização.

Quanto à Qualidade da Onda de Tensão, os resultados das campanhas levadas a cabo demonstram que, de uma forma geral, estão a ser cumpridas as condições estipuladas no RQS. Neste aspeto, são de destacar a introdução de novos pontos de medição em todas as novas subestações ou remodelações futuras, elevando a capacidade de monitorização e controlo de eventuais fenómenos desta natureza.

No que tange à Qualidade Comercial, os indicadores alcançados, no ano de 2012, revelam que a atividade comercial apresenta um desempenho equivalente ao ano anterior, onde, de uma forma geral estão a ser cumpridas as condições estipuladas no RQS. É de referir, que a EEM continua empenhada na melhoria dos processos, dos recursos humanos e tecnologias. No próximo ano, entrará em produtivo o Sistema de Gestão de Equipas, tendo em vista automatizar o controlo dos processos associados aos serviços que pressupõem visitas aos clientes, permitindo assim auditar os tempos previstos no RQS.

## **VI. Investimento Não Específico**

O investimento não específico realizado pela EEM em 2012 atingiu 931 milhares de Euros, compreendendo intervenções em infraestruturas de apoio e iniciativas na área dos sistemas de informação.

## VI.I - Infra estruturas de Apoio

Foram realizados alguns investimentos em infraestruturas de apoio, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- Intervenção no armazém dos Socorridos;
- Outras intervenções de pequenas dimensões.

## VI.II - Sistemas de Informação

A EEM continuou a desenvolver diversas iniciativas de reestruturação e modernização dos sistemas de informação, de âmbito comercial e técnico, no sentido de melhorar o serviço aos seus Clientes, bem como implementar alterações de processos decorrentes da regulação e de imposições legais. As principais ações implementadas foram as seguintes:

- Desenvolvimentos SAP

Nesta área são de assinalar os seguintes desenvolvimentos:

- ODN - *Oficial Data Numbering*;
- SAF-T - Comunicações via eletrónica de faturas;
- Alteração extraordinária dos escalões do IVA;
- Outras implementações legais e de carácter regulatório.

- Alterações no BI - *Business Intelligence* - Ferramentas de *Reporting*

Durante o ano de 2012 a EEM implementou um conjunto alargado de *reports* de negócio, concretamente na componente financeira da área comercial, sobretudo no que diz respeito ao *report* de dívida de energia.

- WFM - *Work Force Management* (SGE - Sistema de Gestão de Equipas)

Em 2012, continuou-se a implementação da plataforma de Gestão de Equipas da EEM. Ao projeto inicial foi acrescido um desenvolvimento extra nas componentes de integração, nomeadamente o SAP e SGI - Sistema de Gestão de Incidentes, bem como do envolvimento dos recursos da EEM no projeto. Este esforço prende-se com a necessidade de implementar controlos aplicacionais que visam otimizar a componente do negócio na área comercial.

- Melhorias SGI

Procedeu-se a vários melhoramentos nesta plataforma, no sentido de garantir uma maior otimização e eficiência.

- Consultoria Especializada de Negócio

Em 2012, a EEM em continuidade com os anos anteriores desenvolveu um conjunto de atividades relacionadas com o desenvolvimento do negócio incluídas no projeto de Consultoria Especializada de Negócio, sendo que durante o ano em análise, incidiu essencialmente no desenvolvimento de mecanismos de controlo de dívida, análise, revisão de controlos de faturação por forma a implementar os novos tarifários de energia e adaptação do negócio aos novos requisitos legais.

- Outros Projetos

A EEM desenvolveu durante o ano de 2012, um conjunto de projetos, que embora estruturantes, são de pequena dimensão e não representam individualmente um elevado investimento, nomeadamente: alterações ao nível das plataformas técnicas SIT e SGI, as quais visam melhorar a integração das mesmas, bem como, garantir o carregamento de alguns elementos de rede não previstos, implementação de ferramentas colaborativas particularmente de um novo sistema de gestão de assiduidade e alteração de alguns processos de serviço ao Cliente tais como, melhorias ao site da EEM, entre outros.

## VII. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2012, o quadro de pessoal da EEM, S.A., era composto por 803 trabalhadores no ativo, sendo 791 efetivos e 12 com contrato a termo certo.

Recursos Humanos por função					
	2008	2009	2010	2011	2012
Engenheiros	74	68	73	73	76
Outros c/ curso superior	29	36	36	36	37
Engenheiros técnicos	11	9	8	8	8
Pessoal c/ funções industriais	450	459	459	446	411
Pessoal c/ funções administrativas	262	256	255	249	257
Auxiliares	12	8	9	7	10
Outros c/ contrato a termo certo	27	23	11	11	4
<b>Total</b>	<b>865</b>	<b>859</b>	<b>851</b>	<b>830</b>	<b>803</b>

Dos 803 trabalhadores, 761 prestavam serviço na Ilha da Madeira e os restantes 42 na Ilha do Porto Santo.

### Ações de formação

Durante o ano de 2012, concretizaram-se várias ações de formação abrangendo 426 trabalhadores num total de 1.683 horas, das quais 728 horas foram de formação externa e 955 horas de formação interna.

# Informação Económica e Financeira



## 1 - Informação Económica e Financeira

### Enquadramento

Em 2012, a atividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pelo agudizar da crise de dívida soberana na área do Euro e pela entrada em vigor das medidas do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido em Maio de 2011, entre o Estado Português, o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Central Europeu. O ambiente depressivo/recessivo traduziu-se numa redução do rendimento disponível das famílias, no aumento do desemprego e no aumento generalizado da incobrábilidade, gerando pressões deflacionistas na economia portuguesa.

Aos impactos que este conjunto de medidas de ajustamento provocou na economia, em face da necessária e inultrapassável correção dos desequilíbrios macroeconómicos até então existentes (excesso de endividamento, défice orçamental e financeiro) e, que de alguma forma, eram transversais aos diversos agentes, nomeadamente, Estado, empresas e particulares, adiciona-se o contágio da crise de dívida soberana a países com outra ordem de grandeza na Europa do Sul, designadamente, Espanha e Itália. Refira-se, contudo, que apesar da contração esperada da economia portuguesa decorrente da aplicação de um exigente programa de ajustamento, é notória uma correção progressiva dos desequilíbrios, destacando-se a redução do défice comercial, mais intensa que o previsto no próprio plano de ajustamento, a qual foi possível de alcançar num curto espaço de tempo e num contexto de fraco crescimento económico dos principais mercados europeus.

A rapidez e intensidade das medidas adotadas tiveram um impacto tremendo na atividade económica dos Países, provocando uma súbita e repentina degradação das condições de vida das populações, cujo impacto social acentuou-se em 2012 com o atingir de níveis recorde de desemprego e insolvências, cortes drásticos nas remunerações, movimentos significativos de emigração e no êxodo das populações.

Neste ambiente particularmente adverso e em continuidade com o sucedido no ano de 2011, não constitui surpresa que 2012 tenha vindo a confirmar-se como um ano extraordinariamente difícil para as empresas portuguesas, que viram o acesso ao crédito completamente vedado nos mercados internacionais (por força da atribuição de um *rating* ao nível de “lixo” à República Portuguesa e por inerência do “efeito de escada” o ajustamento dos *ratings* das empresas). Simultaneamente, os bancos portugueses, com fortes limitações de liquidez e de elevadas exigências de recapitalização, acentuaram o processo de desalavancagem e de redução de exposição creditícia à economia de uma forma geral e, em particular às empresas. Por outro lado, o aumento da incobrábilidade bancária decorrente da recessão económica prevalecte em Portugal, forçou os bancos a aplicar critérios de enorme exigência na gestão dos riscos, nomeadamente de crédito, com impacto colateral e significativo na aplicação de *spreads* bancários a níveis absolutamente inconcebíveis, atingindo e mesmo ultrapassando, no seu limiar, os atuais níveis de remuneração definidos pela ERSE para o triénio de regulação 2012-2014. De igual forma, as operações bancárias com o BEI - Banco Europeu de Investimento que, até 2010, constituía a única fonte de financiamento disponível no mercado, também está praticamente “fechada”, uma vez que as garantias e colaterais ora exigidas pelo BEI, constituem uma forte limitação à concretização de operações de financiamento.

No caso específico da Região Autónoma da Madeira, o ano de 2012 fica marcado pela implementação do Programa de Ajustamento específico para a Região, assinado entre o Governo Regional e o Governo da República, que determina a aplicação de um conjunto adicional de medidas com impacto significativo na economia regional, como sejam a adoção de níveis de tributação em sede de IRC e IRS iguais ao Continente, o aumento da taxa normal de IVA para 22%, o aumento significativo do ISP, bem como a adoção das medidas de redução remuneratória previstas para as entidades públicas. O apoio financeiro previsto pelo Programa de Ajustamento, para refinanciamento da dívida do Governo Regional e regularização de valores pendentes, ascende a cerca de 1.100 milhões de Euros. No entanto, apesar do acordo ter sido assinado ainda em 2011, a verdade é que o Governo Central não procedeu, até ao final de 2012, à transferência de qualquer valor ao abrigo do plano de ajustamento, não se concretizando assim esta importante “injeção de liquidez” na economia madeirense.

Por outro lado, é ainda de realçar que a perda de benefícios fiscais atribuídos às empresas sedeadas na Zona Franca da Madeira, provocou uma rápida deslocalização de empresas para outros países

como Malta, Gibraltar, Ilhas Caimão, Chipre, com a inevitável perda para a Madeira de importantes receitas fiscais e de postos de trabalho.

Neste contexto, extraordinariamente restritivo e adverso, as atividades da EEM foram fortemente condicionadas pelo ambiente económico que a rodeia.

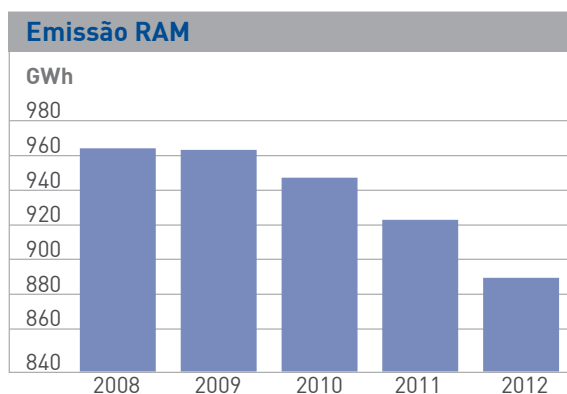
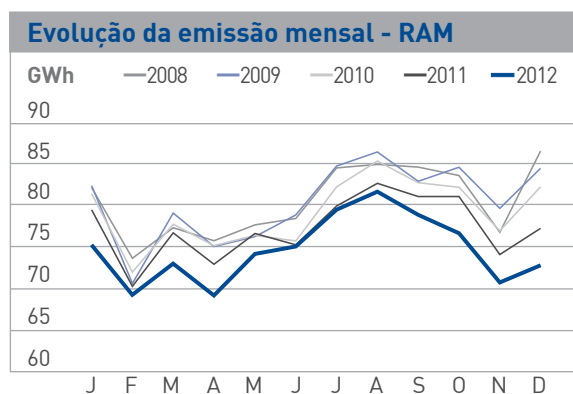
Não podemos deixar de salientar que para além das fortes restrições de tesouraria que a EEM enfrentou em 2012, continua a persistir o incumprimento do Despacho do Ministério da Economia e da Inovação, de 3 de Outubro de 2008. Como é do conhecimento da ERSE, as tarifas de energia elétrica definidas em 2008 para vigorar em 2009, não se afiguravam suficientes para cobrir todas as estimativas de custos para o sistema elétrico, pelo que a ERSE e o Governo Central decidiram, conjuntamente, que a compensação tarifária definida nas Tarifas de 2009 para a EEM e para a EDA, contemplava nesse ano e a título excecional, a afetação do montante de 50 milhões de Euros, (EEM: 24.173.186 Euros e EDA: 25.826.814 Euros) referente ao valor do equilíbrio económico-financeiro, pago pelos centros electroprodutores hídricos (previsto no artigo 92º do Decreto-Lei nº 226-A/2007) à estabilização das tarifas de energia elétrica, nomeadamente ao pagamento de parte dos custos com a convergência tarifária entre as Regiões Autónomas e o Continente, em conformidade com aquele Despacho, que previa ainda o pagamento daquele montante até 31 de Janeiro de 2009 o que, no entanto, não veio a verificar-se até ao presente momento. No entanto, no final do exercício económico de 2009, isto é, já em 2010, verificou-se que as empresas insulares, por desfasamento de pressupostos, teriam que devolver ao sistema elétrico sensivelmente o mesmo montante, ou seja, cerca de 50 milhões de Euros.

Assim, no exercício económico de 2011, as empresas insulares conceituaram que não tendo recebido os mencionados 50 milhões de Euros também não teriam de devolver o montante idêntico do excedente apurado. No entanto, a ERSE ao fixar as tarifas para 2011 obrigou as empresas insulares a devolver ao sistema elétrico o excedente tarifário apurado em 2009, acrescido dos respetivos encargos financeiros, não obstante o facto do referido Despacho não fazer qualquer menção a juros compensatórios pelo não cumprimento das obrigações do Estado.

Esta situação muito negativa, agrava o equilíbrio financeiro das empresas, obrigando a encontrar uma solução urgente para a sua resolução.

Ainda no que concerne ao Contrato de Convergência Tarifária de energia elétrica respeitante aos anos de 1998 a 2002 assumido pelo Governo da República através do Ministério da Economia, verifica-se que, desde Setembro de 2009, o plano de pagamento estabelecido não vem sendo cumprido. De facto, e apesar do pagamento efetuado em 23 de Dezembro de 2009 pelo Ministério da Economia liquidando, nessa data, todas as prestações vencidas até 30 de Setembro de 2009, a verdade é que o plano de pagamentos estabelecido com o Governo Central, volta uma vez mais a não ser cumprido, sendo que a 31 de Dezembro de 2012 já se encontram pendentes de liquidação 13 prestações trimestrais (uma referente ao ano de 2009, quatro de 2010, quatro de 2011 e quatro de 2012) ascendendo a 14.155 milhares de Euros (valor ao qual acresce IVA). Este continuado incumprimento penaliza a tesouraria da EEM e constitui mais um motivo de grande preocupação.

Em face do acima exposto, restou à EEM apenas a possibilidade de assumir um plano de governação muito criterioso mas, simultaneamente, limitado e restritivo num cenário macroeconómico de recessão que vem provocando uma contração da emissão de eletricidade nos últimos anos, com um decréscimo de 7,3% entre 2009 e 2012, conforme se depreende dos gráficos seguintes:

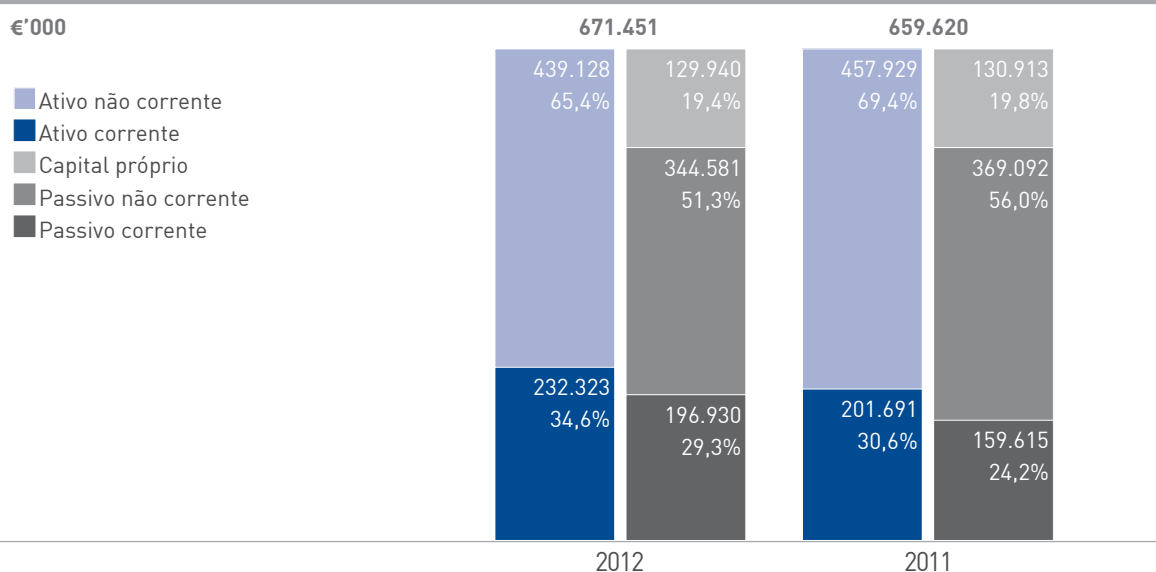




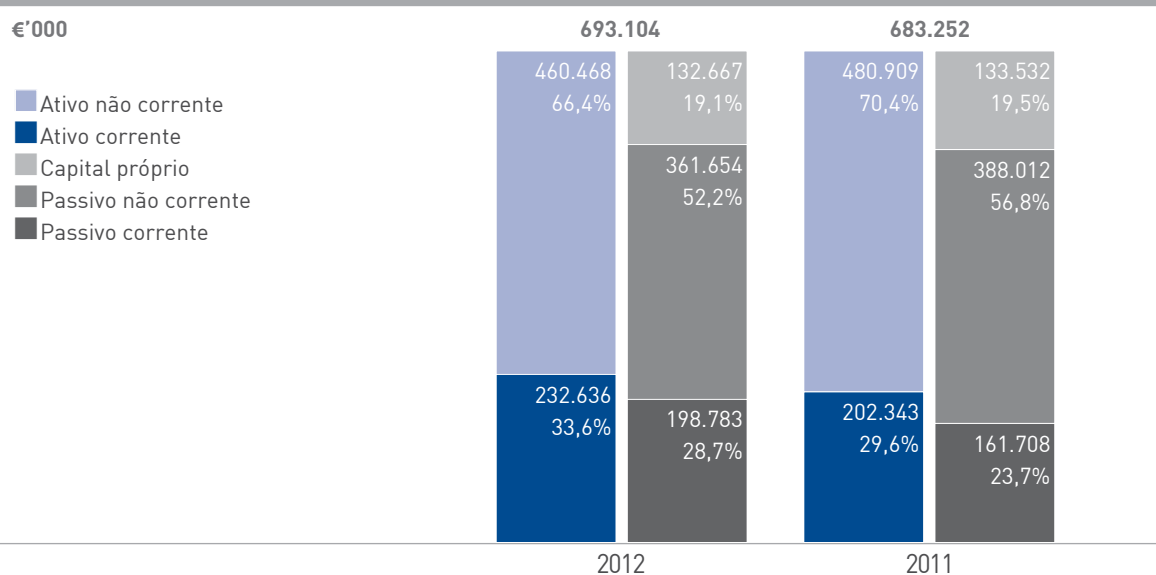
Apesar de todas as limitações e contingências de ordem económica e financeira acima referidas, a EEM tem reagido proativamente às adversidades, na procura de uma cada vez maior eficiência na gestão dos seus recursos de uma forma geral, mas, em particular, nos custos controláveis, sendo de destacar, entre outras, as seguintes medidas/resultados:

- A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta uma redução de 25,8% face a 2011;
- Não considerando o consumo de combustíveis para a produção de eletricidade e as aquisições de energia, o consumo de materiais afetos à exploração apresenta um decréscimo de 13% face a 2011;
- Tem vindo a ser implementada uma restrita e criteriosa política de gestão de recursos humanos, sendo que, em 2012, a EEM apresentava, no ativo, 803 trabalhadores face a 830 em 2011 e 851 em 2010, correspondendo, assim, a uma redução de 3,3%, em relação a 2011 e de 5,6%, quando comparado com o ano de 2010.

### Estrutura de Balanço Individual



### Estrutura de Balanço Consolidado



## Balanço

O valor total de Balanço da EEM em 2012, ascendeu a 671.451 milhares de Euros (consolidado: 693.104 milhares de Euros), crescendo 1,8% face a 2011 (consolidado: 1,4%).

<b>Ativo tangível e intangível</b>				
€'000	Grupo		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Bruto	854.086	848.429	816.862	811.204
Depreciações e amortizações acumuladas	462.858	435.776	453.080	427.779
Líquido	391.228	412.653	363.782	383.425

O total do Ativo tangível e intangível líquido, que representa 54,2% do Ativo total da EEM (consolidado: 56,4%), atingiu 363.782 milhares de Euros (consolidado: 391.228 milhares de Euros), apresentando uma diminuição de 5,1% comparativamente a 2011 (consolidado: -5,2%).

Em função da conjuntura económica e financeira dos últimos anos, a EEM, à semelhança do que aconteceu em 2011, adotou um plano de investimentos muito criterioso e bastante moderado, executado num cenário macroeconómico de recessão, que provocou uma contração da procura de energia em 3,4%, face a 2011, tendência que se verifica desde o ano de 2010.

Neste contexto, o montante total de investimento da EEM, em 2012, ascendeu 9.239 milhares de Euros (consolidado: 9.350 milhares de Euros), incluindo 277 milhares de Euros de juros capitalizados, apresentando um decréscimo de 48,1% (consolidado: 61,7%) comparativamente ao valor realizado em 2011 (17.802 milhares de Euros).

O investimento repartiu-se pelas principais atividades da EEM, da seguinte forma:

• Produção:	1.823 milhares de Euros;
• Transporte:	1.824 milhares de Euros;
• Distribuição/Comercialização:	4.660 milhares de Euros;
• Não específico:	932 milhares de Euros;
• Empresas Subsidiárias:	111 milhares de Euros.

Na área da Produção, o investimento realizado nas centrais hidroelétricas ascendeu a 1.153 milhares de Euros, incluindo 478 milhares de Euros referentes à remodelação do sistema hidroelétrico da Calheta, 180 milhares de Euros referentes ao aproveitamento hidroelétrico da Fonte do Juncal/Chão da Ribeira e 374 milhares de Euros despendidos na reconstrução de vários canais. Foram efetuadas diversas intervenções nas centrais térmicas, com vista à manutenção da capacidade produtiva das mesmas, no valor total de 513 milhares de Euros.

No Transporte, foram efetuadas intervenções em linhas de transporte (317 milhares de Euros), subestações (540 milhares de Euros), postos de seccionamento (422 milhares de Euros) e centro de controlo e telemedida (424 milhares de Euros).

Nas áreas de Distribuição/Comercialização os investimentos mais significativos foram efetuados nas redes de baixa tensão (2.655 milhares de Euros), redes de média tensão (970 milhares de Euros), equipamentos de contagem e medida (495.094 milhares de Euros) e postos de transformação (351 milhares de Euros).

O Investimento não específico diz, essencialmente, respeito a sistemas de informação e comunicação que ascenderam a 768 milhares de Euros. Na remodelação de edifícios foram despendidos 93 milhares de Euros.

Relativamente às empresas subsidiárias, não houve qualquer investimento relevante durante o exercício de 2012 (111 milhares de Euros), ao contrário do que sucedeu em 2011 (6.594 milhares de Euros). O decréscimo mais acentuado verificado no investimento do Grupo quando comparado com o

da EEM, fica a dever-se à redução do investimento das empresas subsidiárias, uma vez que em 2011 a Enereem, concluiu o parque eólico do Loiral II, constituído por 2 aerogeradores de 3 MW cada, cujo valor total do investimento ascendeu a 6.431 milhares de Euros, dos quais 6.399 milhares de Euros realizados em 2011, atingindo assim o investimento total das empresas subsidiárias nesse ano os 6.594 milhares de Euros.

No que concerne às participações financeiras, a diminuição de 1.791 milhares de Euros no valor das participações em base individual, deveu-se, essencialmente, à redução do justo valor de participações cotadas em bolsa em cerca de 1.665 milhares de Euros, tendo as participações registadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP) mantido o seu valor total praticamente inalterado, diminuindo apenas 126 milhares de Euros. Em termos consolidados, por via da anulação das participações nas empresas do Grupo, as participações financeiras, no seu todo, desvalorizam 1.574 milhares de Euros.

As restantes rubricas do Ativo não corrente, que incluem protocolos e contratos com Entidades Oficiais e Convergência Tarifária a receber a mais de um ano, bem como impostos diferidos, atingiram o montante de 57.394 milhares de Euros (consolidado: 57.173 milhares de Euros), tendo sofrido um acréscimo de 4,8% comparativamente ao ano anterior. Esta evolução provem, essencialmente, do facto de o Ajustamento Tarifário do ano de 2012, a receber dois anos depois (neste caso em 2014) ser superior ao calculado em 2011 (22.531 milhares de Euros em 2012 e 17.356 milhares de Euros em 2011), que foi transferido para o Ativo corrente. Também o valor não corrente do Protocolo em vigor com o Governo Central referente à Convergência de 1998 a 2002 (registado ao custo amortizado), foi totalmente transferido para o Ativo corrente (4.039 milhares de Euros em 2011). Os impostos diferidos líquidos aumentaram 1.618 milhares de Euros, por via do aumento do imposto diferido ativo referente a provisões não aceites fiscalmente, bem como pela diminuição do passivo por imposto diferido associado a reavaliações de ativos fixos tangíveis.

#### Capitais Permanentes

€'000	Grupo		Individual	
	2012	2011	2012	2011
<b>Capital próprio</b>				
Valor	132.667	133.532	129.940	130.913
%	27,0%	26,0%	27,0%	26,0%
<b>Passivo não corrente</b>				
Valor	361.654	388.012	344.581	369.092
%	73,0%	74,0%	73,0%	74,0%
<b>Capitais permanentes</b>				
Valor	494.321	521.544	474.521	500.005
%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Os Capitais permanentes (Capitais próprios e Dívidas a terceiros de médio longo prazos) representam 70,7% (consolidado: 71,3%) do total do Balanço, assegurando uma adequada cobertura financeira dos ativos fixos.

Os Capitais próprios no valor de 129.940 milhares de Euros (consolidado: 132.667 milhares de Euros), apresentaram um ligeiro decréscimo de 0,7% (consolidado: 0,6%), tendo o Resultado líquido atingido 4.500 milhares de Euros (consolidado atribuível ao Grupo: 4.541 milhares de Euros).

O Passivo não corrente decresceu 6,6% em relação ao ano anterior devido, essencialmente, à redução verificada no capital em dívida a instituições financeiras a médio e longo prazo, no valor de 27.307 milhares de Euros, em virtude da amortização de 5.417 milhares de Euros de capital e da transferência para financiamentos obtidos de curto prazo de 21.890 milhares de Euros.

Ainda no Passivo não corrente, verificou-se um aumento das responsabilidades por benefícios pós-emprego no valor de 621 milhares de Euros, devido à atualização dos pressupostos atuariais, sendo o mais relevante a redução da taxa de desconto.

## Fundo de Maneio

€'000	Grupo		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Ativo corrente	232.636	202.343	232.323	201.691
Passivo corrente	198.783	161.708	196.930	159.615
Fundo de maneio	33.853	40.635	35.393	42.076

O Ativo corrente no valor de 232.323 milhares de Euros (201.691 milhares de Euros em 2011) apresenta um acréscimo de 30.632 milhares de Euros, que resulta, fundamentalmente, do aumento de 11.976 milhares de Euros verificado no saldo de Compensação tarifária a receber, do aumento do saldo líquido a receber referente à Convergência tarifária respeitante aos anos de 1998 a 2002 no montante de 4.437 milhares de Euros, transferidos de Ativo não corrente, da variação positiva dos empréstimos concedidos a empresas participadas no valor de 4.156 milhares de Euros, bem como do aumento do saldo líquido de clientes em cerca de 5.948 milhares de Euros. A rubrica Outros ativos financeiros, referente ao depósito constituído como colateral de uma operação internacional de cobertura de taxa de juro, aumentou 4.160 milhares de Euros. Por outro lado o valor de energia a faturar a terceiros diminuiu 1.085 milhares de Euros.

O Passivo corrente ascendeu a 196.930 milhares de Euros, apresentando um acréscimo de 37.315 milhares de Euros face a 2011.

Este aumento é justificado pelo efeito líquido dos aumentos verificados nas dívidas a Instituições de crédito de curto prazo, no montante de 23.230 milhares de Euros, nas dívidas a fornecedores (+6.467 milhares de Euros) e ao Estado (+5.614 milhares de Euros) e em Outros passivos financeiros (+2.120 milhares de Euros), por via da redução do *Mark to Market* de uma operação internacional de cobertura de taxa de juro.

Os financiamentos obtidos registaram um decréscimo de 3.853 milhares de Euros (consolidado: -5.692 milhares de Euros), tendo o peso dos financiamentos de médio e longo prazo ascendido a 76,1% em 2012 (2011: 82,0%) do seu valor global.

## Demonstração de resultados

### Rendimentos operacionais

Rendimentos Operacionais										
€'000	Grupo					Individual				
	2012	%	2011	%	Var. %	2012	%	2011	%	Var. %
Vendas	216.670	92,8%	192.509	88,0%	12,6%	216.718	92,6%	192.527	87,9%	12,6%
Prestação de serviços	1.124	0,5%	1.025	0,5%	9,7%	439	0,2%	488	0,2%	(10,0%)
Subsídios à exploração	-	0,0%	59	0,0%	(100,0%)	-	0,0%	59	0,0%	(100,0%)
Ganhos imputados de associadas	495	0,2%	567	0,3%	(12,7%)	1.660	0,7%	1.804	0,8%	(8,0%)
Trabalhos para a própria entidade	5.946	2,5%	12.568	5,8%	(52,7%)	5.946	2,5%	12.568	5,7%	(52,7%)
Outros rendimentos e ganhos	9.436	4,0%	11.806	5,4%	(20,1%)	9.424	4,0%	11.771	5,4%	(19,9%)
<b>Total</b>	<b>233.671</b>	<b>100,0%</b>	<b>218.534</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,9%</b>	<b>234.187</b>	<b>100,0%</b>	<b>219.217</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,8%</b>

Em 2012, em base individual, as Vendas ascenderam a 216.718 milhares de Euros (192.527 milhares de Euros em 2011), incluindo:

- 121.965 milhares de Euros de vendas de energia elétrica;
- 72.840 milhares de Euros de convergência tarifária de 2012;
- 21.957 milhares de Euros referentes ao ajustamento tarifário de 2012 a receber em 2014;
- -57 milhares de Euros relativos à correção do ajustamento de 2011 a receber em 2013;
- 13 milhares de Euros de vendas de mercadorias.

As Vendas de energia elétrica na Região cifraram-se em 121.965 milhares de Euros (2011: 120.461 milhares de Euros), representando um acréscimo de cerca de 1,2% face ao ano transato. Esta evolução decorre da subida média das tarifas de energia em cerca de 4,8%, e de uma diminuição de 3,4% do consumo de energia elétrica.

Os investimentos realizados por meios próprios da EEM totalizaram 5.946 milhares de Euros, o que representa um decréscimo de 52,7% face ao ano anterior (12.568 milhares de Euros), acompanhando a redução da atividade de investimento da companhia.

A rubrica Outros rendimentos e ganhos alcançou 9.424 milhares de Euros, evidenciando um decréscimo de 2.347 milhares de Euros face a 2011. Esta rubrica inclui o valor do subsídio à exploração referente à valorização das licenças de CO2, consumidas e vendidas em 2012, que haviam sido atribuídas gratuitamente no âmbito do PNALE II, no montante de 5.200 milhares de Euros (2011: 7.005 milhares de Euros). O valor do rendimento do exercício correspondente à imputação de subsídios ao investimento, ascendeu a 3.972 milhares de Euros (2011: 4.269 milhares de Euros).

## Gastos

### Gastos Operacionais

€'000	Grupo					Individual				
	2012	%	2011	%	Var. %	2012	%	2011	%	Var. %
CMVMC - Material diverso	4.027	1,9%	6.647	3,4%	(39,4%)	4.027	1,9%	6.645	3,3%	(39,4%)
CMVMC - Matérias primas	64.454	30,8%	56.217	28,5%	14,7%	64.455	30,8%	56.217	28,2%	14,7%
CMVMC - Energia	48.559	23,3%	40.079	20,2%	21,2%	52.515	25,0%	44.006	22,0%	19,3%
Fornecimentos e serviços externos	10.131	4,9%	13.412	6,8%	(24,5%)	9.596	4,6%	12.931	6,5%	(25,8%)
Gastos com o pessoal	30.004	14,4%	29.602	14,9%	1,4%	29.839	14,2%	29.457	14,8%	1,3%
Impar. de dívidas a receber (perdas /reversões)	3.445	1,7%	8.330	4,2%	(58,6%)	3.445	1,6%	8.330	4,2%	(58,6%)
Provisões (aumentos /reduções)	1.950	0,9%	(5.655)	(2,9%)	(134,5%)	1.950	0,9%	(5.655)	(2,8%)	(134,5%)
Impar. de invest. não deprec./amort. (perd./rever.)	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	40	0,0%	(39)	0,0%	(202,6%)
Aumentos/reduções de justo valor	3.785	1,8%	6.235	3,1%	(39,3%)	3.785	1,8%	6.235	3,1%	(39,3%)
Outros gastos e perdas	10.447	5,0%	8.708	4,4%	20,0%	10.383	4,9%	8.656	4,3%	20,0%
Gastos/reversões de deprec. e de amort.	31.818	15,3%	34.509	17,4%	(7,8%)	29.961	14,3%	32.801	16,4%	(8,7%)
<b>Total</b>	<b>208.620</b>	<b>100,0%</b>	<b>198.084</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,3%</b>	<b>209.996</b>	<b>100,0%</b>	<b>199.584</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,2%</b>

Os Gastos Operacionais ascenderam a 209.996 milhares de Euros (consolidado: 208.620 milhares de Euros), traduzindo um acréscimo de 5,2% face a 2011. O aumento, de 10.412 milhares de Euros (consolidado: 10.536 milhares de Euros), é essencialmente explicado pelas razões referidas nos parágrafos seguintes.

O consumo de material diverso apresenta uma redução de 2.618 milhares de Euros.

O Custo das matérias-primas, nomeadamente, combustíveis, ascendeu a 64.455 milhares de Euros, apresentado um acréscimo de 8.238 milhares de Euros (14,7%) em relação ao ano anterior. Pese embora, em termos médios, a cotação do Brent em US Dólares se ter mantido praticamente inalterada, a depreciação do Euro face ao Dólar, durante 2012, levou ao crescimento da cotação média em Euros nos mercados internacionais, conduzindo a um significativo aumento do custo dos combustíveis face a 2011 (o custo unitário médio do Fuel em 2012 aumentou 15,9% face a 2011).

Assim, o crescimento do custo com combustíveis em 2012, ficou a dever-se a este aumento dos preços nos mercados internacionais, apesar da produção de origem térmica ter diminuído 1% (-5 GWh) face ao ano anterior.

A quebra no consumo (-3,4%), que originou um decréscimo de 34 GWh no total de energia produzida na RAM, foi acomodada, por um lado, pela diminuição da produção hidroelétrica da EEM em de cerca de 45 GWh, em consequência do mau ano hidrológico, e por outro, pelo aumento da aquisição de energia a terceiros (+16 GWh) e ainda pela redução de 5 GWh de produção termoelétrica da EEM.

O aumento da aquisição de energia a terceiros em 2012, decorre do crescimento da compra de energia fotovoltaica (+12 GWh), uma vez que 2012 foi o primeiro ano completo de funcionamento de novos parques fotovoltaicos e do crescimento da aquisição de energia eólica (+11 GWh), que mais que compensou a menor aquisição de energia proveniente da queima de resíduos (-6 GWh) e a ligeira redução de aquisição de energia termoelétrica (-1 GWh).

Produção EEM								
GWh	Grupo				Individual			
	2012	%	2011	%	2012	%	2011	%
Hídrica	70,90	11,6%	116,08	17,5%	70,90	12,6%	116,08	18,9%
Eólica*	47,99	7,8%	48,43	7,3%	0,09	0,0%	0,14	0,0%
Térmica	492,62	80,6%	497,55	75,2%	492,62	87,4%	497,55	81,1%
<b>Total</b>	<b>611,51</b>	<b>100,0%</b>	<b>662,06</b>	<b>100,0%</b>	<b>563,61</b>	<b>100,0%</b>	<b>613,77</b>	<b>100,0%</b>

\*A Produção da Enereem foi de 47,90 GWh em 2012 e 48,29 GWh em 2011.

Assim, o custo com a aquisição de energia a terceiros aumentou 19,3%, ou seja, +8.509 milhares de Euros (consolidado: 21,2%, +8.480 milhares de Euros), tendo atingido os 52.515 milhares de Euros (consolidado: 48.559 milhares de Euros). As contas individuais incluem 3.956 milhares de Euros de energia adquirida à subsidiária Enereem, correspondendo a 48 GWh.

Importa ainda realçar que o aumento verificado no custo das aquisições de energia elétrica a terceiros, para além de resultar do incremento líquido da quantidade adquirida (+16 GWh; consolidado: +17 GWh), também é complementado pelo crescimento dos preços unitários, especialmente da energia de origem térmica, a mais relevante no *mix* de aquisições de energia a terceiros (56,9%; consolidado: 66,3%), devido ao aumento do preço das matérias-primas anteriormente referido.

O peso da produção de origem térmica no *mix* total de aquisições a terceiros diminuiu 3,1%, conforme pode verificar-se nos quadros seguintes, onde são detalhadas as aquisições da EEM, bem como as do Grupo:

Aquisições a Terceiros								
GWh	Grupo				Individual			
	2012	%	2011	%	2012	%	2011	%
Hídrica	4,20	1,4%	5,11	1,9%	4,20	1,2%	5,11	1,6%
Eólica	35,47	12,2%	24,16	8,8%	83,37	24,6%	72,45	22,5%
Térmica	192,40	66,3%	193,34	70,6%	192,40	56,9%	193,34	60,0%
Resíduos	27,72	9,5%	34,27	12,5%	27,72	8,2%	34,27	10,6%
Fotovoltaica	27,34	9,4%	15,10	5,5%	27,34	8,1%	15,10	4,7%
Mini/micro	3,47	1,2%	1,99	0,7%	3,47	1,0%	1,99	0,6%
<b>Total</b>	<b>290,60</b>	<b>100,0%</b>	<b>273,97</b>	<b>100,0%</b>	<b>338,50</b>	<b>100,0%</b>	<b>322,26</b>	<b>100,0%</b>

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresenta um decréscimo de 25,8% (consolidado: 24,5%). Esta redução deve-se, essencialmente, à diminuição de 3.618 milhares de Euros) da rubrica de subcontratos, fruto das já referidas limitações e contingências de ordem económica e financeira, bem como da procura de uma cada vez maior eficiência na gestão dos seus recursos de uma forma geral, e em particular, nos custos controláveis.

O total da rubrica de Gastos com Pessoal ascendeu a 29.839 milhares de Euros, o que representa um acréscimo de 1,3%, face ao montante desta rubrica em 2011 (29.457 milhares de Euros). Estas variações decorrem, no essencial, dos seguintes fatores:

- Aplicação das medidas incluídas no Orçamento de Estado de 2012, sendo de salientar a suspensão integral dos subsídios de férias e de natal dos trabalhadores do setor público, com salários acima de 1.100 Euros, e parcial para os salários entre os 600 e 1.100 Euros. Assim, em 2012, a EEM não registou o encargo referente ao subsídio de natal do ano. Não obstante o Orçamento de Estado para 2013 prever a suspensão do subsídio de férias, devido à circunstância de se terem suscitado dúvidas quanto à respetiva constitucionalidade, que motivou que a norma em causa fosse submetida ao crivo do Tribunal Constitucional, o Conselho de Administração considerou tal subsídio como acréscimo de custo nas contas de 2012, face à elevada probabilidade de vir a ser considerada a inconstitucionalidade da referida norma;
- A rubrica outros encargos ascende em 2012 a 888 milhares de Euros, um valor inferior em 28% comparativamente a 2011, que decorre essencialmente da diminuição dos valores de referência aplicáveis às ajudas de custos, ao subsídio de feriado, ao complemento de abono de família, entre outras;
- A EEM tem vindo a implementar uma criteriosa política de admissão de trabalhadores. A continuidade desta política, associada à constante procura de uma cada vez maior eficiência nos recursos de uma forma geral, e nos recursos humanos em particular, bem como a definição de limites de redução do quadro de trabalhadores, decorrente do Programa de Ajustamento, permitiu que, em 2012, se verificasse uma redução de 27 trabalhadores no ativo, ou seja, uma redução de 830 para 803 trabalhadores no ativo, correspondente a -3,3% comparativamente a 2011, representando uma redução de 5,6%, face ao ano de 2010. Foi assim possível, uma vez mais, atingir uma redução superior ao objetivo de 2%, definido no Programa de Ajustamento;
- Em conformidade com as melhores práticas do mercado e do setor, foram revistos alguns dos pressupostos base do estudo atuarial relativo às responsabilidades com benefícios pós emprego, nomeadamente a taxa de desconto e a taxa de crescimento salarial. Desta forma, o gasto com pensões registado em 2012, ascendeu a 2.713 milhares de Euros.

Em 2012, e à semelhança do ano anterior, a EEM e as suas participadas deram cumprimento integral das medidas de redução remuneratória incluídas no Orçamento de Estado de 2011 e transpostas para o Orçamento de 2012, que visam uma redução global média de 5% nas remunerações, aplicáveis aos órgãos de soberania e da Administração Pública, incluindo Institutos públicos, Entidades reguladoras e Empresas públicas.

Sendo a EEM uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (Decreto Legislativo Regional n.º 14/94/M, de 3 de Junho) e uma vez que o Governo Regional da Madeira procedeu a uma aplicação rigorosa das medidas de redução remuneratória (contempladas nos Orçamentos do Estado para os anos de 2011 e 2012), que abrange os gestores públicos e os trabalhadores das Empresas Públicas de capital exclusivo ou maioritariamente público e das entidades públicas empresariais regionais (Decreto Legislativo Regional 5/2012/M, de 30 de Março), a EEM procedeu à aplicação do sistema progressivo de taxas de redução, abrangendo as remunerações mensais superiores a 1.500 Euros.

Assim, apesar de globalmente os gastos com pessoal apresentarem um crescimento de 1,3%, excluindo o valor correspondente aos gastos com pensões (2.713 milhares de Euros), esta rubrica diminuiu 7,9% em relação ao ano anterior.

O montante de Imparidade de dívidas a receber, do exercício de 2012, ascendeu a 3.445 milhares de

Euros, o que representa um decréscimo de 58,6% face ao ano anterior (8.330 milhares de Euros, em 2011). Este decréscimo acontece pelo facto de no ano anterior ter havido um crescimento anormal da imparidade resultante da adoção de critérios mais prudentes no que concerne à avaliação da probabilidade de cobrança/incumprimento, e, fundamentalmente, do efeito do registo do valor atual das dívidas, nos casos em que se prevê que os recebimentos das mesmas venham a ocorrer num prazo mais alargado. No entanto este valor de imparidade continua a ser elevado, refletindo as dificuldades criadas pelo ambiente económico extremamente adverso que se verifica em Portugal e consequentemente na RAM.

O valor registado na rubrica de Provisões no montante de 1.950 milhares de Euros, refere-se ao reforço da provisão para fazer face a contingências decorrentes da atividade da EEM.

As reduções de Justo valor, dizem respeito a desvalorizações verificadas em participações financeiras cotadas e em instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de resultados.

O montante de Outros gastos e perdas ascendeu a 10.383 milhares de Euros, aumentando 20,0% face ao ano anterior. Encontram-se registados nesta rubrica 7.601 milhares de Euros (7.665 milhares de Euros em 2011), referentes à Taxa municipal de ocupação, resultante da aplicação da taxa de 7,5% sobre as vendas de energia elétrica em baixa tensão em cada Município (incluindo Iluminação pública), na Região Autónoma da Madeira.

Está também aqui registada a menos valia contabilística no montante de 1.438 milhares de Euros (21 milhares de Euros em 2011), obtida na venda de licenças de emissão de CO2 correspondente à diferença entre o valor total das vendas de licenças e o seu valor contabilístico (ver nota "Comércio Europeu de Licenças de Emissão" no ponto 3).

Os restantes valores incluídos em Outros gastos e perdas, correspondem, essencialmente, a impostos diretos e indiretos (Imposto do selo), gastos relativos a servidões (direitos de superfície) e indemnizações pagas a clientes por danos causados por perturbações de rede. Estes gastos mostram um acréscimo de cerca de 375 milhares de Euros em relação ao ano anterior.

Em 2012, o valor dos Gastos de depreciação e de amortização da EEM ascendeu a 29.961 milhares de Euros (consolidado: 31.818 milhares de Euros), menos 8,7% que em 2011 (consolidado: -7,8%). Esta rubrica inclui os gastos de amortização respeitantes ao consumo de licenças de CO2 do ano, os quais ascenderam a 2.295 milhares de Euros (4.660 milhares de Euros em 2011) (ver nota "Comércio Europeu de Licenças de Emissão" no ponto 3). Assim, o montante referente a Gastos de depreciação e amortização respeitante ao restante Ativo fixo tangível e intangível foi de 27.666 milhares de Euros (consolidado: 29.523 milhares de Euros), o que representa um decréscimo de 1,7% (consolidado: 1,1%) face a 2011.

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos, no valor de 2.058 milhares de Euros, sofreu um decréscimo de 12,5% em relação ao ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se essencialmente à diminuição dos juros do Ajustamento tarifário (-564 milhares de Euros), que mais do que compensou o aumento dos juros recebidos por atrasos no pagamento de energia e o recebimento de 250 milhares de Euros de dividendos da CLCM.

Os Juros e gastos similares suportados, ascenderam a 23.164 milhares de Euros (consolidado: 23.519 milhares de Euros), o que representa um aumento de 17,1% em relação ao ano anterior. Saliente-se, que o valor dos juros e gastos similares é apresentado líquido de encargos com financiamentos capitalizados, cujo montante, em 2012, foi de 277 milhares de Euros (208 milhares de Euros em 2011). Excluindo o efeito da capitalização de encargos de financiamento, esta rubrica aumentou cerca de 16,9%. Apesar de o capital em dívida a instituições financeiras ter diminuído 4.224 milhares de Euros e de as taxas de referência terem descido (em média) para cerca de metade das verificadas em 2011, o aumento destes encargos é justificado pelo agravamento muito significativo dos *spreads* e comissões associados aos financiamentos. Este agravamento ficou a dever-se à redução dos *ratings* da República Portuguesa, da Região Autónoma da Madeira e da EEM,



e à consequente impossibilidade de se poder recorrer aos mercados financeiros internacionais, bem como às dificuldades que o setor bancário nacional enfrenta para se financiar e para cumprir com os novos compromissos de rácios de capital e de desalavancagem. A esta situação acrescem ainda, os custos relativos à obtenção de um aval junto do Governo Regional da Madeira, como garantia do empréstimo sindicado de 220 milhões de Euros (exigência contratual - cláusula de *rating trigger*), bem como o aumento das comissões de garantia dos empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento.

## Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, em 2012, apresentam um acréscimo de 3,3% (consolidado: 3,5%) relativamente a 2011, atingindo os 54.152 milhares de Euros (52.433 milhares de Euros em 2011). O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos consolidado ascendeu a 56.869 milhares de Euros (2011: 54.958 milhares de Euros).

## Contribuições da EEM para o Estado

No ano de 2012, o Grupo EEM e os seus trabalhadores, contribuíram diretamente para as receitas do Estado em 33.254 milhares de Euros, apresentando um grande aumento em relação ao exercício anterior, conforme consta nos quadros seguintes:

Contribuições da EEM para o Estado									
€'000	Grupo					Individual			
	2012	%	2011	%	Var. %	2012	%	2011	% Var. %
<b>Empresa:</b>									
Impostos s/ os lucros	1.285		382		236,4%	875		52	1582,7%
Outros impostos	21.715		1.854		1071,3%	20.767		1.467	1315,6%
Encargos sociais	4.607		5.748		(19,9%)	4.578		5.723	(20,0%)
	<b>27.607</b>	<b>83,0%</b>	<b>7.984</b>	<b>51,3%</b>	<b>245,8%</b>	<b>26.220</b>	<b>82,4%</b>	<b>7.242</b>	<b>49,0%</b>
<b>Pessoal:</b>									
IRS	3.513		4.916		(28,5%)	3.482		4.876	(28,6%)
Encargos sociais	2.134		2.662		(19,8%)	2.120		2.651	(20,0%)
	<b>5.647</b>	<b>17,0%</b>	<b>7.578</b>	<b>48,7%</b>	<b>(25,5%)</b>	<b>5.602</b>	<b>17,6%</b>	<b>7.527</b>	<b>(25,6%)</b>
<b>Total</b>	<b>33.254</b>		<b>15.562</b>		<b>113,7%</b>	<b>31.822</b>		<b>14.769</b>	<b>115,5%</b>

Este crescimento é quase totalmente justificado pelo aumento da taxa de IVA aplicada às vendas de energia. Recorde-se que a partir de Outubro de 2011, a taxa de IVA para a energia elétrica subiu de 4% (taxa reduzida) para 16% (taxa normal), a qual, em Abril de 2012 passou para 22%.

O aumento da rubrica de Impostos sobre lucros está relacionado com diferenças significativas entre o resultado contabilístico e fiscal, resultantes, essencialmente, da aplicação do método da equivalência patrimonial, dos gastos com benefícios pós-emprego e de provisões sem relevância fiscal.

A redução ocorrida nas rubricas de encargos sociais e IRS está diretamente relacionada com a evolução dos gastos com pessoal, anteriormente descrita.

## Valor acrescentado bruto

O Valor acrescentado bruto, alcançou o montante de 91.552 milhares de Euros (consolidado: 95.558 milhares de Euros), traduzindo um aumento de 3,0% (consolidado: 2,9%) comparativamente a 2011.

## Empresas incluídas na consolidação

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 de Dezembro de 2012, são apresentadas como segue:

Denominação							
€'000	Capital Social	Total Ativo	Total Passivo	Capitais Próprios	Vendas e Prestação de Serviços	Resultado Líquido do Exercício	% Grupo
Casa da Luz-Empreendimentos Turísticos Similares, Unip., Lda	99.760	2.412.996	2.005.161	407.835	55.015	1.392	100,00%
Enereem-Energias Renováveis, Lda.	49.880	25.397.734	20.395.648	5.002.085	3.955.987	926.626	92,50%
Emacom-Telecomunicações da Madeira, Unip., Lda.	49.880	1.684.801	1.248.770	436.031	898.500	376.152	100,00%

A Enereem - Energias Renováveis, Lda. (Enereem), tem como principal atividade a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com principal incidência na componente eólica. Sendo a empresa com a maior capacidade eólica instalada na RAM, tem responsabilidades acrescidas no equilíbrio do sistema elétrico regional, procurando contribuir para que se possam alcançar, com segurança, níveis de integração de energia eólica sem paralelo em redes isoladas e de pequena dimensão pelo que não deve ser redutoramente percecionado como um mero instrumento do Grupo EEM para a produção de energia elétrica.

A Emacom, Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda. (Emacom), é a entidade responsável pelo *Contact Center* do Grupo EEM, dedicando-se também à instalação e exploração de sistemas de telecomunicações de redes digitais de banda larga.

A sociedade Casa da Luz - Empreendimentos Turísticos, Similares Unipessoal, Lda. (Museu Casa da Luz), tendo como principal atividade a exploração do Museu. Para além de refletir a história da energia elétrica na Madeira de 1897 até à presente data, desde o conhecimento simples da eletricidade à sua utilização generalizada em múltiplas aplicações, pretende também ser um local de transmissão de conhecimentos, onde se projete o papel que a eletricidade deverá desempenhar e se discuta a importância das energias renováveis e a utilização racional da energia. Caracteriza-se assim, como algo intrínseco à própria EEM, memória e património identificativos da sua história e cultura, e também como um bem que a transcende quando considerado na sua dimensão e significado de património regional.

## Indicadores económicos e financeiros

### Estrutura Económica

€'000	Grupo		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Resultado do exercício	4.541	5.650	4.500	5.219
Vendas e serviços prestados	217.794	193.534	217.158	193.014
EBITDA	56.869	54.958	54.152	52.433
Depreciações e amortizações	31.818	34.509	29.961	32.801
Juros e gastos similares	23.519	20.195	23.164	19.783
Gastos com o pessoal	30.004	29.602	29.839	29.457
Valor acrescentado bruto	95.558	92.846	91.552	88.898
Emprego (n.º de trabalhadores)	814	840	803	830
Produtividade do trabalho	117	111	114	107
Encargo médio por trabalhador	37	35	37	35
Juros e gastos similares no VAB	0,25	0,22	0,25	0,22
Gastos com o pessoal no VAB	0,31	0,32	0,33	0,33
Depreciações e amortizações no EBITDA	0,56	0,63	0,55	0,63
Rentabilidade dos capitais próprios	3,42%	4,23%	3,46%	3,99%
Rentabilidade das vendas	2,08%	2,92%	2,07%	2,70%

### Estrutura Financeira

€'000	Grupo		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Ativo corrente	232.636	202.343	232.323	201.691
Ativo não corrente	460.468	480.909	439.128	457.929
Ativo total	693.104	683.252	671.451	659.620
Passivo corrente	198.783	161.708	196.930	159.615
Passivo não corrente	361.654	388.012	344.581	369.092
Passivo total	560.437	549.720	541.511	528.707
Passivo bancário	423.101	428.793	404.915	408.768
Capital próprio (incluindo interesses minoritários)	132.667	133.532	129.940	130.913
Capitais permanentes	494.321	521.544	474.521	500.005
Fundo de maneo	33.853	40.635	35.393	42.076
Cobertura do ativo não corrente pelos capitais próprios	0,29	0,28	0,30	0,29
Cobertura do ativo não corrente pelos capitais permanentes	1,07	1,08	1,08	1,09
Endividamento	0,81	0,80	0,81	0,80
Autonomia financeira	0,19	0,20	0,19	0,20
Passivo não corrente/capitais permanentes	0,73	0,74	0,73	0,74
Solvabilidade total	0,12	1,24	1,24	1,25
Liquidez geral	1,17	1,25	1,18	1,26

## Outras divulgações

Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício encontram-se divulgados na Nota 47 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nos termos do Artigo 397º do CSC, não existiram, durante o exercício de 2012, autorizações concedidas para negócios entre a Empresa e os seus Administradores.

Nos termos do Artigo 447º do CSC, os membros dos Órgãos Sociais não detêm a titularidade de quaisquer ações e/ou obrigações da Empresa, na medida em que esta é totalmente detida pelo Governo da Região Autónoma da Madeira.

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal, nem à Segurança Social.

## 2 - Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 19 dos Estatutos da EEM, S.A., propõe que ao Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4.500.208,43 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Outras reservas (Reserva de Investimento)	450.020,84 Euros
Resultados Transitados	4.050.187,59 Euros

### 3 - Ambiente

#### Introdução

É amplamente reconhecido que a qualidade do ambiente constitui um critério fundamental para a aproximação ao conceito de desenvolvimento sustentável das regiões que, no caso da Região Autónoma da Madeira ganha contornos de grande notoriedade por constituir um destino turístico de qualidade, incrementando a responsabilidade ambiental da EEM como operador do sistema elétrico público regional.

O exercício de 2012 caracterizou-se pela continuidade dos projetos iniciados no ano transato e pelo lançamento de novos desafios de carácter ambiental, tendo as despesas para prevenir, reduzir e reparar danos ambientais alcançado 1.880 milhares de Euros, repartidos pelos seguintes domínios:

Ambiente			
€'000	Investimento	Gastos de exploração	Global
Gestão de águas residuais	-	6	6
Gestão de resíduos	-	291	291
Outras atividades de proteção do ambiente	720	167	887
Proteção contra o ruído e vibrações	-	3	3
Proteção da biodiversidade e paisagem	-	20	20
Proteção da qualidade do ar e clima	-	432	432
Proteção e recup. dos solos, águas subterrâneas e superficiais	134	107	241
<b>Total</b>	<b>854</b>	<b>1.026</b>	<b>1.880</b>

De referir um decréscimo de 17,5% em termos globais, relativamente a 2011, cujo montante se cifrou nos 2.278 milhares de Euros, justificado pelo abrandamento dos investimentos, reflexo da conjuntura global bastante adversa. Todavia, em contrapartida houve um acréscimo de 6,9% com os custos de exploração em atividades de proteção e prevenção ambiental decorrentes das atividades desenvolvidas pela EEM. De registar no exercício uma venda de materiais ferrosos e não ferrosos de 64 milhares de Euros, valor que abate diretamente aos encargos de gestão de resíduos, no valor de 291 milhares de Euros.

A rubrica Outras atividades de proteção ambiental aglutina as seguintes principais ações: medidas de gestão ambiental, contabilidade e relatórios de performance ambiental, treino e formação de pessoal na área do ambiente e todas as outras atividades que não cabem nos demais domínios referidos na tabela.

#### Desempenho Ambiental

No âmbito das atividades do Grupo EEM, importa referir, que em Maio de 2012, a EEM obteve, em todos os setores de atividade que desenvolve na Ilha da Madeira, a Certificação Ambiental de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 14001. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implementado vem, assim, dar resposta às necessidades identificadas de dotar a empresa de um instrumento de gestão fundamental para promover a melhoria contínua e elevar o seu desempenho ambiental.

## Plano de Objetivos e Programa de Gestão Ambiental da EEM

Relativamente ao Plano de Objetivos e Programa de Gestão Ambiental da EEM para 2012, verificou-se uma execução global de 64,0% dos objetivos ambientais propostos conforme tabela abaixo. Contudo, e como pode observar-se, a referida taxa não permite uma avaliação do cumprimento por objetivo que atingiu os 100,0% em certos casos, sendo que noutros o processo não foi iniciado, transitando para o programa de 2013.

Objetivo Ambiental	
	Grau de realização [%]
Obter a certificação ambiental	100,0%
Follow up do programa ambiental	64,0%
Realização de auditoria interna	100,0%
Formação ambiental	63,0%
Atualização da legislação ambiental	100,0%
Reduzir o consumo de água na EEM (Exceto na CTV que tem um objetivo específico)	0,0%
Reduzir o consumo específico de água na CTV	0,0%
Preservar e conservar o domínio hídrico envolvente da CTV	100,0%
Reduzir o consumo de energia elétrica	100,0%
Promover a utilização do carro elétrico na Madeira	0,0%
Promover a utilização do carro elétrico no Porto Santo	100,0%
Reduzir o consumo de papel	100,0%
Otimizar os consumos de combustível na CTV	71,0%
Caraterizar quantificar os resíduos sólidos urbanos na EEM	17,0%
Melhorar as condições de deposição seletiva de resíduos industriais	100,0%
Reduzir as emissões atmosféricas no sistema de produção do SEPM	90,0%
Minimizar a ocorrência de derrames	96,0%
Organização da emergência	38,0%
Reduzir as emissões de ruído na CTV	100,0%
Caraterização das emissões sonoras das Centrais Hídricas	75,0%
Caraterização das emissões sonoras dos PTs	0,0%
Caraterização das emissões sonoras das Subestações	0,0%
<b>Execução global do Plano</b>	<b>64,0%</b>

No que respeita aos principais descritores ambientais controlados durante o ano de 2012, verifica-se:

### Emissões atmosféricas no SEPM

Em 2012, a variação nas emissões atmosféricas no SEPM atingiu os seguintes valores, face a 2011:

Poluente	Var. %
Dióxido de carbono (CO2)	(0,9%)
Dióxido de enxofre (SO2)	1,1%
Monóxido de azoto (NOX)	(7,0%)
Partículas (PM10)	1,8%

A exploração da Nave III da CTV apresenta-se como principal justificação pela redução de emissões de NOX, uma vez que esta Nave está dotada de sistemas catalíticos, consumidores de amónia, que proporcionam menores emissões atmosféricas.

## Consumo de Água

A monitorização dos consumos, num Sistema de Gestão Ambiental permite a definição de objetivos e metas de redução.

Consumo de Água			
	2012	2011	Var. %
Consumo de água (m3)	13.786,0	13.380,2	3,0%
Consumo de água (m3)/energia produzida na EEM (GWh)	25,7	22,9	12,4%
Consumo de água (m3)/ n° funcionários	16,9	15,8	6,5%

Em 2012, verificou-se um aumento no consumo de água na EEM na ordem dos 3,0%, devido, essencialmente, ao facto de terem aumentado o número de instalações, bem como a entrada em funcionamento de uma turbina a vapor na Nave III da Central Térmica da Vitória, a qual durante a fase de testes incrementou o consumo de água (cerca de 1 m3/hora). Não considerando este efeito, ter-se-ia reduzido o consumo de água, em cerca de 6,0% face a 2011.

## Consumo de Eletricidade

O consumo global de eletricidade na EEM está refletido na seguinte tabela:

Consumo de Eletricidade			
	2012	2011	Var. %
Consumo de eletricidade [kWh]	9.177.828,8	11.320.667,0	(18,9%)
Consumo de eletricidade/energia produzida na EEM [kWh]	0,0171	0,0194	(11,9%)
Consumo de eletricidade kWh/funcionário	11.429,4	13.639,4	(16,2%)

Em 2012, verificou-se uma redução no consumo de cerca de 18,9% face a 2011, o que evitou a emissão de cerca de 37 toneladas de CO2, devido, essencialmente, à utilização mais intensiva da Nave III da CTV, mais eficiente que as demais.

## Resíduos

A tipologia de resíduos produzidos pela EEM é muito vasta em função da atividade desenvolvida que abrange a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia, englobando resíduos como óleos usados, resíduos de combustíveis, equipamentos elétricos e eletrónicos fora de uso, sucata, embalagens de madeira, tinteiros e resíduos sólidos urbanos.

De forma a assegurar a gestão dos resíduos, foram criadas condições para a correta deposição e separação seletiva dos mesmos, bem como mecanismos de entrega aos respetivos operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados para as operações de valorização/eliminação.

Produção de Resíduos			
Kg	2012	2011	Var. %
Resíduos perigosos	1.234.042	1.357.668	(9,1%)
Resíduos não perigosos	258.511	1.249.201	(79,3%)
<b>Total</b>	<b>1.492.553</b>	<b>2.606.869</b>	<b>(42,7%)</b>

Em 2012, foram produzidas cerca de 1.493 toneladas de resíduos, refletindo uma diminuição de cerca de 42,7% face a 2011.

Foram declarados 30 tipos de resíduos diferentes de acordo com a classificação atribuída pela Lista Europeia de Resíduos, sendo 50,0% de carácter perigoso e os restantes 50,0% de carácter não perigoso.

## Ruído

Em 2012, foi efetuada a caracterização da emissão de ruído nas centrais hidroelétricas e na Central Térmica da Vitória (CTV), de acordo com o referencial legislativo, estando em fase de elaboração um plano de ação para as restantes instalações da EEM suscetíveis de virem a causar incómodo.

## Outras atividades desenvolvidas

Refira-se que, para além das atividades já mencionadas, dirigidas especificamente para a proteção ambiental, há muitas outras que tendo uma menor abrangência, também estão intimamente ligadas às melhores práticas ambientais, as quais, importa destacar.

## Atividades desenvolvidas

### Produção

#### • Comércio Europeu de Licenças de Emissão

A EEM detém duas instalações que estão abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão: Central Térmica da Vitória (com o título de emissão de gases com efeito de estufa TE.GEE.RAM 076.05.II) e a Central Térmica do Porto Santo (com o título de emissão de gases com efeito de estufa TE.GEE.RAM 075.04.II).

Em 2012, a EEM emitiu um total de 332.173 toneladas de CO<sub>2</sub>, apurando um excesso de 245.246 licenças de emissão de CO<sub>2</sub> face às licenças atribuídas (577.419 licenças/ano para o período 2008/2012, de acordo com o PNALE II).

Na rubrica Gastos/Reversões de depreciação e de amortização, encontram-se registados 2.295 milhares de Euros referentes à valorização das emissões verificadas em 2012 e cujas respetivas licenças já estavam na posse da empresa, correspondendo na sua totalidade a licenças atribuídas pelo Instituto do Ambiente (IA), em 2012 (331.801 licenças) e 2011 (372 licenças).

Na rubrica Outros rendimentos e ganhos, estão incluídos 5.200 milhares de Euros referentes à valorização das licenças consumidas e vendidas no exercício, atribuídas gratuitamente pelo IA.

As licenças atribuídas em 2012 foram valorizadas à cotação Bluenext, de 2 de janeiro de 2012, ascendendo a 6,90 Euros/licença, sendo que as 209.372 licenças que transitaram de 2011 foram valorizadas a 13,90 Euros/licença. No decorrer do ano de 2012, a EEM procedeu à venda de 209.000 licenças, cuja valorização ascende a 2.905 milhares de Euros (todas transitaram de 2011).

Na rubrica de Outros gastos e perdas, encontram-se contabilizados 1.438 milhares de Euros, referentes à menos valia contabilística resultante das operações de venda de licenças de CO<sub>2</sub> efetuadas ao longo do ano. Esta menos valia contabilística corresponde à diferença entre o valor total das vendas de licenças e o seu valor contabilístico (Ativo intangível). As 209.000 licenças foram vendidas por um valor total de 1.467 milhares de Euros, ascendendo o respetivo valor contabilístico a 2.905 milhares de Euros.

A EEM incorreu, ainda, em custos com a gestão das licenças e comissões pelas transações efetuadas no valor de 53 milhares de Euros, contabilizados em Fornecimentos e serviços externos.

Face aos movimentos ocorridos no ano, estão incluídos na conta de Ativo intangível (saldo devedor líquido) e em Outras contas a pagar (saldo credor), 1.695 milhares de Euros, correspondentes às licenças que transitam para o exercício de 2013.

No que se refere ao número de licenças que transita para 2013 (245.618 licenças), este cumpre o limite imposto pela ERSE, na medida em que o saldo gerado no ano (36.246 licenças) é inferior a 30,0% do excesso do ano (diferença entre o número de licenças atribuído e consumido em 2012). Uma vez cumprida esta condição, o efeito total em resultados respeita exclusivamente ao valor do



IC02 (incentivo à gestão eficiente de licenças de CO2), correspondente a metade da diferença entre o preço de venda e a cotação média dos 15 dias anteriores e posteriores à data de venda, ascendendo a 9 milhares de Euros, em 2012.

O valor total de venda foi deduzido aos proveitos permitidos, uma vez que as licenças foram atribuídas gratuitamente, sendo os custos com a gestão e transações aceites.

O efeito dos movimentos (transações e emissões) de licenças de CO2 no exercício de 2012 consta no quadro seguinte:

<b>Impacto do CO2 nos resultados da EEM</b>	
€'000	2012
<b>Efeito direto em resultados:</b>	
Vendas no mercado à vista	1.467
Comissões	(53)
	<b>1.414</b>
<b>Efeito via proveitos permitidos:</b>	
Vendas no mercado à vista	(1.467)
Vendas no mercado à vista (IC02)	9
Comissões	53
	<b>(1.405)</b>
<b>Total</b>	<b>9</b>

## • Plano de Ações para Minimizar os Impactes Ambientais no âmbito da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

Em 2012, procederam-se às medidas de monitorização e ao envio do respetivo Relatório Ambiental Anual (RAA) à Entidade Competente, dando cumprimento ao disposto na Licença Ambiental nº 02/2009/DRAmb, de 28 de Fevereiro de 2011, que altera e substitui a Licença Ambiental (LA) nº 02/2009/DRAmb, de 28 de Dezembro de 2009, atribuída no âmbito da aplicação do Decreto-lei n.º 173/2008, de 26 de Agosto, referente à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição à Central Térmica da Vitória (CTV).

## Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica

O PPEC é estabelecido pela ERSE no Regulamento Tarifário do setor elétrico e tem como objetivo a implementação de medidas que visam a adoção de hábitos de consumo e de equipamentos mais eficientes por parte dos consumidores de energia elétrica.

No âmbito das suas atribuições, a EEM tem vindo a propor e a implementar medidas de promoção e eficiência no consumo, tendo sido aprovadas medidas nas edições do PPEC 2007-2008 e PPEC 2009-2010. Contudo e apesar de ter efetuado a candidatura ao PPEC 2011-2012, a EEM não conseguiu fazer aprovar as medidas propostas face ao forte carácter competitivo do processo de seleção.

## Plano de Promoção do Desempenho Ambiental - medidas voluntaristas

Embora a ERSE não tenha competências diretas na área ambiental, tem obrigações impostas pelos seus Estatutos em termos de promoção do desempenho ambiental das empresas e da utilização eficiente dos recursos.

Na sequência da alteração do Regulamento Tarifário, em 2005, foram previstos incentivos à promoção do desempenho ambiental extensivos, pela primeira vez, às empresas reguladas das Regiões Autónomas. No âmbito das suas atribuições, a EEM tem vindo a propor e a implementar medidas do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental, nas edições do PPDA 2006-2008 e PPDA 2009-2011.

Para o período 2006-2008, o montante máximo previsto pela ERSE para a RAM foi de 660.000 milhares de Euros, tendo a EEM apresentado um conjunto de cinco medidas no valor global de 668.184 milhares de Euros. Enquanto no período 2009-2011, o conjunto das 7 medidas aprovadas, atingiu os 1.606.665 milhares de Euros.

As reservas do Conselho tarifário, relativamente à proposta apresentada pela ERSE para as novas regras dos planos de promoção do desempenho ambiental das empresas do setor do gás natural conduziram, por arrastamento, à suspensão dos novos PPDA para o setor elétrico, pelo que em 2012, não foram desenvolvidos trabalhos ao abrigo deste programa.

## **Investimentos que permitem benefícios ambientais**

Fruto das infraestruturas já realizadas em energias renováveis, em grande medida levadas a cabo por parte do Grupo EEM, em 2012, foram emitidos para a rede 216,6 GWh de energia verde que permitiu, evitar a emissão anual 144.964 toneladas de CO<sub>2</sub>, 652 toneladas de SO<sub>2</sub>, 2.679 toneladas de NO<sub>x</sub> e 57 toneladas de partículas, evitando também o consumo de 53.058 toneladas fuelóleo.

### **• Energia Hidroelétrica - Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta**

Na sequência dos pareceres e das alterações propostas pela Autoridade Nacional de Barragens houve necessidade de refazer o projeto na sua globalidade, especialmente no que concerne à barragem do Pico da Urze e ao reservatório de restituição da Calheta. Estas importantes revisões obrigaram a alterações no Estudo de impacto ambiental e à apresentação de uma nova candidatura ao Programa Operacional Intervir+, cujo apoio financeiro é indispensável à concretização do projeto.

A ampliação do aproveitamento hidroelétrico da Calheta (AAHC) e a sua transformação em sistema reversível, através da retenção, acumulação e bombagem de água, integra as seguintes intervenções principais:

- Construção da Barragem do Pico da Urze;
- Construção do Reservatório de Restituição da Calheta;
- Construção da Central Hidroelétrica da Calheta III e Estação Elevatória da Calheta;
- Construção da Conduta elevatória/forçada em tubagem DN1500, desde a Barragem do Pico da Urze até à nova Central Hidroelétrica da Calheta III;
- Construção da Estação Elevatória do Paúl;
- Remodelação/Ampliação da Subestação do Lombo do Doutor 60/30kV;
- Ampliação da capacidade de transporte da Levada do Paúl II;
- Ampliação da capacidade de transporte da Levada Velha do Paúl;
- Remodelação da Levada do Lombo do Salão.

O projeto, atualmente em fase de concurso público, integra a associação hídrica/eólica através da criação de uma reserva estratégica de água para a Ilha da Madeira com 1.091.540m<sup>3</sup>. Prevê-se também a instalação de 17,7 MW de potência de bombagem, a construção de uma nova central hidroelétrica com 30 MW de potência hídrica e o encaixe de 25 MW de potência eólica, permitindo um acréscimo de produção de energia hidroelétrica de 27,4 GWh (16,4 GWh com afluições diretas e de 11 GWh com água bombada) e uma produção anual de energia eólica estimada em 61 GWh.

A concretização da ampliação do aproveitamento hidroelétrico da Calheta, tem um custo total estimado de cerca de 66 milhões de Euros, incluindo vertentes de planeamento e conceção, aquisição de terrenos, construção, instalações e máquinas, compreendendo o fornecimento e instalação de equipamento elétrico, mecânico e eletromecânico, assistência técnica, publicidade e supervisão durante a execução dos trabalhos de construção.

Importa referir que o projeto concorre para a implementação das políticas regionais de energia, água e ambiente, que concretizem a responsabilidade da Região Autónoma da Madeira no âmbito da indispensável participação das regiões da Europa na implementação das políticas da União Europeia (UE).

## • Energia Eólica

O exercício de 2012 fica marcado pelo facto, inédito, de a componente eólica ter assumido a liderança no *mix* energético de fontes renováveis na Ilha da Madeira, lugar assegurado, até à data, pela componente hidroelétrica, desde 1952, ano de entrada dos aproveitamentos hidroelétricos na região. Com efeito, a contribuição da eólica para a energia emitida na rede da Madeira em 2012, ascendeu a 9,6%, ficando a hídrica pelos 8,7%. Esta situação, para além de traduzir o retorno dos investimentos realizados no setor eólico, deveu-se, também, ao excecionalmente baixo ano hidrológico verificado em 2012.

Em termos comparativos, a eólica registou um acréscimo de emissão de energia de cerca de 15,0% (2012:83,5 GWh) comparativamente ao ano anterior (2011:72,6 GWh).

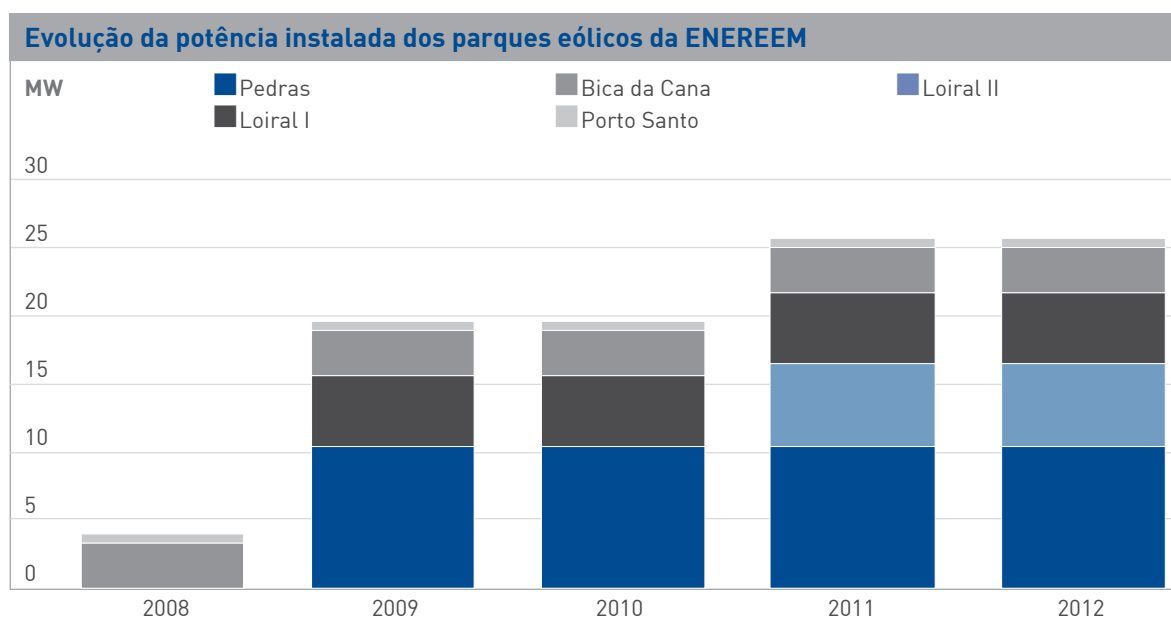
De referir que a conjuntura económica depressiva do país e da região, teve impacto direto no decréscimo de consumos de energia, que se cifrou nos 3,2 % e 8,1%, na Ilha da Madeira e Porto Santo, respetivamente, razão pela qual, conjuntamente com restrições de ordem técnica, não foi possível a acomodação de totalidade de energia proveniente desta fonte renovável.

Ainda assim, a eólica, uma forma de energia intermitente e irregular, tem vindo a ter um nível de integração considerável na rede, muito por virtude da conceção do sistema de gestão e controlo dos parques, da responsabilidade do Centro de Despacho da EEM, que tenta, a todo o momento, maximizar a penetração desta fonte renovável de energia sem descuar os níveis de segurança da rede elétrica.

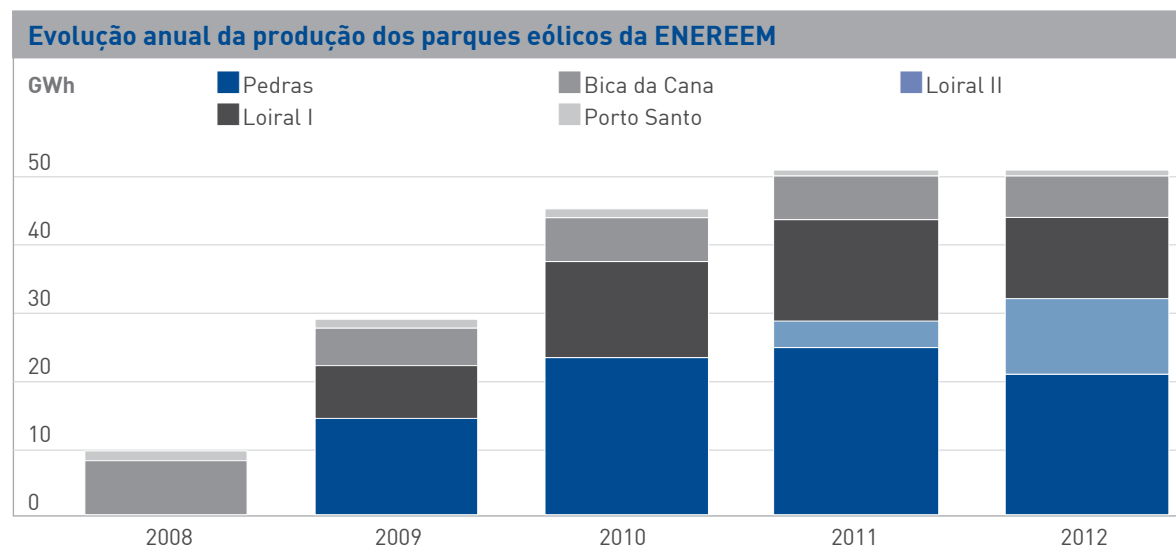
A ENEREEM, sendo a empresa com a maior capacidade eólica instalada na RAM, tem responsabilidades acrescidas no equilíbrio do sistema elétrico regional, procurando contribuir para que se possam alcançar, com segurança, níveis de integração de energia eólica sem paralelo em redes isoladas e de pequena dimensão pelo que não deve ser redutoramente percecionado como um mero instrumento do Grupo EEM para a produção de energia elétrica.

## Dados de exploração

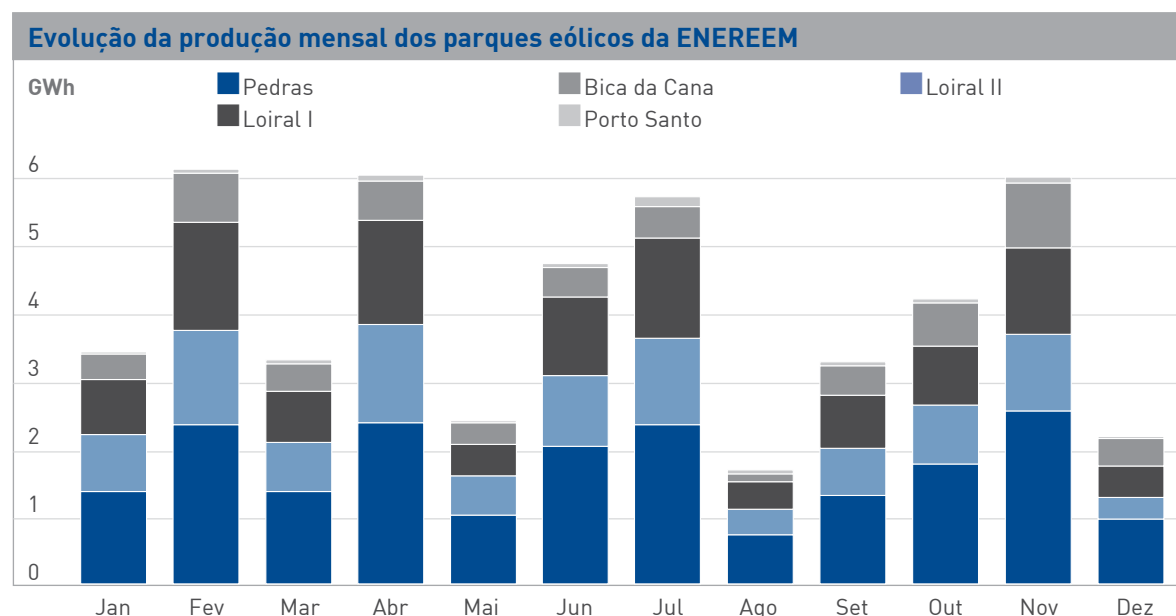
A 31 de Dezembro de 2012, a ENEREEM detinha 5 parques eólicos em exploração, distribuídos pelas ilhas da Madeira e Porto Santo, com uma potência instalada total de 25.260 kW, dos quais 24.600 kW (97,4%) em 4 parques localizados no Paúl da Serra e os restantes 660 kW (2,6%), no parque eólico do Porto Santo.



A produção dos 5 parques eólicos em exploração, atingiu, no ano de 2012, 48.612.814 kWh, dos quais 47.855.772 kWh e 757.042 kWh, produzidos nos parques eólicos do Paúl da Serra, na Ilha da Madeira e no parque da Ilha do Porto Santo, respetivamente.



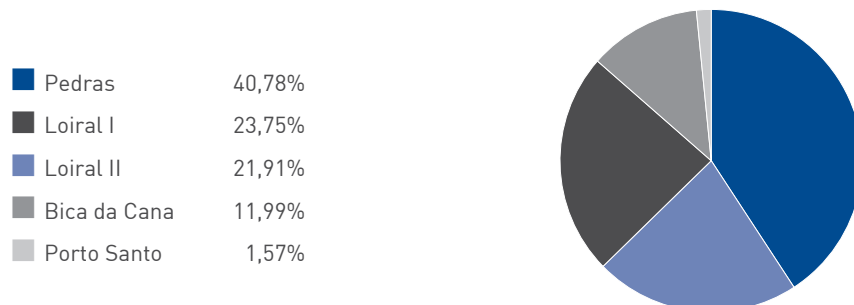
No que tange à emissão de energia, ou seja, a energia entregue na rede, os parques da ENEREEM emitiram 47.900.668 kWh de energia no ano de 2012, o que representa 5,4% do total de energia emitida na rede do SEPM.



Conforme se pode avaliar pelo gráfico, os meses mais favoráveis em termos de recurso eólico, dizem respeito aos meses de Fevereiro, Abril, Julho e Novembro que, no conjunto, asseguraram 48,8% do total da energia emitida pelos parques da ENEREEM.

No Paúl da Serra foram emitidos 47.146.125 kWh de energia, assegurando 57,1% do total emitido por esta fonte de energia na rede da Ilha da Madeira. O parque eólico das Pedras foi o que mais contribuiu para emissão de energia, com 40,8% da energia total emitida pelos 5 parques da ENEREEM.

#### Repartição de Emissão de energia por parque eólico da ENEREEM em 2012



No caso do parque da Ilha do Porto Santo, cuja potência instalada é de 660 kW, a produção atingiu 757.042 kWh, apresentando uma diminuição de 21,9% relativamente ao ano transato, em virtude da acomodação de outras fontes de energia renovável na rede e do significativo decréscimo de consumos nesta ilha.

A emissão de energia eólica na Ilha do Porto Santo, assegurada com o parque eólico da EEM, atingiu 754.543 kWh, representando 2,9% do total da energia elétrica emitida para rede na ilha.

Em termos ambientais, a contabilização das emissões evitadas pela exploração dos 4 parques do Paúl da Serra ascendeu, no ano de 2012, a: 31.447 toneladas de CO<sub>2</sub>, 142,4 toneladas de SO<sub>2</sub>, 585,5 toneladas de NO<sub>x</sub> e 12,3 toneladas de partículas, evitando ainda o consumo de 11.566,6 toneladas fuelóleo.

No que se refere ao parque em exploração no Porto Santo, o ganho ambiental alcançado foi: 600,5 toneladas de CO<sub>2</sub>, 1,8 toneladas de SO<sub>2</sub>, 7,4 toneladas de NO<sub>x</sub> e 0,3 toneladas de partículas, evitando também o consumo de 171,2 toneladas fuelóleo.

#### • Biocombustível Marinho - Captura de CO<sub>2</sub>

O projeto do Biocombustível Marinho, tem como principal finalidade a captura e utilização biológica de CO<sub>2</sub>, de modo a obter biopetróleo com características físico-químicas semelhantes ao fuelóleo convencional que se utiliza nas centrais termoelétricas da EEM. Com este projeto, pretende-se tornar o Porto Santo, numa ilha mais sustentável do ponto de vista elétrico, invertendo uma situação de quase total dependência de combustíveis fósseis na produção de energia elétrica.

A unidade industrial, pioneira a nível mundial, compreende duas fases de execução (Fase I e Fase II). Por razões operacionais e de grande proximidade com a Central Térmica do Porto Santo, foi dada prioridade à Fase I cujos trabalhos de instalação tiveram início em Junho de 2011 estando, atualmente, em fase de conclusão.

#### Vista geral da Unidade de Produção de Biocombustível marinho no Porto Santo



Ao longo de 2012 foram executados trabalhos de construção civil, de apoio à instalação das infraestruturas necessárias ao bom funcionamento da Unidade, nomeadamente, a linha de tubagens de interligação entre a Unidade e a Central Térmica do Porto Santo.

A linha de captura de CO<sub>2</sub> ficou concluída no final de 2012. A captura é efetuada diretamente nos escapes dos grupos da central termoelétrica. Após um processo de tratamento/separação dos gases, o CO<sub>2</sub> é conduzido à Unidade de produção e introduzido, de forma devidamente controlada, nas unidades de cultura.

Foram igualmente instalados os equipamentos de centrifugação e o reservatório principal de ar comprimido. Estão neste momento em curso os trabalhos de ampliação da Nave I, que se traduzem na montagem de um anexo para a instalação de novos equipamentos auxiliares do processamento final. O laboratório mantém-se em funcionamento assegurando a monitorização contínua do processo de cultivo das microalgas, controlando a qualidade da água utilizada e a concentração de CO<sub>2</sub> em cada instante.

Mantém-se a expectativa de conclusão do investimento relativo à Fase 1 durante o primeiro semestre de 2013, iniciando-se a produção de biocombustível.

### • Projeto GNL (Gás Natural Liquefeito)

Em face do enquadramento macroeconómico adverso, o projeto inicial de GNL da Madeira, com um investimento avaliado em cerca de 100 milhões de Euros, tem vindo a ser analisado e ponderado em maior de detalhe, por forma a ser devidamente enquadrado num plano de investimentos, que possa ser exequível, no que se refere às garantias de uma adequada cobertura financeira, nomeadamente, fundos comunitários e banca.

Entretanto, e enquanto se aguarda pela oportunidade de avançar com aquele projeto, foi deliberado retomar uma solução intercalar e flexível já inicialmente equacionada aquando dos estudos desenvolvidos pela EEM, tendo por base a instalação de uma UAG para receção, armazenamento e regaseificação de gás natural para abastecer apenas os três grupos dual-fuel que se encontram na Nave III da Central Térmica da Vitória.

Nesse sentido a EEM lançou, oportunamente, um concurso público internacional para o fornecimento de matéria-prima (gás natural liquefeito) a disponibilizar à entrada daquela Central, visando a substituição do fuel atualmente consumido por aqueles três grupos, estabelecendo um custo por KWh de energia produzido com recurso a gás natural mais baixo que a fuelóleo.

Neste âmbito, está previsto o fornecimento duma quantidade anual de gás natural entre os 240 e 450 GWh para um período de 8 anos, o que permitirá reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> em cerca de 200 gr por cada KWh produzido, quando comparado com a utilização do fuelóleo, considerando que, em ambos os casos, os motores funcionam em ciclo combinado.

Assim, a concretização deste projeto, que permitirá a substituição gradual do fuelóleo por uma matéria-prima alternativa mais limpa e mais amiga do ambiente, conduzirá a uma redução significativa do volume das emissões para a atmosfera, de gases e partículas poluentes, contribuindo também, para a diversificação das fontes de energia e materializando, deste modo, mais uma medida estratégica da Política Energética Regional.

### • Potencial Geotérmico

Em Agosto de 2010, foi celebrado um contrato entre a EEM e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia, para a avaliação do potencial geotérmico da Ilha da Madeira, a decorrer até final de 2012. Os trabalhos de campo foram efetivamente concluídos, estando a EEM a aguardar o relatório final.

Segundo o estudo, a Ilha da Madeira terá potencial geotérmico de vulcanismo recente, com 6 a 7 mil anos, o que em termos geológicos, implica não poder ser encarado como extinto. A ocorrência de águas com temperaturas anómalas e ricas em CO<sub>2</sub>, permitem sugerir a existência de rochas e/ou águas com temperaturas significativas a profundidades passíveis de exploração económica para a geração de eletricidade.


As atividades executadas em 2012 corresponderam essencialmente às seguintes ações:

- Tratamento laboratorial dos dados obtidos pela equipa de Tomografia do Ruído Sísmico e Microssismicidade do qual resultaram três mapas sugestivos das heterogeneidades da Ilha da Madeira relativamente aos parâmetros estudados;
- Tratamento laboratorial dos dados obtidos pela equipa de Magnetometria e Gravimetria que conduziram à apresentação de mapas das anomalias gravimétricas e magnéticas (ainda em aperfeiçoamento);
- Obtenção das primeiras imagens de Detecção Remota, pela equipa de Termometria com o objetivo de se obter o espectro eletromagnético e, assim, gerar um mapa de temperaturas derivado de bandas térmicas que possa contribuir para identificação da origem das fontes de calor na ilha;
- O refinamento dos estudos de geoquímica isotópica das águas amostradas em túneis, galerias e furos que permitiram inferir que os tempos de residência das águas nos aquíferos variam entre 40 e 200 anos e que as águas mais quentes dos túneis da Encumeada, Tornos e Pico Grande contêm gases de origem magmática e sugerem temperaturas de reação, significando que algures no seu percurso passaram/incluíram materiais entre 100 e 330°C de temperatura;
- Continuação do tratamento dos dados morfoestruturais e vulcânicos, no sentido de compreender a geodinâmica associada à instalação das massas quentes e ao escape dos fluidos magmáticos tendo-se confirmado a presença de uma rede persistente de lineamentos estruturais, correspondentes a fraturas e cisalhamentos, significativos na geodinâmica da ilha.

Desta forma aguardamos as conclusões dos trabalhos das estruturas promissoras e da distribuição e caracterização das estruturas vulcânicas e tectónicas em profundidade, por forma a concluir acerca da viabilidade de exploração das mesmas para a geração de eletricidade.

## • Mobilidade Elétrica na RAM

O setor de transportes representa mais de 50,0% do consumo final de energia na RAM, apresentando-se, nos próximos anos, como um dos grandes desafios da política energética regional. O programa da mobilidade elétrica (ME) na RAM pode dar um enorme contributo para minimizar os efeitos reconhecidamente nefastos que o setor de transportes provoca no ambiente. Sucintamente, o programa ME tem como objetivos principais:



**Contribuir** para uma menor dependência energética, suportada numa mobilidade sustentável;

**Incentivar** a utilização de fontes de energia renovável nos transportes;

**Aumentar** a eficiência na utilização da energia;

**Contribuir** para a dinamização da economia regional;

**Integrar**, desde a primeira hora, a rede de mobilidade elétrica nacional (MOBI.E).

**Reduzir** fortemente as emissões de GEE;

**Reduzir** a poluição sonora do transporte;

**Reduzir** a assimetria atual do diagrama de cargas (consumo em horas de vazio);

**Reduzir** as perdas de transformação associadas (produção de eletricidade) que se mostram substancialmente menores que as perdas de transformação dos motores de combustão.

Do ponto de vista estritamente elétrico a mobilidade elétrica traz um benefício acrescido, na perspetiva do operador do SEPM, permitindo a estabilização da rede para aumentar a integração de fontes de energia renovável no *mix* de produção de eletricidade, através do conceito *Vehicle-to-Grid* (V2G).

A viabilidade do V2G consiste na supressão das necessidades de dois interlocutores, o detentor do veículo elétrico e o operador da rede. O primeiro necessita de energia armazenada suficiente para as suas necessidades de condução, enquanto o operador da rede necessita de uma carga especial que poderá ser utilizada como armazenamento se gerida centralmente. Este conceito é de especial importância para uma rede isolada de pequena dimensão como a da Ilha da Madeira, contribuindo para a estabilização da rede elétrica com elevados níveis de penetração de renováveis.


Com efeito, uma vez atingido o objetivo do Governo Regional da Madeira para a RAM, de atingir uma quota de pelo menos 5% de veículos movidos a eletricidade no horizonte de 2020, conforme programa da mobilidade elétrica na Madeira (PMEM), a gestão da rede elétrica poderá, através do V2G, gerar uma fonte de armazenamento e regulação importantes.

No decorrer de 2012, as atividades desenvolvidas pela EEM enquanto líder do grupo de trabalho do PMEM, consistiram na manutenção preventiva da infraestrutura de 5 postos de carregamento de acesso público já instalados, contribuindo para a dinamização da aposta neste tipo de tecnologia e na gestão de dois veículos 100,0% elétricos, procurando ser um exemplo, enquanto utilizador da mobilidade elétrica.

### Postos de Carregamento

	Concelho	N.º de Postos de Carregamento
	Funchal	2 Normal
		2 Normal
	Porto Moniz	1 Rápido
		2 Normal
	Calheta	1 Rápido
	Santana	2 Normal
	Porto Santo	2 Normal

### Frota da EEM

	<b>2 veículos 100% elétricos</b>
	<b>Dados referentes a 2012</b>
	14 700 kms percorridos;
	2,1 MWh/ano de consumo;
	o que fez uma média de 16 kWh/100 km.



## 4 - Considerações Finais

Ao terminar o Relatório e Contas referente à atividade desenvolvida pela Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., no ano de 2012, o Conselho de Administração deseja expressar uma palavra de agradecimento pelas diversas formas de apoio e colaboração prestadas por todas as entidades com quem teve o prazer de contactar, destacando o Governo Regional, na qualidade de acionista único e, em particular, a Vice-Presidência que tutela o setor da energia.

Manifesta também o seu reconhecimento à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela cooperação e disponibilidade permanente, exercendo sempre uma contribuição positiva para o progresso e controlo das atividades da Empresa.

Uma referência especial aos trabalhadores da EEM pela dedicação, zelo, competência e profissionalismo demonstrados ao serviço e desenvolvimento da Empresa.

Aos nossos clientes, agradecemos a confiança demonstrada e reafirmamos o nosso inequívoco empenhamento em continuar a aperfeiçoar e melhorar o serviço que prestamos.

O Conselho de Administração:

Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)  
João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)  
Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)



# Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

### Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Notas	2012 Euros	2011 Euros
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	385.863.288	404.619.186
Ativos intangíveis	8	5.364.818	8.033.411
Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial	9	10.251.401	10.159.863
Participações financeiras - Outros métodos	10	1.815.803	3.481.188
Clientes	11	27.343.448	27.464.512
Outras contas a receber	12	22.531.172	21.394.371
Diferimentos	17	-	91.667
Ativos por impostos diferidos	13	7.298.330	5.664.696
<b>Total do Ativo Não Corrente</b>		<b>460.468.260</b>	<b>480.908.894</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	15	15.752.142	14.392.650
Clientes	11	86.161.588	80.244.234
Estado e outros entes públicos	14	3.669	278.441
Acionistas/sócios	16	13.971.454	9.815.881
Outras contas a receber	12	110.085.459	94.837.107
Diferimentos	17	311.684	504.371
Outros ativos financeiros	18	6.170.000	2.010.000
Caixa e depósitos bancários	4	180.093	260.326
<b>Total do Ativo Corrente</b>		<b>232.636.089</b>	<b>202.343.010</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>693.104.349</b>	<b>683.251.904</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	19	20.000.000	20.000.000
Reservas legais	20	4.020.148	4.020.148
Outras reservas		15.549.486	15.027.582
Resultados transitados	21	53.915.334	52.716.654
Ajustamentos em ativos financeiros	22	917.676	718.341
Excedentes de revalorização	23	9.953.983	10.722.252
Outras variações no capital próprio	24	23.395.093	24.370.293
Resultado líquido do período		4.540.673	5.649.990
<b>Capital próprio atribuível aos acionistas da EEM</b>		<b>132.292.393</b>	<b>133.225.260</b>
Interesses minoritários	25	375.156	306.673
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>132.667.549</b>	<b>133.531.933</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	26	12.654.307	10.704.307
Financiamentos obtidos	27	324.587.249	353.487.959
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	28	23.700.478	23.079.307
Diferimentos	17	711.875	740.000
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<b>361.653.909</b>	<b>388.011.573</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	29	66.171.626	60.116.090
Estado e outros entes públicos	14	8.477.320	2.793.125
Financiamentos obtidos	27	98.513.523	75.304.650
Outras contas a pagar	30	16.010.111	16.071.320
Diferimentos	17	307.500	240.000
Outros passivos financeiros	31	9.302.811	7.183.213
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>198.782.891</b>	<b>161.708.398</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>560.436.800</b>	<b>549.719.971</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>693.104.349</b>	<b>683.251.904</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

### Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

#### Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	<u>Notas</u>	<u>2012</u> <u>Euros</u>	<u>2011</u> <u>Euros</u>
Vendas e serviços prestados	32	217.793.515	193.533.577
Subsídios à exploração	33	-	58.523
Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	34	494.512	566.624
Trabalhos para a própria entidade	35	5.946.011	12.568.493
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(117.039.856)	(102.942.647)
Fornecimentos e serviços externos	36	(10.131.467)	(13.412.077)
Gastos com o pessoal	37	(30.003.674)	(29.602.484)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 e 12	(3.444.660)	(8.330.014)
Provisões (aumentos/reduções)	26 e 28	(1.950.000)	5.654.606
Aumentos/reduções de justo valor	38	(3.784.984)	(6.235.322)
Outros rendimentos e ganhos	39	9.437.497	11.806.163
Outros gastos e perdas	40	(10.447.471)	(8.707.888)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b><u>56.869.423</u></b>	<b><u>54.957.554</u></b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(31.818.260)	(34.508.850)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b><u>25.051.163</u></b>	<b><u>20.448.704</u></b>
Juros e rendimentos similares obtidos	41	2.058.221	2.353.229
Juros e gastos similares suportados	41	(23.519.195)	(20.194.854)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b><u>3.590.189</u></b>	<b><u>2.607.079</u></b>
Imposto sobre o rendimento do período	42	1.019.981	3.129.709
<b>Resultado líquido do período</b>		<b><u><u>4.610.170</u></u></b>	<b><u><u>5.736.788</u></u></b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		4.540.673	5.649.990
Interesses minoritários		<u>69.497</u>	<u>86.798</u>
		<b><u><u>4.610.170</u></u></b>	<b><u><u>5.736.788</u></u></b>
Resultado por ação básico		1,14	1,41

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

### Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

#### Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio	Resultados líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2011												
Alterações no período:												
		-	-	-	876.356 (94.779)	- 94.779	- (1.090.320)	-	-	(213.964)	-	(213.964)
		-	-	-	(856.295)	-	-	(1.651.623)	-	(2.507.918)	(2.183)	(2.510.101)
		-	-	-	(74.718)	94.779	(1.090.320)	(1.651.623)	-	(2.721.882)	(2.183)	(2.724.065)
2												
3												
Resultado líquido do período												
Rendimento integral												
4 = 2 + 3												
Operações com detentores de capital próprio no período:												
		-	-	486.017	4.337.395	-	-	-	(4.823.412)	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período												
		-	-	486.017	4.337.395	-	-	-	(4.823.412)	-	-	-
5												
6 = 1 + 2 + 3 + 5												
Posição em 31 de Dezembro de 2011												
Alterações no período:												
		-	-	-	768.269 (202.310)	- 199.335	- (768.269)	-	-	(2.975)	-	(2.975)
		-	-	-	(995.365)	-	-	(975.200)	-	(1.970.565)	(1.014)	(1.971.579)
		-	-	-	(429.406)	199.335	(768.269)	(975.200)	-	(1.973.540)	(1.014)	(1.974.554)
7												
8												
Resultado líquido do período												
Rendimento integral												
9 = 7 + 8												
Operações com detentores de capital próprio no período:												
		-	-	-	(3.500.000)	-	-	-	-	(3.500.000)	-	(3.500.000)
		-	-	521.904	5.128.086	-	-	-	(5.649.990)	-	-	-
		-	-	521.904	1.628.086	-	-	-	(5.649.990)	(3.500.000)	-	(3.500.000)
10												
11 = 6 + 7 + 8 + 10												
Posição em 31 de Dezembro de 2012												
		20.000.000	4.020.148	15.549.486	53.915.334	917.676	9.953.983	23.395.093	4.540.673	132.292.393	375.156	132.667.549

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

### Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	2012 Euros	2011 Euros
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	232.059.238	137.911.883
Pagamentos a fornecedores	(139.935.060)	(107.521.267)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(27.565.891)	(30.890.089)
Outros recebimentos	-	5.161.911
Caixa gerada pelas operações	64.558.287	4.662.438
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(766.166)	450.919
Outros recebimentos/pagamentos	(22.407.614)	6.533.086
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>41.384.507</b>	<b>11.646.443</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(4.742.168)	(24.311.958)
Ativos intangíveis	(660.283)	(720.090)
Outros Ativos	(4.821.829)	(9.089.641)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	3.547	1.000
Ativos intangíveis	1.467.050	2.291.164
Outros ativos	666.257	387.134
Subsídios ao investimento	2.685.247	4.032.139
Juros e rendimentos similares	59.686	736.203
Dividendos	650.000	400.000
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(4.692.493)</b>	<b>(26.274.049)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2.820.047	45.593.077
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(8.870.303)	(10.677.038)
Juros e gastos similares	(23.061.991)	(19.078.060)
Dividendos	(3.500.000)	-
Outras operações de financiamento	(4.160.000)	(2.010.000)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(36.772.247)</b>	<b>13.827.979</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b>(80.233)</b>	<b>(799.627)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>260.326</b>	<b>1.059.953</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	<b>180.093</b>	<b>260.326</b>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.

### Balço Individual em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Notas	2012 Euros	2011 Euros
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	358.418.871	375.395.450
Ativos intangíveis	8	5.363.111	8.029.998
Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial	9	16.135.937	16.262.036
Participações financeiras - Outros métodos	10	1.815.803	3.481.188
Cientes	11	27.343.448	27.464.512
Outras contas a receber	12	22.531.172	21.394.371
Ativos por impostos diferidos	13	7.519.406	5.901.030
<b>Total do Ativo Não Corrente</b>		<b>439.127.748</b>	<b>457.928.585</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	15	15.714.991	14.355.133
Cientes	11	86.019.444	80.071.206
Estado e outros entes públicos	14	-	264.951
Acionistas/sócios	16	13.971.454	9.815.881
Outras contas a receber	12	110.082.385	94.841.147
Diferimentos	17	219.748	226.712
Outros ativos financeiros	18	6.170.000	2.010.000
Caixa e depósitos bancários	4	144.880	106.400
<b>Total do Ativo Corrente</b>		<b>232.322.902</b>	<b>201.691.430</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>671.450.650</b>	<b>659.620.015</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	19	20.000.000	20.000.000
Reservas legais	20	4.020.148	4.020.148
Outras reservas		15.549.486	15.027.582
Resultados transitados	21	48.471.979	48.685.597
Ajustamentos em ativos financeiros	22	4.192.811	3.022.262
Excedentes de revalorização	23	9.953.983	10.722.252
Outras variações no capital próprio	24	23.250.754	24.215.824
Resultado líquido do período		4.500.208	5.219.037
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>129.939.369</b>	<b>130.912.702</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	26	12.654.307	10.704.307
Financiamentos obtidos	27	308.226.270	335.309.094
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	28	23.700.478	23.079.307
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<b>344.581.055</b>	<b>369.092.708</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	29	66.087.692	59.620.805
Estado e outros entes públicos	14	8.174.487	2.560.815
Acionistas/sócios	16	915.000	550.000
Financiamentos obtidos	27	96.688.688	73.459.085
Outras contas a pagar	30	15.761.548	16.240.687
Outros passivos financeiros	31	9.302.811	7.183.213
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>196.930.226</b>	<b>159.614.605</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>541.511.281</b>	<b>528.707.313</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>671.450.650</b>	<b>659.620.015</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.

### Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	<u>Notas</u>	<u>2012</u> <u>Euros</u>	<u>2011</u> <u>Euros</u>
Vendas e serviços prestados	32	217.157.730	193.014.242
Subsídios à exploração	33	-	58.523
Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	34	1.659.688	1.804.315
Trabalhos para a própria entidade	35	5.946.011	12.568.493
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(120.995.477)	(106.868.278)
Fornecimentos e serviços externos	36	(9.596.043)	(12.931.084)
Gastos com o pessoal	37	(29.839.486)	(29.457.065)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 e 12	(3.444.660)	(8.330.014)
Provisões (aumentos/reduções)	26 e 28	(1.950.000)	5.654.606
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	(40.464)	39.448
Aumentos/reduções de justo valor	38	(3.784.984)	(6.235.322)
Outros rendimentos e ganhos	39	9.423.543	11.770.923
Outros gastos e perdas	40	(10.383.416)	(8.655.822)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b><u>54.152.442</u></b>	<b><u>52.432.965</u></b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(29.961.067)	(32.801.253)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b><u>24.191.375</u></b>	<b><u>19.631.712</u></b>
Juros e rendimentos similares obtidos	41	2.058.221	2.353.229
Juros e gastos similares suportados	41	(23.164.423)	(19.782.840)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b><u>3.085.173</u></b>	<b><u>2.202.101</u></b>
Imposto sobre o rendimento do período	42	1.415.035	3.016.936
<b>Resultado líquido do período</b>		<b><u>4.500.208</u></b>	<b><u>5.219.037</u></b>

O TÉCNICO DE CONTAS

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.**  
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio  
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

[illegible]

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.

### Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	2012 Euros	2011 Euros
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	231.204.627	137.075.784
Pagamentos a fornecedores	(145.045.911)	(112.457.747)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(27.404.870)	(30.746.725)
Outros recebimentos	-	5.161.911
Caixa gerada pelas operações	58.753.846	(966.777)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(382.153)	881.723
Outros recebimentos/pagamentos	(21.527.440)	6.627.317
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>36.844.253</b>	<b>6.542.263</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(3.967.897)	(18.375.076)
Ativos intangíveis	(660.283)	(720.090)
Outros ativos	(4.861.914)	(10.958.536)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	1.000
Ativos intangíveis	1.467.050	2.273.764
Outros ativos	1.377.282	425.082
Subsídios ao investimento	2.685.247	4.032.139
Juros e rendimentos similares	59.686	736.203
Dividendos	1.308.914	400.000
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(2.591.915)</b>	<b>(22.185.514)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2.820.047	45.743.077
Outras operações de financiamento	365.000	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(7.044.343)	(10.262.539)
Juros e gastos similares	(22.694.562)	(18.667.488)
Dividendos	(3.500.000)	-
Outras operações de financiamento	(4.160.000)	(2.010.000)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(34.213.858)</b>	<b>14.803.050</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b>38.480</b>	<b>(840.201)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>106.400</b>	<b>946.601</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	<b>144.880</b>	<b>106.400</b>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

## **EEM - Empresa de Electricidade da Madeira**

### **Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**

Anexo às demonstrações financeiras

#### **1. Identificação da entidade**

A EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (EEM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 12/74, de 17 de Janeiro, na figura de Empresa Pública (E.P.), tendo por objeto a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica na Região Autónoma da Madeira. A EEM é detida integralmente pelo Governo da Região Autónoma da Madeira, sendo a sua sede social no Funchal, na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, n.º 32.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 14/94/M, publicado no Diário da República de 3 de Junho de 1994, a EEM foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo a denominação alterada para EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A..

A EEM rege-se pelos referidos Decretos, pelos seus estatutos, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da sociedade.

No dia 25 de Março de 2002, foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/2002, que estendeu às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a regulação, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica. Durante o ano de 2002, a ERSE adaptou os regulamentos do setor elétrico, nomeadamente o Regulamento de Tarifário, de forma a estender a sua aplicação às Regiões Autónomas e proceder à gradual uniformização do tarifário no território nacional, a partir de 1 de Janeiro de 2003, atendendo aos princípios da uniformidade tarifária e do equilíbrio financeiro das empresas produtoras e distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, as tarifas aplicadas pela EEM a partir de 1 de Janeiro de 2003 são definidas pela ERSE, sendo também esta entidade responsável pelo cálculo da comparticipação paga à EEM a partir desta data relativa à redução das suas tarifas (ver Nota 3.2 k)).

O detalhe das empresas participadas pela EEM é apresentado na Nota 6 às demonstrações financeiras.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

- 2.1** As demonstrações financeiras da EEM foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2013. Estas demonstrações financeiras são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 3 foram utilizadas na preparação das demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011.

- 2.2** Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.
- 2.3** Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

### 3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se nos parágrafos seguintes.

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 refletem os ativos, passivos e resultados da EEM e das suas subsidiárias, nomeadamente, Casa da Luz, Emacom e Enereem (Ver Nota 6), e os resultados atribuídos à EEM referentes às participações em empresas associadas. Estas políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todas as referidas empresas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3. principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

#### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

##### a) Princípios de consolidação

###### *Investimentos em subsidiárias*

As participações financeiras em subsidiárias em que a EEM exerce o controlo direto e indireto são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que a EEM assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a EEM detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma sociedade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Em base individual, as participações financeiras em subsidiárias em que a EEM exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a EEM assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

###### *Investimentos em associadas*

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a EEM adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina. As associadas são entidades nas quais a EEM tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a EEM exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a EEM detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

### *Saldos e transações eliminadas na consolidação*

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes dessas transações, são eliminados no processo de consolidação. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

### *Outras participações financeiras*

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detém uma percentagem de direitos de voto inferior a 20% e nas quais não detém influência significativa sobre a política financeira e operacional, são contabilizadas ao justo valor por contrapartida de resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de oferta de compra corrente *bid price*. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Os ativos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

## **b) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF, a EEM decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (por via das reavaliações legais efetuadas em exercícios anteriores), determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a EEM. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A EEM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico de um ativo excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de Anos</b>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 33
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	4 a 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 20

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### **c) Ativos intangíveis**

A EEM reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

#### *Ativos intangíveis com vida útil finita*

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A EEM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### *Ativos intangíveis gerados internamente*

O dispêndio com pesquisa é reconhecido como um gasto quando incorrido. A EEM reconhece um ativo intangível proveniente de desenvolvimento quando é possível demonstrar:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- A intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e,
- A capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente compreendem todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida.

#### *Aquisição e desenvolvimento de software*

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela EEM necessárias à sua implementação. Estes gastos são amortizados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pela EEM, sobre os quais seja expetável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.



### *Propriedade industrial e outros direitos*

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado.

As vidas úteis esperadas dos bens são as seguintes:

	<u>Número de Anos</u>
Software	6
Propriedade industrial e outros direitos	10 a 33

## **d) Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados, líquidos de subsídios ao investimento. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

## **e) Locações**

A EEM classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da sua forma legal. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo para o locatário. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo para o locatário.

### *Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados no âmbito dos contratos de locação operacional são registados em resultados nos períodos a que dizem respeito.

### *Locações financeiras*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, o qual é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos em resultados ao longo do período da locação, com o objetivo de refletirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

## **f) Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A EEM reduz o custo dos inventários para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

## **g) Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## **h) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## **i) Impostos sobre o rendimento do período**

A EEM e as suas subsidiárias estão sujeitas ao regime fiscal consagrado pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. De acordo com a legislação portuguesa, as declarações de impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais nos 4 anos para os períodos de tributação iniciados a partir de 2012 (Segurança Social: 5 anos).

No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de 5 anos para os períodos de tributação iniciados a partir de 2012, de 4 anos para os exercícios de 2011 e 2010 e 6 anos para os exercícios anteriores.

Os impostos sobre os lucros correspondem aos impostos correntes e aos impostos diferidos. Os impostos sobre os lucros são reconhecidos nos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja

expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a EEM procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que i) tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e ii) os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

## **j) Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são registados ao custo histórico, tendo por base a taxa de câmbio na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## **k) Subsídios do Governo e outros equiparáveis**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis e os outros subsídios equiparáveis que estejam relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Estes subsídios apenas são reconhecidos no momento do seu recebimento.

Os subsídios do Governo reembolsáveis e os outros subsídios equiparáveis são contabilizados como passivos.

### *Compensação relativa à convergência tarifária*

Os subsídios de entidades governamentais, destinados a compensar a redução do tarifário de energia elétrica, têm como base o protocolo estabelecido em 1998 entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este protocolo, válido para o triénio de 1998 a 2000, foi posteriormente alargado aos anos de 2001 e 2002.

Durante o mês de Abril de 2003, foi celebrado o Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Elétrica entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este contrato estabelece as regras relativas ao pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002, revogando o protocolo anterior e mantendo, na sua essência, a metodologia de cálculo da compensação pela redução do tarifário nesse período.

De acordo com o referido contrato, a compensação atribuível à EEM até 2002 é apurada pela diferença entre as receitas a custo padrão (receitas que a EEM obteria se o nível de tarifário fosse definido por forma a cobrir os respetivos custos padrão) e as receitas com o tarifário em vigor (receitas obtidas pela aplicação, em cada ano, do tarifário em vigor), considerando-se para este efeito como custos padrão das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica, os custos determinados pela aplicação das regras definidas no processo de convergência dos tarifários.

Nos termos do Regulamento Tarifário, os subsídios atribuídos à EEM para efeitos da convergência tarifária de anos posteriores a 2002, são registados por contrapartida de resultados no exercício em que a referida convergência é imputável, com base no princípio da equidade tarifária entre os consumidores do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

### *Comparticipações de clientes*

As obras realizadas na rede de distribuição a pedido de clientes e a estes faturados são contabilizadas como itens de ativo fixo tangível, desde que os referidos itens cumpram os requisitos necessários à sua capitalização, sendo o valor recebido registado por contrapartida de resultados.

### *Plano de promoção da eficiência no consumo de energia*

Os subsídios concedidos pela ERSE, destinados a financiar o Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC), são registados em resultados quando existem garantias razoáveis quanto ao seu recebimento.

## **l) Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A EEM tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras.

## **m) Benefícios dos empregados**

### *Pensões de reforma*

Em conformidade com o Acordo de Empresa, foi assumida a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma para os trabalhadores que se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões à data do respetivo Acordo. A responsabilidade referida corresponde à diferença entre a pensão de reforma por limite de idade ou invalidez atribuída pelas Instituições de Previdência e o último vencimento auferido pelo trabalhador.

O plano de pensões referido consiste num plano de benefícios definidos, cujas responsabilidades são estimadas anualmente com base num estudo atuarial efetuado por um perito independente, utilizando o Método de Crédito da Unidade Projetada, a fim de determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em resultados do exercício, de acordo com a IAS 19 – Benefícios de Empregados, conforme adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

A EEM reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente; (ii) o custo dos juros; (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo; (iv) o efeito das reformas antecipadas; e (v) o efeito dos *curtailments*.

## **n) Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito compreende os montantes faturados na venda de energia elétrica e na prestação de serviços relacionados, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A venda de energia elétrica é considerada como rendimento no período em que ocorrem os respetivos consumos, independentemente da data de faturação. A faturação é efetuada numa base mensal, de acordo com as tarifas estabelecidas pela ERSE. Os rendimentos relativos a energia a faturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são registados por estimativa com base nos consumos reais.

## **o) Licenças de emissão de CO2**

A EEM detém licenças de emissão de CO2 para fazer face às emissões que resultam da sua atividade operacional. As licenças de emissão de CO2 detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um ativo intangível no momento da atribuição, por contrapartida de capitais próprios, sendo valorizadas com base na cotação de mercado na data de referência da sua atribuição. As licenças adquiridas em mercado para efeitos da liquidação da responsabilidade resultante dos consumos efetuados, são registadas como um ativo intangível ao seu custo de aquisição.

A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base no custo histórico das licenças (FIFO). Estas emissões são registadas como amortização do exercício em que ocorrem. Quando as emissões do exercício excedem o montante de licenças de emissão de CO2 em carteira, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de balanço.

A amortização dos subsídios registados inicialmente em capitais próprios é efetuada no exercício em que estes são atribuídos, na mesma proporção dos consumos, por contrapartida de resultados do exercício. Nos termos da regulação definida pela ERSE, o proveito diferido associado às licenças atribuídas a título gratuito e não consumidas é reclassificado para uma rubrica de Outras contas a pagar - Corrente, na medida em que este passivo constitui uma responsabilidade para com o Sistema Elétrico, o qual será regularizado no decorrer do período do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão II (2008-2012).

## **p) Ajustamentos tarifários**

Nas atividades sujeitas a regulação, o Regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado exercício às tarifas de exercícios futuros. Os ajustamentos tarifários registados nas demonstrações financeiras da EEM correspondem à diferença entre os valores efetivamente faturados pela EEM (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os ajustamentos tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008, de 21 de Agosto, veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos ajustamentos tarifários. Consequentemente, a EEM regista nos resultados do exercício os efeitos decorrentes do reconhecimento dos ajustamentos tarifários gerados nesse exercício. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada exercício que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da atividade de cada uma das entidades, devendo a ERSE adotar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei, podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os ajustamentos tarifários, através das tarifas de energia elétrica.

## q) Instrumentos financeiros

A EEM reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

A EEM mensura os instrumentos financeiros ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade quando satisfazem todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo; (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Os restantes instrumentos financeiros são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição líquido de imparidade, quando não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor.

### *Clientes e Outras contas a receber*

A EEM regista os Clientes e Outras contas a receber em cada data de balanço ao custo ou ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade. Estes ativos são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

### *Passivos financeiros*

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

### *Instrumentos financeiros derivados*

A EEM procede à contratação de instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro associado à sua carteira de empréstimos bancários (ótica de gestão), de forma a reduzir a variabilidade dos respetivos encargos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no capital próprio, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

### *Imparidade*

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável. Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

#### **r) Ativos e passivos contingentes**

Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um ex-fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

#### **s) Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

#### **t) Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 26 de Março de 2013, data em que foram aprovados pelo Conselho de Administração, conforme referido na Nota 47. Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 47.

### **3.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela EEM e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela EEM é apresentada na Nota 3.2. do Anexo.



Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela EEM, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da EEM e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### *Imparidade da rubrica de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela EEM da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### *Ajustamentos tarifários*

Os ajustamentos tarifários representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema Eléctrico apurados no final de cada período. Os ajustamentos tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes. Considerando a legislação atualmente em vigor, que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos ajustamentos tarifários, a EEM registou nos resultados do exercício os efeitos decorrentes do reconhecimento do ajustamento tarifário. No âmbito da legislação em vigor, as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia elétrica, os ajustamentos tarifários.

#### *Imparidade dos ativos não correntes*

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável. Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da EEM.

#### *Vida útil dos ativos*

Os ativos de geração, transporte e distribuição de energia são amortizados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os factos e circunstâncias existentes na data de preparação das demonstrações financeiras que incluem, entre outros, as melhores estimativas da EEM sobre a vida útil dos respetivos ativos.

Em 2012, a Enereem procedeu à redefinição das vidas úteis nos parques eólicos do Porto Santo e da Bica da Cana de 16 para 20 anos e, consequentemente, alterou prospetivamente o montante das respetivas amortizações do exercício, tal como referido na nota 5.



### *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### *Provisões*

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Assim sendo, as alterações nesta estimativa podem ter um impacto significativo nos resultados.

No decurso normal da sua atividade, nas filiais do Grupo EEM existem diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa, cível, fiscal e outras. Estas ações judiciais, arbitrais ou outras, envolvem terceiros, autoridades administrativas, fiscais e outras.

Os processos destas naturezas cujas perdas forem estimadas como não prováveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo na ausência de cotação determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### *Impostos sobre os lucros*

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela EEM, e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro anos para períodos de tributação iniciados a partir de 2012. No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de cinco anos para períodos de tributação iniciados a partir de 2012, de quatro anos para os exercícios de 2011 e 2010 e seis anos para os exercícios anteriores. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EEM de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base a expectativa do Conselho de Administração da EEM relativamente à existência de lucros tributáveis futuros.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da EEM situações que coloquem em causa a continuidade da EEM.

## 4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A EEM classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, e para efeitos meramente comparativos, foi efetuada a separação do Fluxo de caixa das atividades de financiamento – Pagamentos respeitantes a Financiamentos obtidos, originando um Fluxo de caixa das atividades de financiamento – Pagamentos respeitantes a outras operações de financiamento no montante de 2.010.000 Euros e que respeita aos pagamentos para constituição do depósito colateral relativo ao *swap* de “taxa de juro”, apresentado na rubrica de Outros ativos financeiros.

**4.1** A 31 de Dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

**4.2** A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Caixa e equivalentes de caixa	3.856	27.504	3.506	27.237
Depósitos bancários à ordem	176.237	232.822	141.374	79.163
	180.093	260.326	144.880	106.400

## 5. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### *Redefinição das vidas úteis dos ativos afetos à produção de energia eólica*

Em 2012, o Grupo EEM, através da sua subsidiária Enereem, procedeu à redefinição das vidas úteis nos parques eólicos do Porto Santo e da Bica da Cana de 16 para 20 anos e, consequentemente, alterou prospectivamente o montante das respetivas amortizações do exercício.

A redefinição da vida útil das centrais teve por base as especificações técnicas dos fornecedores dos ativos instalados nos referidos parques, certificados por uma entidade externa. Com base nesta informação, foram identificadas as vidas úteis remanescentes de cada ativo. Esta análise considerou pressupostos que requerem julgamentos e estimativas para a determinação das vidas úteis dos ativos considerados, assim como a expectativa da Gerência de que as licenças de utilização do domínio público da Região Autónoma da Madeira para a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis em vigor, se manterão até ao termo das referidas vidas úteis.

## 6. Perímetro de consolidação

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 de Dezembro de 2012, são apresentadas como segue:

(valores expressos em euros)

Denominação	Sede	Capital social	Total ativo	Total passivo	Capitais próprios	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido do exercício	% Grupo
Casa da Luz	Funchal	99.760	2.412.996	2.005.161	407.835	55.015	1.392	100,00%
Enereem	Funchal	49.880	25.397.734	20.395.648	5.002.085	3.955.987	926.626	92,50%
Emacom	Funchal	49.880	1.684.801	1.248.770	436.031	898.500	376.152	100,00%

As empresas associadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2012, são apresentadas como segue:

(valores expressos em euros)

Denominação	Sede	Capital social	Total ativo	Total passivo	Capitais próprios	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido do exercício	% Grupo
Teleféricos da Madeira	Funchal	250.000	9.271.987	2.565.479	6.706.508	5.676.513	2.623.669	20,00%
EEM & BFS	Funchal	6.000.000	28.478.799	16.103.553	12.375.246	-	(71.554)	40,00%

No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não se verificaram transações relativas à aquisição e/ou alienação de partes de capital nas empresas acima referidas.

## 7. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	6.422.029	6.422.029	6.422.029
Edifícios e outras construções	201.682.386	200.002.640	198.471.392	196.791.646
Equipamento básico	597.504.118	589.388.034	563.894.796	555.809.810
Equipamento de transporte	378.615	409.728	197.055	197.055
Equipamento administrativo	7.651.850	7.605.341	7.502.982	7.456.473
Outros ativos fixos tangíveis	3.047.250	3.017.947	3.047.249	3.017.947
Património artístico	63.295	63.295	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	14.823.730	16.126.390	14.823.730	16.126.390
	<b>831.573.273</b>	<b>823.035.404</b>	<b>794.359.233</b>	<b>785.821.350</b>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>				
Depreciação do período	(27.369.949)	(27.489.344)	(25.514.462)	(25.783.453)
Depreciação de abates/alienações	76.182	479.110	-	479.109
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(418.416.218)	(391.405.984)	(410.425.900)	(385.121.556)
	<b>(445.709.985)</b>	<b>(418.416.218)</b>	<b>(435.940.362)</b>	<b>(410.425.900)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>385.863.288</b>	<b>404.619.186</b>	<b>358.418.871</b>	<b>375.395.450</b>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis para o Grupo, durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	200.002.640	38.710	-	-	1.641.036	201.682.386
Equipamento básico	589.388.034	3.989.320	-	(80.124)	4.206.888	597.504.118
Equipamento de transporte	409.728	-	-	(31.113)	-	378.615
Equipamento administrativo	7.605.341	46.509	-	-	-	7.651.850
Outros ativos fixos tangíveis	3.017.947	29.303	-	-	-	3.047.250
Património artístico	63.295	-	-	-	-	63.295
Ativos fixos tangíveis em curso	16.126.390	4.780.440	-	-	(6.083.100)	14.823.730
	<b>823.035.404</b>	<b>8.884.282</b>	<b>-</b>	<b>(111.237)</b>	<b>(235.176)</b>	<b>831.573.273</b>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>						
Edifícios e outras construções	(84.355.982)	(5.374.990)	-	-	-	(89.730.972)
Equipamento básico	(324.601.905)	(21.562.064)	-	45.069	-	(346.118.900)
Equipamento de transporte	(227.857)	(62.790)	-	31.113	-	(259.534)
Equipamento administrativo	(6.990.071)	(251.656)	-	-	-	(7.241.727)
Outros ativos fixos tangíveis	(2.240.403)	(118.449)	-	-	-	(2.358.852)
	<b>(418.416.218)</b>	<b>(27.369.949)</b>	<b>-</b>	<b>76.182</b>	<b>-</b>	<b>(445.709.985)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>404.619.186</b>					<b>385.863.288</b>

As adições verificadas no período incluem intervenções em linhas de transporte (317.499 Euros), distribuição de média tensão (970.000 Euros), subestações (540.129 Euros), postos de seccionamento (422.345 Euros), redes de baixa tensão (2.654.965 Euros) e equipamentos de contagem e medida (495.094 Euros). Na área da produção, o investimento nas Centrais hidroelétricas ascendeu a 1.152.993 Euros, e incluem 477.781 Euros referentes à Remodelação do sistema Hidroelétrico da Calheta, 180.068 Euros referentes ao Aproveitamento Hidroelétrico da Fonte do Juncal/Chão da Ribeira e 373.952 Euros despendidos na reconstrução de vários canais. Foram efetuadas diversas intervenções nas centrais térmicas, com vista à manutenção da capacidade produtiva das mesmas, no valor total de 513.079 Euros.

Adicionalmente aos investimentos referidos, durante o período foram capitalizados nesta rubrica custos de empréstimos obtidos no montante de 276.800 Euros (2011: 207.880 Euros), tendo sido utilizada a taxa de capitalização de 5,66% para determinar esses custos (ver Nota 41).

Conforme referido na Nota 5, em 2012 o Grupo EEM, através da sua subsidiária Enereem, procedeu à redefinição das vidas úteis dos parques eólicos do Porto Santo e Bica da Cana, de 16 para 20 anos e, consequentemente, alterou prospetivamente o montante das respetivas amortizações do exercício a partir de 1 de Janeiro de 2012.

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis para o Grupo, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	195.828.245	1.302.877	-	-	2.871.518	200.002.640
Equipamento básico	571.484.066	8.107.969	-	(441.463)	10.237.462	589.388.034
Equipamento de transporte	209.215	238.160	-	(37.647)	-	409.728
Equipamento administrativo	7.434.039	153.822	-	-	17.480	7.605.341
Outros ativos fixos tangíveis	2.853.122	164.825	-	-	-	3.017.947
Património artístico	63.295	-	-	-	-	63.295
Ativos fixos tangíveis em curso	15.538.207	13.799.276	-	-	(13.211.093)	16.126.390
	<u>799.832.218</u>	<u>23.766.929</u>	<u>-</u>	<u>(479.110)</u>	<u>(84.633)</u>	<u>823.035.404</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>						
Edifícios e outras construções	(79.028.411)	(5.327.571)	-	-	-	(84.355.982)
Equipamento básico	(303.416.209)	(21.627.159)	-	441.463	-	(324.601.905)
Equipamento de transporte	(182.943)	(82.561)	-	37.647	-	(227.857)
Equipamento administrativo	(6.671.011)	(319.060)	-	-	-	(6.990.071)
Outros ativos fixos tangíveis	(2.107.410)	(132.993)	-	-	-	(2.240.403)
	<u>(391.405.984)</u>	<u>(27.489.344)</u>	<u>-</u>	<u>479.110</u>	<u>-</u>	<u>(418.416.218)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>408.426.234</u>					<u>404.619.186</u>

Em 2011, as adições verificadas no período refletem os trabalhos finais na Central Térmica da Vitória (CTV III), no montante de 939.358 Euros, trabalhos de reconstrução da rede de levadas, no montante de 1.485.140 Euros, e intervenções em linhas de transporte (1.230.150 Euros), distribuição de média tensão (3.023.100 Euros) e redes de baixa tensão (3.313.480 Euros). Adicionalmente, foram efetuadas intervenções para manutenção da capacidade produtiva dos Grupos 9 e 10 da Central Térmica da Vitória, no montante 626.621 Euros, e efetuadas grandes reparações nos tanques de fuel da Central Térmica do Porto Santo, no montante de 530.131 Euros.

Adicionalmente, em 2011, na subsidiária Enereem, foi concluído e entrou em funcionamento, o parque eólico do Loiral II, constituído por 2 aerogeradores de 3 MW cada, cujo investimento ascendeu, em 2011, a 6.399 Euros.

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis em base individual, durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	196.791.646	38.710	-	-	1.641.036	198.471.392
Equipamento básico	555.809.810	3.878.098	-	-	4.206.888	563.894.796
Equipamento de transporte	197.055	-	-	-	-	197.055
Equipamento administrativo	7.456.473	46.509	-	-	-	7.502.982
Outros ativos fixos tangíveis	3.017.947	29.302	-	-	-	3.047.249
Ativos fixos tangíveis em curso	16.126.390	4.780.440	-	-	(6.083.100)	14.823.730
	<u>785.821.350</u>	<u>8.773.059</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(235.176)</u>	<u>794.359.233</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>						
Edifícios e outras construções	(83.012.833)	(5.265.600)	-	-	-	(88.278.433)
Equipamento básico	(318.161.412)	(19.876.228)	-	-	-	(338.037.640)
Equipamento de transporte	(144.855)	(17.400)	-	-	-	(162.255)
Equipamento administrativo	(6.866.365)	(236.784)	-	-	-	(7.103.149)
Outros ativos fixos tangíveis	(2.240.435)	(118.450)	-	-	-	(2.358.885)
	<u>(410.425.900)</u>	<u>(25.514.462)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(435.940.362)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>375.395.450</u>					<u>358.418.871</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis em base individual, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	192.617.251	1.302.877	-	-	2.871.518	196.791.646
Equipamento básico	544.363.912	8.081.290	-	(441.462)	3.806.070	555.809.810
Equipamento de transporte	165.102	69.600	-	(37.647)	-	197.055
Equipamento administrativo	7.292.116	153.267	-	-	11.090	7.456.473
Outros activos fixos tangíveis	2.853.122	164.825	-	-	-	3.017.947
Activos fixos tangíveis em curso	15.505.442	7.400.648	-	-	(6.779.700)	16.126.390
	<u>769.218.974</u>	<u>17.172.507</u>	<u>-</u>	<u>(479.109)</u>	<u>(91.022)</u>	<u>785.821.350</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>						
Edifícios e outras construções	(77.794.651)	(5.218.182)	-	-	-	(83.012.833)
Equipamento básico	(298.506.967)	(20.095.907)	-	441.462	-	(318.161.412)
Equipamento de transporte	(153.109)	(29.393)	-	37.647	-	(144.855)
Equipamento administrativo	(6.559.386)	(306.979)	-	-	-	(6.866.365)
Outros activos fixos tangíveis	(2.107.443)	(132.992)	-	-	-	(2.240.435)
	<u>(385.121.556)</u>	<u>(25.783.453)</u>	<u>-</u>	<u>479.109</u>	<u>-</u>	<u>(410.425.900)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>384.097.418</u>					<u>375.395.450</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foram capitalizados na rubrica de Ativos fixos tangíveis os seguintes montantes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Trabalhos para a própria entidade:</b>				
Ativos fixos tangíveis:				
Materiais	814.880	2.624.040	814.880	2.624.040
Fornecimentos e serviços externos	984.021	3.292.998	984.021	3.292.998
Pessoal	1.904.271	2.252.448	1.904.271	2.252.448
Outros	56.295	66.709	56.295	66.709
	<u>3.759.467</u>	<u>8.236.195</u>	<u>3.759.467</u>	<u>8.236.195</u>
Ativos fixos tangíveis em curso:				
Materiais	403.783	775.158	403.783	775.158
Fornecimentos e serviços externos	1.094.076	2.743.515	1.094.076	2.743.515
Pessoal	528.457	628.468	528.457	628.468
Outros	-	20.158	-	20.158
	<u>2.026.316</u>	<u>4.167.299</u>	<u>2.026.316</u>	<u>4.167.299</u>
	<u>5.785.783</u>	<u>12.403.494</u>	<u>5.785.783</u>	<u>12.403.494</u>

No decorrer do exercício de 2012, o valor dos gastos incorridos com estes ativos ascendeu a 5.785.783 Euros (2011: 12.403.494 Euros), estando o correspondente rendimento registado na rubrica Trabalhos para a própria entidade da demonstração dos resultados (Nota 35).

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica e registados em gastos dispêndios de carácter ambiental nos montantes 853.734 Euros e 1.026.489 Euros, respetivamente.

## 8. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
Software	18.377.025	17.676.398	18.366.788	17.666.161
Licenças de emissão de CO2	3.989.362	7.570.538	3.989.362	7.570.538
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	146.538	146.538	146.538
	22.512.925	25.393.474	22.502.688	25.383.237
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>				
Amortização do período	(4.448.311)	(7.019.506)	(4.446.605)	(7.017.800)
Amortização acumulada de períodos anteriores	(12.699.796)	(10.340.557)	(12.692.972)	(10.335.439)
	(17.148.107)	(17.360.063)	(17.139.577)	(17.353.239)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>5.364.818</b>	<b>8.033.411</b>	<b>5.363.111</b>	<b>8.029.998</b>

Os movimentos nesta rubrica para o Grupo, durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Software	17.676.398	465.451	-	-	235.176	18.377.025
Licenças de emissão de CO2	7.570.538	3.984.191	-	(7.565.367)	-	3.989.362
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	-	-	-	-	146.538
	25.393.474	4.449.642	-	(7.565.367)	235.176	22.512.925
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>						
Software	(12.680.142)	(2.147.242)	-	-	-	(14.827.384)
Licenças de emissão de CO2	(4.660.267)	(2.294.598)	-	4.660.267	-	(2.294.598)
Propriedade industrial e outros direitos	(19.654)	(6.471)	-	-	-	(26.125)
	(17.360.063)	(4.448.311)	-	4.660.267	-	(17.148.107)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>8.033.411</b>					<b>5.364.818</b>

As adições à rubrica de Software referem-se, essencialmente, ao investimento efetuado no âmbito do desenvolvimento e atualização dos sistemas informáticos da EEM.

A EEM procedeu ao registo na rubrica Licenças de emissão de CO2, com referência a 1 de Janeiro de 2012, de um montante de 3.984.191 Euros relativo às licenças de emissão de CO2 atribuídas a título gratuito em 2012 por parte do Instituto do Ambiente (577.419 toneladas de *European Union Allowances* : EUA).

A redução verificada na rubrica Licenças de emissão de CO2 inclui 4.660.267 Euros relativos à entrega das licenças correspondentes às emissões de CO2 verificadas em 2011 (335.271 toneladas de EUA), conforme referido na Nota 44.

Adicionalmente, no decorrer deste exercício, a EEM efetuou diversas operações no âmbito das quais procedeu à venda de 209.000 toneladas de EUA pelo montante de 1.446.150 Euros (líquido de comissões), tendo gerado um impacto em resultados no mesmo montante, por via de reconhecimento de uma menos-valia na venda das EUA (1.458.950 Euros incluindo comissões de 20.900 Euros: ver Nota 40) e do subsídio associado às EUA atribuídas a título gratuito que foram alienadas (2.905.100 Euros: ver Nota 39). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente das transações com licenças de emissão de CO2 ascende a 8.547 Euros (incluindo o efeito em resultados da compensação tarifária de 2012).

A amortização registada na rubrica Licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, no montante de 2.294.598 Euros (2011: 4.660.267 Euros), corresponde aos consumos de CO<sub>2</sub> efetuados pela EEM no âmbito do desenvolvimento da sua atividade operacional, conforme referido na política contabilística 3.2 o).

Os movimentos nesta rubrica para o Grupo, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Software	16.962.699	629.066	-	-	84.633	17.676.398
Licenças de emissão de CO <sub>2</sub>	6.560.851	8.026.124	-	(7.016.437)	-	7.570.538
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	-	-	-	-	146.538
	23.670.088	8.655.190	-	(7.016.437)	84.633	25.393.474
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>						
Software	(10.327.374)	(2.352.768)	-	-	-	(12.680.142)
Licenças de emissão de CO <sub>2</sub>	(4.671.968)	(4.660.267)	-	4.671.968	-	(4.660.267)
Propriedade industrial e outros direitos	(13.183)	(6.471)	-	-	-	(19.654)
	(15.012.525)	(7.019.506)	-	4.671.968	-	(17.360.063)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	8.657.563					8.033.411

Em 2011, a EEM procedeu ao registo na rubrica Licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, com referência a 1 de Janeiro de 2011, de um montante de 8.026.124 Euros relativo às licenças de emissão de CO<sub>2</sub> atribuídas a título gratuito em 2011 por parte do Instituto do Ambiente (577.419 toneladas de *European Union Allowances: EUA*).

A redução verificada na rubrica Licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, em 2011, inclui 4.671.968 Euros relativos à entrega das licenças correspondentes às emissões de CO<sub>2</sub> verificadas em 2010 (364.144 toneladas de EUA).

Adicionalmente, no decorrer do exercício de 2011, a EEM efetuou diversas operações no âmbito das quais procedeu à venda de 180.000 toneladas de EUA pelo montante de 2.305.400 Euros (líquido de comissões), tendo gerado um impacto em resultados no mesmo montante, por via de reconhecimento de uma menos-valia na venda das EUA (39.070 Euros incluindo comissões de 18.000 Euros: ver Nota 40) e do subsídio associado às EUA atribuídas a título gratuito que foram alienadas (2.344.469 Euros: ver Nota 39). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente das transações com licenças de emissão de CO<sub>2</sub> ascende a 5.842 Euros (incluindo o efeito em resultados da compensação tarifária de 2011).

A depreciação registada na rubrica Licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, no montante de 4.660.267 Euros, corresponde aos consumos de CO<sub>2</sub> efetuados pela EEM no âmbito do desenvolvimento da sua atividade operacional, conforme referido na política contabilística 3.2 o).

Os movimentos nesta rubrica em base individual, durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Software	17.666.161	465.451	-	-	235.176	18.366.788
Licenças de emissão de CO <sub>2</sub>	7.570.538	3.984.191	-	(7.565.367)	-	3.989.362
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	-	-	-	-	146.538
	25.383.237	4.449.642	-	(7.565.367)	235.176	22.502.688
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>						
Software	(12.673.318)	(2.145.536)	-	-	-	(14.818.854)
Licenças de emissão de CO <sub>2</sub>	(4.660.267)	(2.294.598)	-	4.660.267	-	(2.294.598)
Propriedade industrial e outros direitos	(19.654)	(6.471)	-	-	-	(26.125)
	(17.353.239)	(4.446.605)	-	4.660.267	-	(17.139.577)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	8.029.998					5.363.111



Os movimentos nesta rubrica em base individual, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Software	16.946.073	629.066	-	-	91.022	17.666.161
Licenças de emissão de CO2	6.560.851	8.026.124	-	(7.016.437)	-	7.570.538
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	-	-	-	-	146.538
	23.653.462	8.655.190	-	(7.016.437)	91.022	25.383.237
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>						
Software	(10.322.256)	(2.351.062)	-	-	-	(12.673.318)
Licenças de emissão de CO2	(4.671.968)	(4.660.267)	-	4.671.968	-	(4.660.267)
Propriedade industrial e outros direitos	(13.183)	(6.471)	-	-	-	(19.654)
	(15.007.407)	(7.017.800)	-	4.671.968	-	(17.353.239)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	8.646.055					8.029.998

No decorrer do exercício de 2012, o valor dos gastos incorridos em Trabalhos para a própria entidade com estes ativos intangíveis ascendeu a 105.584 Euros (2011: 87.663 Euros). O correspondente rendimento encontra-se registado na rubrica Trabalhos para a própria entidade da demonstração dos resultados (Nota 35).

## 9. Participações financeiras – Método de equivalência patrimonial

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Empresas subsidiárias	-	-	5.884.536	6.102.173
Empresas associadas	10.251.401	10.159.863	10.251.401	10.159.863
	10.251.401	10.159.863	16.135.937	16.262.036

O detalhe desta rubrica, em base individual, é analisado como segue:

	Dez 2012			Dez 2011		
	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros
<b>Subsidiárias:</b>						
Museu - Casa da Luz	2.353.023	(2.353.023)	-	2.312.559	(2.312.559)	-
Enereem	5.448.505	-	5.448.505	5.383.379	-	5.383.379
Emaçom	436.031	-	436.031	718.794	-	718.794
	8.237.559	(2.353.023)	5.884.536	8.414.732	(2.312.559)	6.102.173
<b>Associadas:</b>						
Teleféricos da Madeira	1.341.302	-	1.341.302	1.219.543	-	1.219.543
EEM & BFS	8.910.099	-	8.910.099	8.940.320	-	8.940.320
	10.251.401	-	10.251.401	10.159.863	-	10.159.863
	18.488.960	(2.353.023)	16.135.937	18.574.595	(2.312.559)	16.262.036

Conforme referido na política contabilística 3.2 a) e de acordo com o disposto na NCRF 13, em base individual, as participações financeiras em subsidiárias e associadas em que a EEM exerce, respetivamente, controlo ou influência significativa, são registadas pelo método de equivalência patrimonial. No entanto, em base consolidada, os investimentos em subsidiárias são consolidados pelo método integral.

O movimento das participações financeiras no exercício de 2012, em base individual, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições / Aumentos Euros	Alienações / Reduções Euros	Método de equivalência patrimonial Euros	Outras variações Euros	Saldo final Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Casa da Luz	2.312.559	-	-	379	40.085	2.353.023
Enereem	5.383.379	-	-	776.151	(711.025)	5.448.505
Emacom	718.794	-	-	(282.763)	-	436.031
Teleféricos da Madeira	1.219.543	-	-	121.759	-	1.341.302
EEM & BFS	8.940.320	-	-	(30.221)	-	8.910.099
	18.574.595	-	-	585.305	(670.940)	18.488.960
<b>Imparidade:</b>						
Casa da Luz	(2.312.559)	(40.464)	-	-	-	(2.353.023)
	(2.312.559)	(40.464)	-	-	-	(2.353.023)
	16.262.036					16.135.937

Na coluna Método de equivalência patrimonial encontram-se apresentados os efeitos da aplicação deste método de consolidação, sendo esta variação do investimento resultado da apropriação do resultado do período das empresas subsidiárias e associadas, no montante de 1.661.288 Euros, e de variações negativas dos capitais próprios destas subsidiárias e associadas, no montante de 1.075.983 Euros.

A rubrica Outras variações resulta da variação dos suprimentos considerados como instrumentos de capital próprio no âmbito das NCRF.

A informação financeira resumida referente às empresas subsidiárias e associadas é apresentada na Nota 6.

O movimento das participações financeiras no exercício de 2011, em base individual, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições / Aumentos Euros	Alienações / Reduções Euros	Método de equivalência patrimonial Euros	Outras variações Euros	Saldo final Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Casa da Luz	2.352.007	-	-	(1.499)	(37.949)	2.312.559
Enereem	2.555.525	-	-	958.959	1.868.895	5.383.379
Emacom	465.494	-	-	253.300	-	718.794
Teleféricos da Madeira	1.017.233	-	-	202.310	-	1.219.543
EEM & BFS	8.976.007	-	-	(35.687)	-	8.940.320
	15.366.266	-	-	1.377.383	1.830.946	18.574.595
<b>Imparidade:</b>						
Casa da Luz	(2.352.007)	-	39.448	-	-	(2.312.559)
	(2.352.007)	-	39.448	-	-	(2.312.559)
	13.014.259					16.262.036

Na coluna Método de equivalência patrimonial encontram-se apresentados os efeitos da aplicação deste método de consolidação, sendo esta variação do investimento resultado da apropriação do resultado do período das empresas subsidiárias e associadas, no montante de 1.804.315 Euros, e de variações negativas dos capitais próprios destas subsidiárias e associadas, no montante de 426.932 Euros.

A rubrica Outras variações resulta do reembolso dos suprimentos considerados como instrumentos de capital próprio no âmbito das NCRF.

## 10. Participações financeiras – Outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Método	Dez 2012			Dez 2011		
	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Justo valor	1.136.490	-	1.136.490	2.646.621	-
Luso Carbon Fund	Justo valor	609.323	-	609.323	764.577	-
Horários do Funchal, S.A.	Custo aquisição	611.027	(611.027)	-	611.027	(611.027)
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Custo aquisição	50.000	-	50.000	50.000	-
Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A.	Custo aquisição	20.141	(20.141)	-	20.141	(20.141)
Comboio do Monte, S.A.	Custo aquisição	16.000	-	16.000	16.000	-
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	Custo aquisição	3.990	-	3.990	3.990	-
	2.446.971	(631.168)	1.815.803	4.112.356	(631.168)	3.481.188

Durante o exercício de 2012 ocorreu a extinção do Banif - SGPS, S.A., no contexto da sua fusão por incorporação no Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif, S.A.), tendo o estatuto de sociedade aberta ao investimento público cotada em Bolsa transitado para esta última. Na sequência desta fusão, foram atribuídas as ações do Banif S.A. aos acionistas da sociedade extinta, Banif SGPS, na proporção de um para um.

O movimento das participações financeiras, durante o ano 2012, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições Euros	Alienações Euros	Variação justo valor Euros	Imparidade Euros	Saldo final Euros
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	2.646.621	-	-	(1.510.131)	-	1.136.490
Luso Carbon Fund	764.577	-	-	(155.254)	-	609.323
Horários do Funchal, S.A.	-	-	-	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	50.000	-	-	-	-	50.000
Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A.	-	-	-	-	-	-
Comboio do Monte, S.A.	16.000	-	-	-	-	16.000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	3.990	-	-	-	-	3.990
	3.481.188	-	-	(1.665.385)	-	1.815.803

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, os investimentos financeiros detidos no Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. e no Luso Carbon Fund desvalorizaram 1.510.131 e 155.254 Euros, respetivamente, tendo esta desvalorização sido registada por contrapartida de Reduções de justo valor (ver Nota 38).

O movimento das participações financeiras, durante o ano 2011, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições Euros	Alienações Euros	Variação justo valor Euros	Imparidade Euros	Saldo final Euros
Banif - SGPS, S.A.	6.694.394	-	-	(4.047.773)	-	2.646.621
Luso Carbon Fund	964.804	-	-	(200.227)	-	764.577
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	50.000	-	-	-	-	50.000
Comboio do Monte, S.A.	16.000	-	-	-	-	16.000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	3.990	-	-	-	-	3.990
	7.729.188	-	-	(4.248.000)	-	3.481.188

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, os investimentos financeiros detidos no Banif - SGPS, S.A. e no Luso Carbon Fund desvalorizaram 4.047.773 e 200.227 Euros, respetivamente, tendo esta desvalorização sido registada por contrapartida de Reduções de justo valor (ver Nota 38).

## 11. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
<b>Ativo não corrente:</b>				
Entidades oficiais com protocolo	34.446.202	34.848.485	34.446.202	34.848.485
	34.446.202	34.848.485	34.446.202	34.848.485
<b>Ativo corrente:</b>				
Entidades oficiais com protocolo	2.666.948	3.500.663	2.666.948	3.500.663
Entidades oficiais sem protocolo	76.918.927	72.240.232	76.918.812	72.239.890
Clientes particulares	40.798.213	35.957.709	40.653.518	35.782.357
	120.384.088	111.698.604	120.239.278	111.522.910
	154.830.290	146.547.089	154.685.480	146.371.395
<b>Imparidade:</b>				
Ativo não corrente	(7.102.754)	(7.383.973)	(7.102.754)	(7.383.973)
Ativo corrente	(34.222.500)	(31.454.370)	(34.219.834)	(31.451.704)
	(41.325.254)	(38.838.343)	(41.322.588)	(38.835.677)
<b>Valor líquido:</b>	113.505.036	107.708.746	113.362.892	107.535.718

A rubrica Entidades oficiais com protocolo, no montante de 37.113.150 Euros (2011: 38.349.148 Euros), corresponde a um conjunto de protocolos celebrados com algumas entidades oficiais regionais com vista ao recebimento dos valores devidos por essas entidades num período que varia entre os 5 e os 30 anos, sem juros e com planos de reembolso mensais. Ao abrigo dos referidos protocolos, a EEM recebeu em 2012 o montante de 3.412.736 Euros (2011: 2.431.648 Euros).

A rubrica Entidades oficiais sem protocolo, no montante de 76.918.927 Euros (2011: 72.240.232 Euros), corresponde a valores faturados a entidades oficiais regionais até 31 de Dezembro de 2012 relativos ao fornecimento de energia elétrica e outros serviços prestados em dívida à data e que não se encontram abrangidos por protocolos para o seu recebimento. Deste montante, 30.718.101 Euros (2011: 29.846.102 Euros) referem-se a faturação de iluminação pública.

Em 2012 os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Utilização Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>					
<b>Ativo não corrente:</b>					
Entidades oficiais com protocolo	(7.383.973)	-	-	281.219	(7.102.754)
	(7.383.973)	-	-	281.219	(7.102.754)
<b>Ativo corrente:</b>					
Entidades oficiais com protocolo	(74.616)	-	(605.938)	-	(680.554)
Entidades oficiais sem protocolo	(20.268.010)	-	-	324.719	(19.943.291)
Clientes particulares	(11.111.744)	957.749	(3.444.660)	-	(13.598.655)
	(31.454.370)	957.749	(4.050.598)	324.719	(34.222.500)
	(38.838.343)	957.749	(4.050.598)	605.938	(41.325.254)

A utilização da imparidade de clientes particulares, no montante de 957.749 Euros, corresponde à anulação de valores em dívida com antiguidade significativa (incobráveis), cuja imparidade já se encontrava totalmente registada.

Em 2011 os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Utilização Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>					
<b>Ativo não corrente:</b>					
Entidades oficiais com protocolo	(8.033.046)	-	-	649.073	(7.383.973)
	(8.033.046)	-	-	649.073	(7.383.973)
<b>Ativo corrente:</b>					
Entidades oficiais com protocolo	(73.922)	-	(694)	-	(74.616)
Entidades oficiais sem protocolo	(15.569.632)	-	(4.698.378)	-	(20.268.010)
Clientes particulares	(10.730.405)	2.898.676	(3.280.015)	-	(11.111.744)
	(26.373.959)	2.898.676	(7.979.087)	-	(31.454.370)
	(34.407.005)	2.898.676	(7.979.087)	649.073	(38.838.343)

A utilização da imparidade de clientes particulares, no montante de 2.898.676 Euros, corresponde à anulação de valores em dívida com antiguidade significativa (incobráveis), cuja imparidade já se encontrava totalmente registada.

## 12. Outras contas a receber

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Compensação tarifária	22.531.172	17.355.563	22.531.172	17.355.563
Convergência tarifária	-	4.255.723	-	4.255.723
Outros	-	-	-	-
	22.531.172	21.611.286	22.531.172	21.611.286
<b>Ativo corrente</b>				
Compensação tarifária	75.578.265	69.667.849	75.578.265	69.667.849
Convergência tarifária	18.411.010	13.973.845	18.411.010	13.973.845
REN	8.684.089	2.618.242	8.684.089	2.618.242
Energia a faturar	5.738.061	6.826.668	5.742.777	6.828.206
Outros	2.758.704	2.835.173	2.750.914	2.837.675
	111.170.129	95.921.777	111.167.055	95.925.817
	133.701.301	117.533.063	133.698.227	117.537.103
<b>Imparidade:</b>				
Ativo não corrente	-	(216.915)	-	(216.915)
Ativo corrente	(1.084.670)	(1.084.670)	(1.084.670)	(1.084.670)
	(1.084.670)	(1.301.585)	(1.084.670)	(1.301.585)
<b>Valor líquido:</b>	132.616.631	116.231.478	132.613.557	116.235.518

A rubrica Compensação tarifária, no montante de 98.109.437 Euros (2011: 87.023.412 Euros), corresponde à diferença entre os valores efetivamente faturados pela EEM (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos calculados com base em valores reais. A compensação tarifária detalha-se, por ano de recebimento, como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Ativo:</b>				
Compensação tarifária de 2008	6.027.640	6.027.640	6.027.640	6.027.640
Compensação tarifária de 2009	30.601.468	30.601.468	30.601.468	30.601.468
Compensação tarifária de 2010	6.967.563	6.967.563	6.967.563	6.967.563
Compensação tarifária de 2011	7.305.443	7.305.443	7.305.443	7.305.443
Compensação tarifária de 2012	7.476.180	18.765.735	7.476.180	18.765.735
Compensação tarifária de 2013	17.199.971	17.355.563	17.199.971	17.355.563
Compensação tarifária de 2014	22.531.172	-	22.531.172	-
	98.109.437	87.023.412	98.109.437	87.023.412

A rubrica Convergência tarifária, no montante de 18.411.010 Euros (2011: 18.229.568 Euros), corresponde à diferença entre os valores registados na conta de exploração nos exercícios de 1998 a 2002 e os efetivamente recebidos ao abrigo do contrato assinado entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, o qual prevê o pagamento do valor em dívida em 40 prestações trimestrais acrescido de juros de mora, que a 31 de Dezembro de 2012, ascendiam a 324.189 Euros. Ao abrigo deste contrato, a EEM recebeu do Governo da República, em exercícios anteriores, o montante de 26.713.636 Euros (incluindo capital e juros de mora) acrescido de IVA à taxa de 4%. A Convergência tarifária está registada ao custo amortizado, existindo uma perda por imparidade a ela associada no montante de 84.670 Euros (2011: 301.585 Euros).

A rubrica REN, no montante de 8.684.089 Euros (2011: 2.618.242 Euros), corresponde ao valor da convergência tarifária do mês de Dezembro de 2012, transferido mensalmente para a EEM.

Em 2012, os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Perdas Euros	Utilizações/ Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>				
<b>Ativo não corrente:</b>				
Convergência tarifária	(216.915)	-	216.915	-
	(216.915)	-	216.915	-
<b>Ativo corrente:</b>				
Convergência tarifária	(84.670)	-	-	(84.670)
Outros devedores	(1.000.000)	-	-	(1.000.000)
	(1.084.670)	-	-	(1.084.670)
	(1.301.585)	-	216.915	(1.084.670)

As perdas por imparidade relativas à convergência tarifária resultam da determinação do valor atual do plano de pagamentos acima referido, o qual prevê o pagamento do valor em dívida em 40 prestações trimestrais sem juros. A reversão verificada no período corresponde ao *unwinding* do valor a receber por via deste plano.

Em 2011, os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Perdas Euros	Utilizações/ Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>				
<b>Ativo não corrente:</b>				
Convergência tarifária	(584.358)	-	367.443	(216.915)
	(584.358)	-	367.443	(216.915)
<b>Ativo corrente:</b>				
Convergência tarifária	(88.056)	-	3.386	(84.670)
Outros devedores	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
	(88.056)	(1.000.000)	3.386	(1.084.670)
	(672.414)	(1.000.000)	370.829	(1.301.585)

### 13. Ativos e passivos por impostos diferidos

A EEM regista nas suas demonstrações financeiras consolidadas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos diferidos ativos		Impostos diferidos passivos		Impostos diferidos (líquido)	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Ajustamento de transição	365.356	548.034	-	-	365.356	548.034
Provisões não aceites fiscalmente	15.150.393	14.507.600	-	-	15.150.393	14.507.600
Amortizações sem consequência fiscal	-	-	206.384	218.784	(206.384)	(218.784)
Reavaliações contabilísticas	-	-	984.459	1.069.822	(984.459)	(1.069.822)
Subsídios não reembolsáveis	-	-	7.026.576	8.102.332	(7.026.576)	(8.102.332)
	15.515.749	15.055.634	8.217.419	9.390.938	7.298.330	5.664.696

A EEM regista nas suas demonstrações financeiras individuais o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos diferidos ativos		Impostos diferidos passivos		Impostos diferidos (líquido)	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Ajustamento de transição	365.356	548.034	-	-	365.356	548.034
Provisões não aceites fiscalmente	15.150.393	14.507.600	-	-	15.150.393	14.507.600
Amortizações sem consequência fiscal	-	-	12.322	12.841	(12.322)	(12.841)
Reavaliações contabilísticas	-	-	984.459	1.069.822	(984.459)	(1.069.822)
Subsídios não reembolsáveis	-	-	6.999.562	8.071.941	(6.999.562)	(8.071.941)
	15.515.749	15.055.634	7.996.343	9.154.604	7.519.406	5.901.030

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos para o Grupo e em base individual, nos exercícios de 2012 e 2011, são os seguintes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	5.664.696	4.837.617	5.901.030	5.511.199
Dotação a resultados	2.304.946	3.512.198	2.289.688	3.068.872
Dotação a reservas	(671.312)	(2.685.119)	(671.312)	(2.679.041)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	7.298.330	5.664.696	7.519.406	5.901.030

O Decreto Legislativo Regional nº 20/2011/M, de 26 de Dezembro, veio alterar a taxa de IRC aplicável na Região autónoma da Madeira em 2012, de 20% para 25%. De acordo com o disposto na NCRF 25.44, os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que estejam aprovadas à data de balanço, pelo que os impostos diferidos foram calculados com base na taxa de IRC de 25%.



## 14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Ativo:</b>				
Imposto sobre o rendimento	3.669	278.441	-	264.951
	3.669	278.441	-	264.951
<b>Passivo:</b>				
Imposto sobre o rendimento	681.728	86.952	578.286	-
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.044.465	307.043	1.041.894	300.876
IVA a pagar	5.877.550	1.748.862	5.683.825	1.612.058
Outros impostos	292.934	58.375	292.954	58.395
Contribuições para a Segurança Social	556.643	573.657	553.528	571.250
Tributos das autarquias locais	24.000	18.236	24.000	18.236
	8.477.320	2.793.125	8.174.487	2.560.815

## 15. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
Mercadorias	9.062.603	9.490.159	9.023.399	9.450.589
Matérias-primas e subsidiárias	6.946.765	5.159.717	6.946.765	5.159.717
	16.009.368	14.649.876	15.970.164	14.610.306
<b>Imparidade:</b>				
Imparidade por depreciação de existências	(257.226)	(257.226)	(255.173)	(255.173)
	(257.226)	(257.226)	(255.173)	(255.173)
	15.752.142	14.392.650	15.714.991	14.355.133

A rubrica Mercadorias inclui valores relativos a cabos elétricos, material a ser incorporado nas redes de transporte e distribuição e peças de reserva para as centrais térmicas.

O movimento das imparidades dos inventários no exercício de 2012, para o Grupo, é analisado como segue:

	1 de Janeiro Euros	Aumentos Euros	Reduções Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>				
Mercadorias	(183.324)	-	-	(183.324)
Matérias-primas e subsidiárias	(73.902)	-	-	(73.902)
	(257.226)	-	-	(257.226)

## 16. Acionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Ativo corrente:</b>				
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira EEM & BFS	-	666.256	-	666.256
	13.971.454	9.149.625	13.971.454	9.149.625
	13.971.454	9.815.881	13.971.454	9.815.881
<b>Passivo corrente:</b>				
Emacom	-	-	(915.000)	(550.000)
	-	-	(915.000)	(550.000)
	13.971.454	9.815.881	13.056.454	9.265.881

## 17. Diferimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Ativo:</b>				
Gastos a reconhecer:				
Seguros	219.822	287.271	219.748	226.712
Outros gastos a reconhecer	91.862	308.767	-	-
	311.684	596.038	219.748	226.712
<b>Passivo:</b>				
Rendimentos a reconhecer:				
Prestação de serviços	1.019.375	980.000	-	-
	1.019.375	980.000	-	-

De acordo com a sua maturidade, esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Ativo:</b>				
Gastos a reconhecer:				
Não corrente	-	91.667	-	-
Corrente	311.684	504.371	219.748	226.712
	311.684	596.038	219.748	226.712
<b>Passivo:</b>				
Rendimentos a reconhecer:				
Não corrente	711.875	740.000	-	-
Corrente	307.500	240.000	-	-
	1.019.375	980.000	-	-

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os gastos a reconhecer no Grupo correspondem, essencialmente, aos valores pagos relativos ao seguro multirrisco dos centros produtores e aos contratos celebrados com a Vestas Portugal para a garantia e manutenção dos parques eólicos da Enereem.

Os rendimentos a reconhecer, para o Grupo, correspondem aos valores recebidos (600.000 Euros em 2011 e 337.500 Euros em 2012) pela subsidiária Emacom por via de um contrato de aluguer de circuitos para um período de 5 anos, com maturidade de 2015 a 2017.

## 18. Outros ativos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Colateral Swap Barclays PLC	6.170.000	2.010.000	6.170.000	2.010.000
	6.170.000	2.010.000	6.170.000	2.010.000

Nos termos do contrato celebrado com o Barclays PLC referente ao *swap* de taxa de juro (ver Nota 31), a EEM é obrigada a constituir um depósito sempre que o justo valor do derivado seja negativo pelo montante que exceda os 4 milhões de Euros (*threshold* definido até 17 de Maio de 2012) ou exceda os 3 milhões de Euros (*threshold* após 17 de Maio de 2012). Nesta base a EEM constituiu um depósito para fazer face a esta exigência contratual, cujo montante, com referência a 31 de Dezembro de 2012, ascendia a 6.170.000 Euros (2011: 2.010.000 Euros). A obrigação de constituir o depósito como colateral desta operação, surgiu na sequência da perda de *rating* da EEM, por arrastamento da redução do *rating* da República Portuguesa e, consequentemente da Região Autónoma da Madeira.

## 19. Capital realizado

O capital social de 20.000.000 Euros, representado por 4.000.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de Dezembro de 2012, sendo detido na sua totalidade pelo Governo da Região Autónoma da Madeira.

## 20. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EEM, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da EEM. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Considerando que em exercícios anteriores a EEM já atingiu o limite da reserva legal, nos termos referidos anteriormente, não foi afeto a esta rubrica qualquer montante do resultado líquido do exercício de 2011.

## 21. Resultados transitados

Em 2012, a variação desta rubrica, para o Grupo, inclui a aplicação do resultado líquido do exercício de 2011 no montante de 5.128.086 Euros. Adicionalmente, esta variação inclui a realização de excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de 768.269 Euros, a reclassificação para a rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros do valor de resultado líquido que a EEM se apropriou relativamente às suas associadas por via da aplicação do método de equivalência patrimonial e não distribuído, no montante de 202.310 Euros, e a reclassificação para Outras variações no capital próprio do imposto diferido associado aos subsídios reconhecidos em capital próprio que foram reclassificados para resultados do exercício em 2012, no montante de 995.365 Euros.

Em 2012 a EEM procedeu à distribuição extraordinária de dividendos no valor de 3.500.000 Euros, aprovada na Assembleia Geral de 30 de Maio de 2012.

## 22. Ajustamentos em ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Método de equivalência patrimonial:</b>				
Lucros não distribuídos	911.273	708.963	4.064.057	2.878.039
Outras variações	6.403	9.378	128.754	144.223
	<u>917.676</u>	<u>718.341</u>	<u>4.192.811</u>	<u>3.022.262</u>

## 23. Excedentes de revalorização

Esta rubrica corresponde às reservas de reavaliação originadas pelas reavaliações que a EEM efetuou em exercícios anteriores ao abrigo dos respetivos diplomas legais sobre os seus Ativos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de 9.953.983 Euros (2011: 10.722.252 Euros).

## 24. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Subsídios	31.109.064	32.409.330	31.001.006	32.287.765
Imposto diferido - Subsídios	(7.777.266)	(8.102.332)	(7.750.252)	(8.071.941)
Doações	63.295	63.295	-	-
	<u>23.395.093</u>	<u>24.370.293</u>	<u>23.250.754</u>	<u>24.215.824</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica, para o Grupo e em base individual, para os exercícios de 2012 e 2011, são os seguintes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	24.370.293	26.021.916	24.215.824	25.842.938
Subsídios reconhecidos no exercício	2.685.247	4.253.443	2.685.247	4.253.443
Imposto diferido dos subsídios reconhecidos no exercício	(671.312)	(850.689)	(671.312)	(850.689)
Subsídios reclassificados por resultados	(3.985.513)	(4.292.389)	(3.972.006)	(4.269.350)
Imposto diferido dos subsídios reclassificados por resultados	996.378	858.479	993.001	853.871
Imposto diferido - Efeito da alteração da taxa de imposto	-	(1.620.467)	-	(1.614.389)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<u>23.395.093</u>	<u>24.370.293</u>	<u>23.250.754</u>	<u>24.215.824</u>

## 25. Interesses minoritários

A rubrica Interesses minoritários corresponde ao investimento detido pela Aream – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira na subsidiária Enereem.

A participação de 92,5%, detida direta e indiretamente pela EEM, foi consolidada pelo método integral, dando origem aos interesses minoritários correspondentes a 7,5% dos capitais próprios e dos resultados da Enereem, no montante de 375.156 Euros (2011: 306.673 Euros).

## 26. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	-	6.027.640	-	6.027.640
Contingências decorrentes da atividade comercial	8.200.000	-	8.200.000	-
Outros riscos e encargos	4.454.307	4.676.667	4.454.307	4.676.667
	12.654.307	10.704.307	12.654.307	10.704.307

No decorrer do exercício de 2007, foi constituída uma provisão no montante de 6.027.640 Euros, considerando os riscos de recuperabilidade do montante pago pela EEM pela ocupação do domínio público municipal relativo a 2006, conforme referido na Nota 30. Durante o exercício de 2012 esta provisão foi revertida.

Em 2012 a EEM constituiu uma provisão para fazer face a contingências decorrentes da sua atividade comercial, no montante de 8.200.000 Euros.

Em 2012, o movimento na rubrica de Provisões para o Grupo é analisado como segue:

	1 Janeiro Euros	Adições Euros	Reversões Euros	31 Dezembro Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	6.027.640	-	(6.027.640)	-
Contingências decorrentes da atividade comercial	-	8.200.000	-	8.200.000
Outros riscos e encargos	4.676.667	-	(222.360)	4.454.307
	10.704.307	8.200.000	(6.250.000)	12.654.307

Em 2011, o movimento na rubrica de Provisões para o Grupo é analisado como segue:

	1 Janeiro Euros	Adições Euros	Reversões Euros	31 Dezembro Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	6.027.640	-	-	6.027.640
Outros riscos e encargos	4.676.667	-	-	4.676.667
	10.704.307	-	-	10.704.307

## 27. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Passivo não corrente:</b>				
Financiamento estrangeiro	302.569.787	307.793.002	302.569.787	307.793.002
Outros empréstimos	22.017.462	45.694.957	5.656.483	27.516.092
	324.587.249	353.487.959	308.226.270	335.309.094
<b>Passivo corrente:</b>				
Contas correntes caucionadas	54.777.366	51.858.232	54.777.366	51.858.232
Financiamento estrangeiro	16.269.918	17.836.191	16.269.918	17.836.191
Outros empréstimos	27.466.239	5.610.227	25.641.404	3.764.662
	98.513.523	75.304.650	96.688.688	73.459.085
	423.100.772	428.792.609	404.914.958	408.768.179

Em 2005, a EEM contraiu um empréstimo de 220.000.000 Euros junto de um sindicato bancário constituído pelo Dexia, KfW e BNG, com maturidade em 2020. Este financiamento é constituído por duas tranches, uma de 154.000.000 Euros sujeita a uma taxa fixa de 3,745% + *spread*, e outra de 66.000.000 Euros sujeita a taxa variável indexada à Euribor a 6 meses + *spread*. Para cobertura da variabilidade da taxa de juro associada à tranche de 66.000.000 Euros, foi contratado um *swap* de taxa de juro, fixando assim a taxa de juro da mesma em 3,55% + *spread* (ver Nota 31).

Em 28 de Maio de 2010, a EEM contratou uma linha de crédito junto do BEI (Banco Europeu de Investimento) no montante total de 75.000.000 Euros com o objetivo de melhorar as infraestruturas de produção, transmissão e distribuição de eletricidade na Região Autónoma da Madeira. Durante o exercício de 2011, a EEM procedeu à utilização da segunda tranche desta linha no montante de 15.000.000 Euros, a qual se encontra registada na rubrica de Financiamento estrangeiro.

Em 2012, a análise da rubrica de Financiamentos obtidos para o Grupo, por maturidade, é a seguinte:

	Até 1 ano Euros	1 a 5 anos Euros	Mais 5 anos Euros	Total Euros
<b>Passivo não corrente:</b>				
Financiamento estrangeiro	-	30.825.896	271.743.891	302.569.787
Outros empréstimos	-	12.928.030	9.089.432	22.017.462
	-	43.753.926	280.833.323	324.587.249
<b>Passivo corrente:</b>				
Contas correntes caucionadas	54.777.366	-	-	54.777.366
Financiamento estrangeiro	16.269.918	-	-	16.269.918
Outros empréstimos	27.466.239	-	-	27.466.239
	98.513.523	-	-	98.513.523
	98.513.523	43.753.926	280.833.323	423.100.772

Em 2011, a análise da rubrica de Financiamentos obtidos para o Grupo, por maturidade, é a seguinte:

	Até 1 ano Euros	1 a 5 anos Euros	Mais 5 anos Euros	Total Euros
<b>Passivo não corrente:</b>				
Financiamento estrangeiro	-	27.519.421	280.273.581	307.793.002
Outros empréstimos	-	34.787.638	10.907.319	45.694.957
	-	62.307.059	291.180.900	353.487.959
<b>Passivo corrente:</b>				
Contas correntes caucionadas	51.858.232	-	-	51.858.232
Financiamento estrangeiro	17.836.191	-	-	17.836.191
Outros empréstimos	5.610.227	-	-	5.610.227
	75.304.650	-	-	75.304.650
	75.304.650	62.307.059	291.180.900	428.792.609

À data de 31 de Dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, para o Grupo, são analisados como segue:

	2013 Euros	2014 Euros	2015 Euros	2016 Euros	2017 Euros	Anos seguintes Euros	Total Euros
Passivo não corrente	-	12.674.369	10.377.667	10.354.313	10.347.577	280.833.323	324.587.249
Passivo corrente	98.513.523	-	-	-	-	-	98.513.523
	98.513.523	12.674.369	10.377.667	10.354.313	10.347.577	280.833.323	423.100.772

À data de 31 de Dezembro de 2011, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, para o Grupo, são analisados como segue:

	2012 Euros	2013 Euros	2014 Euros	2015 Euros	2016 Euros	Anos seguintes Euros	Total Euros
Passivo não corrente	-	30.777.177	10.801.774	10.373.795	10.354.313	291.180.900	353.487.959
Passivo corrente	75.304.650	-	-	-	-	-	75.304.650
	75.304.650	30.777.177	10.801.774	10.373.795	10.354.313	291.180.900	428.792.609

A crise financeira que afeta a liquidez nos mercados internacionais, bem como a redução do *rating* da EEM, por arrastamento da redução do *rating* da República Portuguesa e, consequentemente da Região Autónoma da Madeira, levaram ao aumento dos *spreads* aplicados aos financiamentos bancários. No que respeita ao empréstimo sindicado de 220 milhões de Euros, a referida redução de *rating* para uma nota inferior a Baa2 exigiu a obtenção, em 2011, de uma garantia incondicional e irrevogável (aval) do Governo da Região Autónoma da Madeira, implicando um agravamento dos respetivos custos financeiros.

## 28. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Nos termos definidos no Acordo de Empresa a EEM assumiu, sob a forma de um plano de benefícios definidos, a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma para com os trabalhadores que, à data do Acordo, se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões.

Conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 3.2. a EEM adota uma política contabilística que prevê o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais por contrapartida de resultados do exercício. Foram reconhecidos em resultados perdas atuariais de 1.570.464 Euros no exercício de 2012 e ganhos de 1.851.710 Euros em 2011.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de pensões são as seguintes:

	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Evolução das responsabilidades:</b>		
Responsabilidades no início do exercício	23.079.307	30.989.119
Custo do serviço corrente	46.634	67.645
Custo dos juros	1.096.267	1.471.983
Pensões pagas	(2.092.194)	(2.255.206)
Ganhos e perdas atuariais	1.570.464	(1.851.710)
"Curtailment"	-	(5.342.524)
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>23.700.478</b>	<b>23.079.307</b>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões era o seguinte:

	Dez 2012	Dez 2011
Ativos	49	59
Pré-reformados	21	19
Reformados	243	244
	<b>313</b>	<b>322</b>

No apuramento das responsabilidades associadas ao plano de pensões, foram utilizados os seguintes pressupostos atuariais:

	Dez 2012	Dez 2011
Taxa de crescimento salarial	2% (a)	2,75% (a)
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões de reforma	1,75%	1,75%
Taxa de desconto	3,25%	4,75%
Tábua de mortalidade:		
Mulheres	TV88/90	TV88/90
Homens	TV73/77 + 1 ano	TV73/77 + 1 ano
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

(a) Em 2012 e 2013 não foi considerado qualquer crescimento salarial.



As responsabilidades efetivas com o plano de pensões encontram-se cobertas por provisões para pensões, conforme se apresenta de seguida:

	<b>Dez 2012 Euros</b>	<b>Dez 2011 Euros</b>
<b>Responsabilidades efectivas em 31 de Dezembro:</b>		
Ativos	1.921.060	2.741.813
Pré-reformados	2.898.518	3.122.350
Reformados	18.880.900	17.215.144
	<b>23.700.478</b>	<b>23.079.307</b>
<b>Responsabilidades objecto de cobertura:</b>		
Provisão para responsabilidades por benefícios pós-emprego	23.700.478	23.079.307
<b>Responsabilidades não cobertas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

No decorrer do ano de 2011 a EEM liquidou o seguro que detinha para fazer face a parte das responsabilidades com pensões.

No ano de 2012, a EEM registou um custo com complementos de reforma e pré-reforma no montante de 2.713.365 Euros (2011: reversão da provisão de 5.654.606 Euros), que é analisada como segue:

	<b>Dez 2012 Euros</b>	<b>Dez 2011 Euros</b>
<b>Custo do exercício:</b>		
Custo dos serviços correntes	46.634	67.645
Custo dos juros	1.096.267	1.471.983
Ganhos e perdas atuariais	1.570.464	(1.851.710)
"Curtilment"	-	(5.342.524)
<b>Custo líquido do exercício</b>	<b>2.713.365</b>	<b>(5.654.606)</b>

## 29. Fornecedores

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Fornecedores:				
Gerais	62.428.341	54.712.304	61.993.522	54.283.672
Empresas subsidiárias	-	-	354.494	590.885
Fornecedores de imobilizado	3.743.285	5.403.786	3.739.676	4.746.248
	66.171.626	60.116.090	66.087.692	59.620.805

A rubrica Fornecedores – Gerais inclui, essencialmente, fornecimentos de combustíveis e de energia. Em base individual, a rubrica Fornecedores – Empresas subsidiárias diz respeito a serviços prestados pela Emacom e pelo Museu à EEM.

## 30. Outras contas a pagar

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Acréscimos de gastos:</b>				
Taxa municipal de ocupação (ver Nota 40)	7.600.877	7.665.104	7.600.877	7.665.104
Encargos com férias	3.702.049	1.926.685	3.684.206	1.911.815
Outros acréscimos de gastos	629.043	841.817	405.228	1.025.921
Sistema Eléctrico Nacional (CO2)	1.694.764	2.910.271	1.694.764	2.910.271
Outros credores	2.383.378	2.727.443	2.376.473	2.727.576
	16.010.111	16.071.320	15.761.548	16.240.687

A rubrica Taxa municipal de ocupação corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2012 devida pela EEM pela ocupação de domínio público municipal. Esta taxa foi fixada em 7,5% do valor anual das vendas de energia elétrica em baixa tensão em cada Município, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, de 8 de Janeiro, o qual produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

A rubrica Sistema Eléctrico Nacional (CO2) corresponde às licenças de CO2 atribuídas a título gratuito e ainda não consumidas, conforme referido na Nota 44.

Na rubrica Outros credores estão incluídos os depósitos de garantia, referentes a cauções prestadas pelos consumidores de eletricidade, no montante de 2.147.083 Euros (2011: 2.467.829 Euros).

### 31. Outros passivos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
"Swaps" de taxa de juro	9.302.811	7.183.213	9.302.811	7.183.213
	9.302.811	7.183.213	9.302.811	7.183.213

A rubrica "Swaps" de taxa de juro corresponde ao justo valor do derivado de taxa de juro contratado para cobertura da variabilidade da taxa de juro associada à tranche de 66.000.000 Euros do empréstimo sindicado de 220.000.000 Euros, contratado em 2005 pela EEM no âmbito do processo de reestruturação do seu passivo financeiro. Por via deste *swap*, com vencimento em 15 de Novembro de 2017, a EEM recebe uma taxa de juro variável (Euribor 6M) e paga uma taxa de juro fixa de 3,55% sobre o montante acima referido. Nos termos deste contrato, foi constituído um depósito como colateral deste *swap*, cujo valor ascende a 6.170.000 Euros (2011: 2.010.000 Euros) (ver Nota 18).

### 32. Vendas e serviços prestados e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Vendas:</b>				
Energia	121.916.191	120.443.765	121.964.914	120.461.566
Compensação de tarifário	94.740.481	71.991.505	94.740.481	71.991.505
Serviços prestados	1.123.888	1.024.605	439.491	487.552
Mercadorias	12.955	73.702	12.844	73.619
	217.793.515	193.533.577	217.157.730	193.014.242
<b>Custo das vendas:</b>				
Matérias-primas	64.454.358	56.217.282	64.454.359	56.217.282
Energia adquirida a terceiros	48.558.708	40.079.346	52.514.695	44.006.079
Mercadorias	4.026.790	6.646.019	4.026.423	6.644.917
	117.039.856	102.942.647	120.995.477	106.868.278

A rubrica Compensação de tarifário inclui os montantes de 72.839.649 Euros relativos à convergência tarifária de 2012, 21.957.638 Euros referentes ao ajustamento tarifário de 2012 a recuperar em 2014 e 56.806 Euros correspondentes à revisão pela ERSE da estimativa do ajustamento tarifário de 2011 a devolver por via da tarifa de energia elétrica em 2013.

### 33. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Subsídios à exploração:</b>				
Fundo Social Europeu	-	58.523	-	58.523
	-	58.523	-	58.523

### 34. Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial analisam-se da seguinte forma:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Ganhos:</b>				
Subsidiárias	-	-	1.165.176	1.237.691
Associadas	524.733	602.310	524.733	602.310
	524.733	602.310	1.689.909	1.840.001
<b>Perdas:</b>				
Associadas	(30.221)	(35.686)	(30.221)	(35.686)
	(30.221)	(35.686)	(30.221)	(35.686)
	494.512	566.624	1.659.688	1.804.315

### 35. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Trabalhos para a própria entidade:</b>				
Ativos tangíveis e intangíveis	5.891.367	12.491.157	5.891.367	12.491.157
Outros	54.644	77.336	54.644	77.336
	5.946.011	12.568.493	5.946.011	12.568.493

### 36. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Fornecimentos e serviços externos:</b>				
Subcontratos	2.242.363	5.859.836	2.240.130	5.858.786
Trabalhos especializados	1.816.357	1.538.168	1.798.037	1.523.516
Conservação e reparação	1.631.592	1.514.420	1.110.933	1.120.233
Rendas e Alugueres	1.044.641	868.496	1.069.186	848.695
Seguros	782.841	828.772	711.863	771.291
Comunicações	680.608	713.334	899.976	908.228
Energia e fluidos	412.230	386.797	410.066	384.783
Outros fornecimentos e serviços	1.520.835	1.702.254	1.355.852	1.515.552
	10.131.467	13.412.077	9.596.043	12.931.084

A rubrica de Trabalhos especializados inclui gastos com consultoria financeira, jurídica e informática e com conservação e reparação.

### 37. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Gastos com pessoal:</b>				
Remunerações dos órgãos sociais	201.061	199.549	201.061	199.549
Remunerações do pessoal	21.951.856	23.885.846	21.817.786	23.767.046
Benefícios pós-emprego	2.713.365	-	2.713.365	-
Encargos sobre remunerações	4.858.986	5.195.592	4.829.988	5.170.556
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	223.756	192.075	222.744	190.596
Outros	54.650	129.422	54.542	129.318
	30.003.674	29.602.484	29.839.486	29.457.065

Não obstante o Orçamento de Estado para 2013 prever a suspensão do subsídio de férias, devido à circunstância de se terem suscitado dúvidas quanto à respetiva constitucionalidade, que motivou que a norma em causa fosse submetida ao crivo do Tribunal Constitucional, o Conselho de Administração considerou tal subsídio como acréscimo de custo nas contas de 2012, face à elevada probabilidade de vir a ser considerada a inconstitucionalidade da referida norma.

O número médio de pessoas ao serviço das empresas do Grupo no período foi 827 (2011: 850).

### 38. Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Ganhos:</b>				
Instrumentos financeiros derivados	-	9.571	-	9.571
	-	9.571	-	9.571
<b>Perdas:</b>				
Participações financeiras - Outros métodos	(1.665.385)	(4.248.000)	(1.665.385)	(4.248.000)
Instrumentos financeiros derivados	(2.119.599)	(1.996.893)	(2.119.599)	(1.996.893)
	(3.784.984)	(6.244.893)	(3.784.984)	(6.244.893)
	(3.784.984)	(6.235.322)	(3.784.984)	(6.235.322)

### 39. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Licenças de emissão de CO2	5.199.698	7.004.737	5.199.698	7.004.737
Subsídios ao investimento	3.985.513	4.292.389	3.972.006	4.269.350
Outros rendimentos e ganhos	252.286	509.037	251.839	496.836
	9.437.497	11.806.163	9.423.543	11.770.923

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde à amortização do subsídio que resulta da atribuição de licenças de emissão de CO2 a título gratuito, conforme referido na política contabilística 3 o), sendo 2.905.000 Euros (2011: 2.344.470 Euros) referentes a licenças alienadas e 2.294.598 Euros (2011: 4.660.267 Euros) a licenças para fazer face às emissões de 2012 (Nota 8).

### 40. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Taxa municipal de ocupação	7.600.877	7.665.104	7.600.877	7.665.104
Imposto do Selo	825.899	629.045	811.220	612.580
Licenças de emissão de CO2	1.438.050	21.070	1.438.050	21.070
Outros	582.645	392.669	533.269	357.068
	10.447.471	8.707.888	10.383.416	8.655.822

A rubrica Taxa municipal de ocupação corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2012 devida pela EEM, conforme referido na Nota 30.

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde à menos valia contabilística obtida pela diferença entre o valor total das vendas de licenças e o seu valor contabilístico.

A rubrica Outros inclui 350.749 Euros referentes a insuficiência de estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício anterior (2011: 25 Euros).

## 41. Rendimentos e gastos financeiros

As rubricas de Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Juros e rendimentos similares obtidos:</b>				
Juros de mora	776.643	469.229	776.643	469.229
Juros do ajustamento tarifário	573.534	1.137.835	573.534	1.137.835
Juros da convergência tarifária	181.443	108.363	181.443	108.363
"Unwinding" da convergência tarifária	216.915	370.829	216.915	370.829
Dividendos	250.000	-	250.000	-
Outros	59.686	266.973	59.686	266.973
	2.058.221	2.353.229	2.058.221	2.353.229
<b>Juros e gastos similares suportados:</b>				
Juros dos financiamentos obtidos	19.373.824	17.341.385	19.019.465	16.930.292
Comissões e serviços bancários	3.303.784	2.541.841	3.303.371	2.540.978
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	(276.800)	(207.880)	(276.800)	(207.880)
Outros	1.118.387	519.508	1.118.387	519.450
	23.519.195	20.194.854	23.164.423	19.782.840
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(21.460.974)</b>	<b>(17.841.625)</b>	<b>(21.106.202)</b>	<b>(17.429.611)</b>

Nos termos do referido na Nota 12, a convergência tarifária atribuível no período de 1998 a 2002 será liquidada em prestações trimestrais sem juros, tendo a EEM registado o valor atual deste ativo na transição para as NCRF por contrapartida de capitais próprios. Nesta base, a EEM registou o respetivo *unwinding* nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 nos montantes de 216.915 Euros e 370.829 Euros, respetivamente.

A rubrica Juros de empréstimos obtidos capitalizados diz respeito aos juros dos empréstimos obtidos atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos ativos da empresa, de acordo com a política contabilística referida na nota 3.2.d).

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos – dividendos, respeita a dividendos distribuídos pela empresa participada Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. (CLCM) no decorrer do exercício de 2012.

A rubrica Outros juros e gastos similares suportados inclui 1.118.333 Euros (2011: 519.444 Euros) respeitantes aos custos com a garantia incondicional e irrevogável (aval) obtida junto do Governo da Região Autónoma da Madeira de forma a cumprir as exigências do empréstimo sindicado de 220 milhões de Euros em resultado da redução do *rating* da EEM para uma nota inferior a Baa2, por arrastamento da redução do *rating* da República Portuguesa e, consequentemente da Região Autónoma da Madeira.

## 42. Imposto sobre o rendimento do período

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Imposto corrente	1.284.965	382.489	874.653	51.936
Imposto diferido	(2.304.946)	(3.512.198)	(2.289.688)	(3.068.872)
	(1.019.981)	(3.129.709)	(1.415.035)	(3.016.936)

A rubrica Imposto diferido corresponde aos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com o referido na Nota 13.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC para o Grupo, em 2012 e 2011, é analisada como segue:

	2012			2011		
	Taxa	Base Fiscal	Imposto	Taxa	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	25,00%	3.590.189	897.547	20,00%	2.607.079	521.416
Benefícios fiscais	(11,83%)	(1.698.590)	(424.648)	(13,14%)	(1.713.217)	(342.643)
Subsídios	(48,57%)	(6.974.765)	(1.743.691)	(24,09%)	(3.139.604)	(627.921)
Equivalência Patrimonial	(3,45%)	(496.112)	(124.028)	(4,35%)	(566.624)	(113.325)
Dividendos não tributados	(1,74%)	(250.000)	(62.500)	-	-	-
Tributação autónoma	1,20%	172.320	43.080	1,29%	167.795	33.559
Prejuízos fiscais não dedutíveis	0,47%	68.136	17.034	0,66%	86.102	17.220
Alterações de estimativa	9,77%	1.402.949	350.737	-	-	-
Provisões s/consequência fiscal	(0,08%)	(11.431)	(2.858)	14,56%	1.897.481	379.496
Outros ajustamentos	0,82%	117.382	29.346	(0,02%)	(2.586)	(516)
Alteração de taxa	-	-	-	(114,96%)	(14.984.976)	(2.996.995)
	(28,41%)	(4.079.922)	(1.019.981)	(120,05%)	(15.648.550)	(3.129.709)

O Decreto Legislativo Regional nº 20/2011/M, de 26 de Dezembro, veio alterar a taxa de IRC aplicável na Região Autónoma da Madeira em 2012, de 20% para 25%. De acordo com o disposto na NCRF 25.44, os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que estejam aprovadas à data de balanço.

Os efeitos destas alterações da taxa de imposto foram considerados na determinação dos impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012, assim como, a estimativa do imposto corrente para o período findo a 31 de Dezembro de 2012. Os respetivos impactos nos impostos diferidos registados para o período findo a 31 de Dezembro de 2011, encontram-se divulgados nas rubricas Efeito da alteração da taxa de imposto (efeito em impostos diferidos), na nota 24.

A Lei n.º 10/2009, de 10 de Março, cuja vigência foi prorrogada até ao final do exercício de 2011 (Lei do Orçamento de Estado para 2012), introduziu um pacote de medidas de incentivo ao investimento e emprego, entre as quais se destaca o regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI). A EEM, na estimativa de IRC de 2012, beneficiou do incentivo fiscal previsto neste diploma, sobre a forma de uma dedução à coleta no valor de 331.528 Euros (4.742 Euros em 2011). No entanto, em 2012, e por aplicação do limite à utilização de benefícios fiscais imposto pelo Artigo 92º do CIRC, foi acrescido à coleta o valor de 200.409 Euros (2011: 4.164 Euros).

A Enereem, na estimativa de IRC de 2012, beneficiou do incentivo fiscal previsto neste diploma, sobre a forma de uma dedução à coleta no valor de 77.206 Euros (74.635 Euros em 2011). No entanto, em 2012, e por aplicação do limite à utilização de benefícios fiscais imposto pelo Artigo 92º do CIRC, foi acrescido à coleta o valor de 46.773 Euros (2011: 45.141 Euros).



### 43. Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis apresenta-se como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
<b>Pagamentos futuros:</b>				
Menos de um ano	554.270	545.747	626.578	614.789
Entre um e cinco anos	712.936	1.225.974	793.314	1.371.313
	1.267.206	1.771.721	1.419.892	1.986.102

A estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor no período em que for emitida a faturação das rendas.

A locação operacional corresponde aos contratos de locação da frota automóvel da EEM.

### 44. Licenças de emissão de CO2

Os movimentos na carteira de Licenças de CO2 são analisados como segue:

	Dezembro 2012		Dezembro 2011	
	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros
Licenças de CO2 em 1 de Janeiro	209.372	13,90	147.224	12,83
Licenças de CO2 atribuídas a título gratuito no período	577.419	6,90	577.419	13,90
Licenças de CO2 adquiridas	-	-	-	-
Licenças de CO2 alienadas	(209.000)	13,90	(180.000)	13,02
	577.791		544.643	
Licenças de CO2 a devolver por consumos ocorridos no período	(332.173)		(335.271)	
	245.618	6,90	209.372	13,90
Excesso / (Insuficiência) de licenças de CO2				
Ativos / (Responsabilidades) - Euros	1.694.764		2.910.271	

As licenças de emissão de CO2 atribuídas para o período de 2008-2012 ascendem a 2.887.095 toneladas de EUA, a imputar de forma linear a cada um dos anos referidos (577.419 toneladas/ano), em conformidade com o disposto no PNALE II.

Conforme referido na Nota 8, no decorrer do exercício de 2012 a EEM procedeu à alienação de 209.000 toneladas de EUA atribuídas a título gratuito, tendo gerado uma menos-valia contabilística líquida no montante de 1.458.950 Euros (ver Nota 8). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente das transações com licenças de emissão de CO2 ascende a 8.547 Euros (incluindo o efeito em resultados da Compensação tarifária de 2012).

As licenças correspondentes ao total das emissões efetuadas em cada ano civil são entregues ao Instituto do Ambiente até ao final do quarto mês do ano seguinte (ver Nota 8).

## 45. Divulgações de partes relacionadas

### Acionistas

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, o capital social da EEM é integralmente detido pelo Governo da Região Autónoma da Madeira, conforme referido na Nota 19.

### Remunerações dos Órgãos Sociais

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o custo com as remunerações dos membros do Conselho de Administração apresentam-se como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Benefícios de curto prazo	246.799	241.358	231.772	241.358
	246.799	241.358	231.772	241.358

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 os gastos com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 60.750 Euros (2011: 59.250 Euros).

### Saldo e transações com subsidiárias, associadas e outras participadas

No desenvolvimento normal da sua atividade, a EEM celebra negócios e realiza operações com diversas entidades, entre as quais se incluem sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EEM. Estas operações são realizadas em condições normais de mercado para operações similares, independentemente da sua relevância, e fazem parte da atividade corrente da EEM.

Os saldos e transações entre a EEM e as suas subsidiárias, associadas e outras participadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, são analisados como segue:

	Ativo			Passivo	
	Clientes	Acréscimo de proveitos	Empréstimos a participadas	Fornecedores	Outros credores
Enereem	-	3.021	1.196.732	-	-
Casa da Luz	25.018	1.551	1.945.188	(83.829)	-
Emacom	466	142	-	(270.665)	(915.000)
EEM & BFS	93.197	6.977	13.971.454	-	-
Teleféricos da Madeira	39.329	5.929	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	14.443	12.163	-	-	-
	172.453	29.783	17.113.374	(354.494)	(915.000)

Transações				
Vendas	Proveitos suplementares	Proveitos financeiros	Custo das vendas	Fornecimentos e serviços externos
Enereem	(28.082)	-	-	3.955.987
Casa da Luz	(18.516)	-	-	-
Emacom	(2.125)	(7.132)	-	-
EEM & BFS	(51.582)	-	-	-
Teleféricos da Madeira	(75.190)	-	(29.474)	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	(132.522)	-	(28.365)	-
	(308.017)	(7.132)	(57.839)	3.955.987

Os saldos e transações entre a EEM e as suas subsidiárias são anulados no âmbito do processo de consolidação, conforme referido na Nota 3.1.

Os saldos e transações entre a EEM e as suas subsidiárias, associadas e outras participadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, são analisados como segue:

	Ativo			Passivo	
	Clientes	Acréscimo de proveitos	Empréstimos a participadas	Fornecedores	Outros credores
Enereem	-	-	1.907.758	-	(325.072)
Casa da Luz	-	1.330	1.905.103	-	-
Emacom	420	208	-	(590.885)	(550.000)
EEM & BFS	11.903	470	9.149.625	-	-
Teleféricos da Madeira	45.914	-	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	61.444	-	666.256	-	-
	119.681	2.008	13.628.742	(590.885)	(875.072)

Transações				
Vendas	Proveitos suplementares	Proveitos financeiros	Custo das vendas	Fornecimentos e serviços externos
Enereem	-	-	3.926.734	-
Casa da Luz	(15.505)	-	-	39.525
Emacom	(2.296)	(6.830)	-	258.908
EEM & BFS	(834)	-	-	-
Teleféricos da Madeira	(72.210)	-	(29.474)	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	(128.115)	-	(37.773)	-
	(218.960)	(6.830)	3.926.734	298.433

## 46. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias bancárias, são analisados como se segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2012 Euros	Dez 2011 Euros
Garantias bancárias prestadas em nome da EEM	89.583.333	95.000.000	89.583.333	95.000.000
Garantias bancárias prestadas pela EEM	13.633	142.780	13.633	142.780
	89.596.966	95.142.780	89.596.966	95.142.780

A responsabilidade da EEM por garantias bancárias prestadas em seu nome diz respeito a garantias bancárias contratadas junto das seguintes entidades bancárias: Banco Espírito Santo, Banco Português de Investimento, Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Santander Totta, em benefício do Banco Europeu de Investimento, no montante de 89.583.333 Euros (2011: 95.000.000 Euros).

O montante de 13.633 Euros referente a garantias bancárias prestadas pela EEM referem-se essencialmente a garantias a favor do Tribunal do Trabalho do Funchal. Em 2011, existia uma garantia bancária em benefício da Câmara Municipal do Funchal – Concurso público do projeto “Comboio do Monte”, no montante de 129.147 Euros, que foi anulada durante o exercício de 2012.

## 47. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos que possam dar lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da empresa.



# Relatório e Parecer do Fiscal Único



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.<sup>o</sup>  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Exmo. Senhor Accionista da  
**EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de gestão consolidado, contas consolidadas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e das suas subsidiárias e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o Relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas com cinco reservas e sem ênfases, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- Excepto quanto ao referido na Certificação Legal das Contas nos parágrafos 7.1, 7.2, 8, 9 e 10, as demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O Relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de subsidiárias incluídas na consolidação, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.




Em resultado do trabalho desenvolvido a Assembleia-Geral Anual da Sociedade deverá deliberar sobre:

- a) O Relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 13 de Maio de 2013

**O FISCAL ÚNICO**

  
**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
José Eduardo Urpina Portugal (ROC n.º 1336)





# Certificação Legal das Contas Consolidadas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 693.104.349 euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da EEM de 132.292.393 euros, incluindo um resultado líquido de 4.540.673 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7.1, 8 e 10 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.  
Capital Social: 3.120.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 076 - inscrita na O.R.C. N.º 189 - inscrita na C.M.V.M. N.º 3092

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 076



*Handwritten signature*

- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Reservas

- 7 No âmbito das obrigações previstas na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro legal de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais e se define a competência dos Municípios relativamente à iluminação pública rural e urbana e de acordo com a Lei das Finanças Locais, os Municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) aprovaram, por deliberação das respectivas Assembleias Municipais, com referência a 1 de Janeiro de 2006, a constituição de uma Associação de Municípios para a qual transferiram as responsabilidades relativas à iluminação pública rural e urbana, incluindo a competência para a cobrança de uma taxa única anual pela ocupação do domínio público municipal pelos equipamentos de produção e pelas redes de transporte e distribuição de energia eléctrica da EEM (taxa municipal de ocupação).

Neste contexto, foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, que regula a transferência da responsabilidade relativa à iluminação pública rural e urbana do Governo Regional para os Municípios da RAM e que limita a taxa municipal de ocupação.

Tendo em consideração a legislação supra referida, a qual suporta legalmente a exigibilidade e liquidação da referida taxa, a EEM procedeu ao registo, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e em períodos anteriores, de custos com a taxa municipal de ocupação no montante total acumulado de 49.471.089 euros. Considerando o pressuposto de que os custos incorridos com a taxa municipal de ocupação são elegíveis para efeitos da determinação de tarifas de períodos futuros, foram constituídos activos regulatórios no mesmo montante por contrapartida dos resultados dos períodos respectivos.

- 7.1 Conforme referido nos documentos relativos à determinação das tarifas, a ERSE tem vindo a considerar que é devido à EEM o valor correspondente à liquidação da referida taxa municipal de ocupação, considerando que esta deverá ser imputada aos consumidores da RAM, não devendo ser repercutida e consequentemente suportada de forma equitativa pelos consumidores do Continente e da RAM. Considerando a diferente interpretação da EEM relativamente à repercussão da referida taxa nas tarifas de todos os consumidores nacionais, a ERSE aceitou a proposta da EEM de não reflectir os custos com a taxa municipal de ocupação exclusivamente nas tarifas dos consumidores da RAM.

À data da emissão desta Certificação Legal das Contas ainda não se encontram definidas e implementadas as medidas e os mecanismos que permitem assegurar a forma de recuperação dos activos referentes aos custos com a taxa municipal de ocupação relativa aos períodos de 2006 a 2012, e que ascendem ao montante de 49.471.089 euros. Consequentemente, não nos é possível prever a data em que os valores em dívida serão recebidos e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados do período da EEM à data de 31 de Dezembro de 2012.

- 7.2 No final de 2007, e com base na apreciação da proposta de tarifas e preços para 2008 por parte do Conselho Tarifário, a ERSE considerou que a taxa municipal de ocupação relativa ao período de 2006 não deveria ser incluída para efeitos da determinação das tarifas. Na sequência desta decisão, a EEM procedeu, com referência a 31 de Dezembro de 2007, ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos por contrapartida de resultados transitados no montante de 6.027.640 euros, equivalente ao montante da taxa municipal de ocupação registado no período findo em 31 de Dezembro de 2006. Esta provisão foi revertida no período findo a 31 de Dezembro de 2012.





- 8 Em 27 de Janeiro de 2012, na sequência do pedido de assistência financeira efectuado pelo Governo Regional da Madeira ao Governo da República, foi publicado o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM (Programa), o qual tem como objectivo inverter o desequilíbrio da situação financeira da RAM e garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Este Programa prevê, entre outras medidas, a renegociação da dívida das diversas entidades oficiais regionais, a efectuar por via da celebração de planos de pagamento. Na medida em que a EEM tem registado, na rubrica de Clientes, dívidas de entidades oficiais regionais com antiguidade significativa no montante líquido de 86.305.478 euros, conforme referido na nota 11 do Anexo, as referidas medidas podem afectar a data em que as dívidas serão recebidas. Nesta base, não é possível prever a data de recebimento destas dívidas e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados do período da EEM à data de 31 de Dezembro de 2012.

Adicionalmente, a EEM tem registado, na rubrica de Outras contas a receber, valores a recuperar relativos à compensação tarifária de 2009 no montante de 24.173.186 euros bem como valores em dívida por parte do Governo da República relativos à convergência tarifária de 1998 a 2002 no montante de 18.326.340 euros, determinados nos termos do Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica. Considerando que a República Portuguesa se encontra sujeita aos termos do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica celebrado com a Troika, à data da emissão desta Certificação Legal das Contas subsistem por receber montantes significativos e com antiguidade elevada para os quais não é possível prever a data do seu recebimento e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados do período.

- 9 No decorrer do mês de Fevereiro de 2010, ocorreu um temporal na RAM que originou danos significativos nos equipamentos de produção hídrica e nas redes de transporte e distribuição de energia eléctrica da EEM. Em Novembro de 2011, a EEM recebeu uma indemnização de uma seguradora com vista a compensar estas perdas no montante de 3.103.673 euros, tendo procedido ao seu registo por contrapartida de capitais próprios. Este montante encontra-se a ser amortizado por contrapartida de resultados tendo por base a vida útil dos activos participados, pelo que em 31 de Dezembro de 2012, o montante registado em capitais próprios, líquido de efeito fiscal, ascende a 2.252.069 euros. Com referência a 31 de Dezembro de 2012, é nosso entendimento que estas compensações devem ser incluídas nos resultados transitados, pelo que estes se encontram subvalorizados no montante de 2.302.526 euros e a rubrica Outras variações no capital próprio e resultado do período sobrevalorizadas nos montantes de 2.252.069 euros e 50.457 euros, respectivamente.
- 10 A Empresa EEM & BFS – Energy, S.A. (EEM & BFS), detida a 40% pela EEM, tem registado um activo a receber da sua accionista BFS – Bio Fuel System (BFS) a título de um adiantamento realizado para efeitos da construção da fábrica de biopetróleo na ilha do Porto Santo no montante de 9.000.000 euros. A BFS reconheceu e confirmou em 23 de Março de 2012 a existência deste adiantamento. Nos termos desta confirmação a BFS indicou que este adiantamento seria liquidado mediante a entrega da referida fábrica, que se previa vir a ocorrer ao longo do período compreendido entre os anos de 2011 a 2013.

À data da nossa opinião, a construção da fábrica de biopetróleo da EEM & BFS já se encontra em fase final, sendo que os encargos relativos à sua execução se encontram a ser pagos pela EEM & BFS à Empresa responsável pela construção e não pela BFS. Nesta base, não é possível prever o modo e a data do recebimento, do adiantamento concedido à BFS, e o impacto, à data de 31 de Dezembro de 2012, caso exista, na valorização do investimento na associada EEM & BFS, e nos resultados do período da EEM.



#### Opinião com reservas

- 11 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7.1, 8 e 10 acima, e excepto quanto ao efeito das situações descritas nos parágrafos 7.2 e 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### Relato sobre outros requisitos legais

- 12 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 13 de Maio de 2013

  
**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
 representada por  
 José Eduardo Urpina Portugal (ROC n.º 1336)



# Extrato da Ata da Assembleia Geral

## ATA NÚMERO VINTE E SETE

- «Aos catorze dias do mês de Maio de dois mil e treze pelas dez horas, reuniu nos termos do disposto no nº1 do artº 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., na sua sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses número trinta e dois, no Funchal, com o número único 511010435 de pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Funchal. Encontravam-se presentes a Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sr.ª Dr.ª Maria de Fátima Castro Fernandes e Freitas, o Vice-Presidente Sr. Dr. Rui Antero Fernandes Pestana, a Secretária Sr.ª Dr.ª Ana Cristina Dantas Andrade, os membros do Conselho de Administração Sr. Dr. Rui Alberto Faria Rebelo e Sr. Eng.º Mário Eugénio Jardim Fernandes e bem assim o único accionista desta sociedade, a Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte milhões de euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais, relativamente a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO UM:** Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2012;

**PONTO DOIS:** Proposta de aplicação de resultados;

**PONTO TRÊS:** Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício de 2012;

**PONTO QUATRO:** Deliberar sobre a apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

- Aberta a sessão, foram apresentadas pelos membros do Conselho de Administração da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira S.A., o Relatório e Contas do Exercício do ano 2012 e bem assim a proposta de aplicação de resultados, relativamente à qual foi sugerido que o resultado líquido positivo do exercício no montante de 4.500.208,43 € seja dado a seguinte aplicação:

Resultados transitados: 4.050.187,59 €

Reserva de investimento: 450.020,84 €

- Uma vez apreciado o documento em questão e a proposta apresentada, foi deliberado aprová-los por unanimidade.
- Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração da EEM apresentou o Relatório e as Contas Consolidadas do Exercício de 2012, com o resultado líquido positivo de 4.610.169,66 €, que depois de analisados foi deliberado aprová-los por unanimidade.
- Por fim e no que concerne ao ponto quatro da ordem de trabalhos, a acionista Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes reiterou a confiança concedida à Administração desta Empresa extensiva também à Fiscalização da mesma.
- E nada mais havendo a tratar foi, encerrada a reunião e lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada.»







[www.eem.pt](http://www.eem.pt)